**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Programa de aquisição de alimentos nos assentamentos rurais da
reforma agrária, análise sob as lentes da multifuncionalidade da
agricultura**

Marcos Freitas Le Moal

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

**Piracicaba
2013**

Marcos Freitas Le Moal
Engenheiro Agrônomo

**Programa de aquisição de alimentos nos assentamentos rurais da reforma
agrária, análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura**

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

**Piracicaba
2013**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - ESALQ/USP**

Le Moal, Marcos Freitas

Programa de aquisição de alimentos nos assentamentos rurais da reforma agrária, análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura / Marcos Freitas
Le Moal. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - -
Piracicaba, 2013.

134 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2013.

1. Agricultura familiar 2. Assentamento rural 3. Pontal de Paranapanema(SP)
4. Políticas públicas 5. Programa de Aquisição de Alimentos I. Título

CDD 338.19
L555p

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

AGRADECIMENTOS

Nesses agradecimentos me recordo das pessoas com quem convivi, com quem discuti, com quem discordei, com quem concordei, com quem me inspirei... Todas me ensinaram de alguma forma a acreditar e lutar pelo que é justo. Infelizmente o formalismo acadêmico dificulta o verdadeiro sentimento deste agradecimento, pois impossibilita citar todas essas pessoas queridas ou não, além de recompensar o trabalho individual e não o da construção coletiva do conhecimento. Aquelas que não estiverem lembradas aqui, minhas desculpas e sincera gratidão.

Agradeço aos meus pais, Inês e Alain, cuja abertura de espírito, generosidade e simpatia permitiram escolher os caminhos dessa vida com total liberdade sem nunca sentir-me desamparado: minha fonte primeira de inspiração.

Agradeço também aos meus irmãos, Bruno e Maira, pela amizade que nos une, pela companhia verdadeira, pela sinceridade nos momentos de dúvidas, e pela alegria que suas presenças transmitem.

Ao meu orientador, professor Dr. Paulo Eduardo MORUZZI-MARQUES por abrir-me as portas das Ciências Sociais, pela sensibilidade da pessoa, pelo incentivo e sobretudo a renovada confiança nas potencialidades deste trabalho.

Ao professor Dr. Paulo Y. Kageyama, pelo exemplo de compromisso com a luta, pelas oportunidades oferecidas, e pela confiança concedida ao longo da vida acadêmica e profissional como membro de sua equipe.

Ao Professor Ademir de Lucas, que me transmitiu o verdadeiro significado das palavras compromisso, confiança, troca e responsabilidade, através da prática viciante da extensão rural junto à agricultores familiares. Ao amigo Ademir por me acolher tão calorosamente desde a minha chegada à Escola e me mostrar um caminho diferente e pertinente num ambiente acadêmico tão “homogeneizador”.

Ao MST e aos Agricultores e Agricultoras do Pontal do Paranapanema, pelo exemplo e pela força de superar a cada dia as injustiças que inundam nosso país.

Aos assentados de Mirante do Paranapanema que nos acolheram e que contribuíram respondendo ao questionário e relatando um pouco de suas vidas nos assentamentos.

Agradeço também ao grupo de pesquisadores reunidos em torno da pesquisa PAA em assentamentos rurais da reforma agrária sob à coordenação do CPDA / UFRRJ, em particular à Claudia Schmitt, Sérgio Leite e Leonilde Medeiros, que além de possibilitar a minha participação na pesquisa que recolheu os dados de base para essa dissertação, me mostraram como lidar com a complexidade de um estudo de políticas públicas com coerência e perspicácia.

A Bruna Ibañes e à Maria Andréia Moreno pela disponibilidade e paciência para a leitura e formatação cuidadosa e refinada no documento final da dissertação:

imprescindíveis!

A Mara Casarin, pelo carinho, pela atenção e por me guiar nos meandros dos procedimentos da pós graduação.

A Danuta Chmielewska, amiga e parceira de trabalhos sobre o PAA que nos levou dos assentamentos do Pontal até os confins da África, meu reconhecimento pela gentileza, paciência, clareza de raciocínio e bondade no dia a dia, e que venha o próximo desafio PAA!

À Republica Xapadão que me acolheu durante os anos de graduação permitindo expressar toda a amizade e liberdade possível e imaginável que pode ser dada à um estudante, sem nunca perder o objetivo final! Vai Xapadão!

Ao querido João Dagoberto dos Santos, que através da convivência intensa ao longo dos nossos trabalhos e parcerias se tornou um ótimo mestre: perturbador, subversivo, intrigante, genial, conselheiro para toda hora, sempre nos colocando frente às nossas contradições sem nunca deixar-nos acomodar com as conquistas. Valeu Cobrão!

Ao Amigo João Portella Sobral, pela alegria transmitida, pela gentileza da pessoa, pela amizade incondicional durante esses anos de estrada (literalmente) e conversas viajantes e relaxantes. João! É nós!

Aos ex-estagiários e amigos do PPDARAF, Otavio Gadiani Ferrarini, Iara Jaime de Pina, Henrique Campos, Germano Freitas Chagas, Aline Carvalho, que compartilham o mesmo ideal de justiça social e que se propõem a coloca-lo em prática, é um privilégio trabalhar com vocês.

Agradeço também às amigas Paola Estrada, Perla Garcia e Danielly Crespi e ao amigo Cauê Vallim de Melo pelo companheirismo, pela autenticidade, pelas viagens, pela vivência das contradições, pelas discussões políticas e afins, e sobretudo pelo exemplo de perseverança na luta. A vida nos impôs caminhos diferenciados, mas é um prazer o reencontro, as recordações de outrora e a permanência amiga no tempo presente.

Às Bekosas que sempre me acolhem, o tempo passa, mas o carinho não.

Por fim, à CAPES pela concessão, por dois anos, de uma bolsa de pesquisa e à USP pelo privilégio, que muito poucos têm, de usufruir de uma educação pública de qualidade.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	9
1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.1 Políticas públicas e desenvolvimento rural	15
2.2 A multifuncionalidade como ferramenta para análise de políticas públicas.....	25
3 MATERIAL E MÉTODOS	33
3.1 Aspectos metodológicos	33
3.2 A Região do Pontal do Paranapanema, breve contextualização.....	37
3.3 Características históricas e formação dos assentamentos.....	41
3.4 Características gerais dos assentamentos do município.....	48
3.5 Experiência anterior dos assentados em atividades de produção, processamento e comercialização	53
3.6 Caracterização dos assentamentos estudados	58
3.6.1 PA Margarida Alves	58
4 RESULTADOS.....	69
4.1 A implantação do PAA no Pontal do Paranapanema – mecanismos de operacionalização do Programa e sua trajetória de implantação na região	69
4.2 Implementação do programa nos assentamentos.....	77
4.2.1 PA Margarida Alves	77
4.2.2 PA Antonio Conselheiro	80
4.3 Arranjos políticos e institucionais que viabilizaram o ingresso das famílias no Programa: dinâmicas estabelecidas local e/ou regionalmente.....	81
4.4 Características econômico-produtivas, políticas e institucionais que influenciam no acesso ao PAA	83
5 DISCUSSÃO	85
5.1 Estratégias de reprodução econômica e social das famílias	85
5.2 Promoção da segurança alimentar	93
5.3 Manutenção tecido social	101
5.4 Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.....	113
6 CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS	125

RESUMO

Programa de aquisição de alimentos nos assentamentos rurais da reforma agrária, análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura

A experiência em torno do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é considerada por diversos autores como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. O PAA constitui-se em um mecanismo complementar ao Programa Nacional Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF) na vertente da comercialização da produção. O governo adquire alimentos dos agricultores familiares e destina parte dele para doação a pessoas em risco alimentar, ou também para a formação de estoques estratégicos. O PAA atua tanto na geração de renda para um número crescente de agricultores familiares quanto no acesso à alimentos à população em situação de insegurança alimentar e nutricional. Desta maneira, o PAA apresenta muitas inovações no apoio público à agricultura familiar que vão além dos aspectos econômicos. Nesta medida, uma abordagem analítica que possa cobrir diferentes dimensões abrangidas pelo Programa nos incita a refletir sobre possibilidades pertinentes para tratar o assunto. Assim, este trabalho procura discutir os impactos do PAA em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo, mobilizando elementos de análise oriundos da noção de multifuncionalidade da agricultura. Os assentamentos em questão se situam em Mirante do Paranapanema, município com o maior número de projetos de reforma agrária do Estado de São Paulo. Para o desenvolvimento do estudo, realizou-se uma análise da bibliografia dedicada às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e assentamentos rurais da reforma agrária, notadamente do PRONAF e do PAA. Em seguida foi detalhada a abordagem metodológica adotada, baseando-se na definição da multifuncionalidade da agricultura familiar, apresentando a proveitosa associação do trabalho com aquele em torno da pesquisa “O PAA em Assentamentos Rurais de Reforma Agrária: implantação, impactos e perspectivas”, realizada em 2011 e coordenada por Claudia Schmitt, Leonilde Medeiros e Sergio Leite. Depois, buscou-se apresentar o histórico sócio-político e ambiental da região do Pontal do Paranapanema, para em seguida se dedicar à compreensão da implementação do programa nos assentamentos do município. Logo após, nossa análise visa discutir as possibilidades do alcance de um reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura. Nessa perspectiva, os aspectos tomados em conta foram a reprodução social das famílias rurais, a segurança alimentar, a vivacidade do tecido social e cultural e a preservação ambiental. Esses elementos de análise evidenciam e corroboram com a hipótese deste trabalho de que o PAA na modalidade doação simultânea favorece dinâmicas agroalimentares que levam a um reconhecimento de múltiplas funções da agricultura familiar assentada do Pontal. Finalmente, uma conclusão destaca os pontos essenciais de nosso trabalho.

Palavras-chave: Programa de aquisição de alimentos (PAA); Assentamentos rurais; Multifuncionalidade da agricultura familiar; Pontal do Paranapanema

ABSTRACT

Food Purchase Programme in rural settlements of agrarian reform, through the prism of multifunctionality of family agriculture

The experience around the Food Purchase Program (PAA in portuguese), is considered by many authors as one of the principal structuring actions of Zero Hunger Program. The FPP is a complementary mechanism to the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF) in the area of agricultural marketing. The government buys food from family farmers and part of it is intended to donate food to people at risk of food poverty, or also to the formation of strategic stocks. The FPP acts both in the area of income generation for a growing number of farmers as access to food to the population in a situation of food and nutritional insecurity. Thus, the FPP has many innovations in public support for family farms that go beyond economic aspects. To this extent, an analytical approach that can cover different dimensions covered by the programme encourages us to reflect on possibilities relevant to address the issue. Thus, this paper discusses the impacts of FPP in rural settlements of Pontal Paranapanema, State of São Paulo, mobilizing elements from analysis of multifunctional aspects of agriculture. The settlements in question are located in Mirante of Paranapanema, a municipality with the largest number of land reform projects in the State of São Paulo. To develop the study, an analysis was made about the literature devoted to public policies for family farming and rural settlements of agrarian reform, notably PRONAF and FPP. Then, the detailed methodological approach was adopted, based on the definition of multifunctionality of agriculture family, featuring the work of fruitful association with the research about "FPP in Rural Settlements Land Reform: implementation, impacts and prospects", conducted in 2011 and coordinated by Claudia Schmitt, Leonilde Medeiros and Sergio Leite. After, we sought to present the historical and socio-political environment of the Pontal do Paranapanema, then to devote to understanding the implementation of the program in the settlements of the municipality. Soon after, our analysis aims to discuss the possibilities of achieving a recognition of the multifunctional aspects of agriculture. From this perspective, the aspects taken into account were the social reproduction of rural households, food security, the vitality of the social fabric and cultural and environmental preservation. These elements of analysis highlight and corroborate the hypothesis of this paper that the FPP in the field of simultaneous donation favors agro-food dynamics of family agriculture leading to a recognition of multiple functions of smallholders agriculture located in Pontal. Finally, a conclusion singles out the main points of our work.

Keywords: Food Purchase Program (FPP); Rural settlements; Multiple functions of family agriculture; Pontal Paranapanema

1 INTRODUÇÃO

Convém iniciar esta dissertação tecendo breves comentários a respeito da origem dos questionamentos que me levaram a realizar esta pesquisa. Este trabalho é o desdobramento da experiência e vivência como técnico de campo em projetos desenvolvidos pela equipe do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento de Assentamentos Rurais e Agricultura Familiar (PPDARAF) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), sendo assim, meu encontro com os assentados do Pontal do Paranapanema ocorreu através do projeto “Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar”, cuja proposta era discutir uma abordagem alternativa dos sistemas de produção nos assentamentos da região.

Esses sistemas foram pensados para serem mais apropriados à realidade socioeconômica e cultural dos agricultores familiares da reforma agrária, assim como para promover a conservação ambiental. Nesse sentido, buscou-se a construção de sistemas de produção de base agroecológica e diversificados, incorporando a segurança alimentar, assim como a conservação da biodiversidade.

Diversos autores discutem crenças, princípios e valores essenciais acerca das abordagens dadas à agricultura contemporânea (QUEDA; KAGEYAMA; SANTOS, 2009), com nítido enfrentamento entre agricultura convencional e agricultura de base ecológica. Nestes contrapontos, alguns elementos-chave podem ser identificados, assim, na agricultura convencional prevalece centralização, dependência, competição, dominação da natureza, especialização e exploração; e para a agricultura ecológica, a primazia é atribuída para a descentralização, independência, comunidade, harmonia com a natureza, diversidade e conservação.

Apesar do projeto responder a um problema ligado à produção propriamente dita, logo deparou-se com o seguinte questionamento de parte dos agricultores: “E depois de colher, para quem iremos vender?”. Deste modo nos defrontamos rapidamente com os limites da proposta do projeto, pois nenhum agricultor iria levar adiante e muito menos difundir uma idéia que não lhe trouxesse uma remuneração justa para o fruto do seu trabalho.

A partir daí, procurei então, ampliar minha visão sobre a realidade dos assentamentos da região para além das atividades produtivas, debruçando-me mais especificamente naquilo que se refere às dinâmicas comerciais predominantes no Pontal do Paranapanema. Deste modo, me deparei com outros problemas, tais

como: a poluição ambiental e a destruição de recursos não renováveis, a preponderância de intermediários, a precarização da mão de obra, problemas de saúde pública, a concentração fundiária e a expansão rápida do setor sucroalcooleiro. Todos estes temas marcam o “desenvolvimento” da região onde predomina uma dinâmica na qual a tendência é tornar o assentado um proletário rural empregado no setor sucroalcooleiro. Este quadro não corresponde com os ideais de desenvolvimento aos quais os assentados aspiram, muito pelo contrário.

Com os agricultores privados do poder de decisão sobre a comercialização de seus produtos, questioneei as políticas públicas de desenvolvimento para a região, principalmente as políticas de apoio governamental aos assentados em particular e à agricultura familiar em geral.

Assim, seguindo a preocupação dos assentados em relação à dominação dos intermediários e a falta de opções para escoar seus produtos a um preço justo julguei interessante estudar e compreender a experiência em torno do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. O PAA constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF) na vertente da comercialização da produção. O governo adquire alimentos dos agricultores familiares e destina parte dele para doação a pessoas em risco alimentar, ou também para a formação de estoques estratégicos. Assim o programa atua tanto na geração de renda para as famílias assentadas quanto para o acesso a alimentos pela população em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Visto que este programa se apresentava e se apresenta, todavia, como uma novidade no território, consideramos que o estudo de suas dinâmicas e seus efeitos sob a ótica da multifuncionalidade da agricultura familiar representa um amplo terreno para contribuir ao seu aperfeiçoamento, favorecendo os assentamentos da região.

A multifuncionalidade da agricultura familiar permite pensar numa forma de desenvolvimento para toda a sociedade, pois considera, além da visão produtivista e de geração de renda, os aspectos sociais, culturais e ambientais, todos estes indispensáveis para o tão almejado desenvolvimento sustentável.

Assim essa dissertação se preocupou primeiramente em justificar nossas

escolhas, para depois apresentar a construção da problematização da pesquisa através de uma análise da bibliografia dedicada às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e assentamentos rurais da reforma agrária, notadamente do PRONAF e do PAA. A propósito, a questão principal de nosso trabalho pode ser apresentada assim: em que medida o PAA oferece respostas simultâneas para a geração de renda, a segurança alimentar, a vivacidade social e a preservação ambiental nos assentamentos? Mesmo que nossa hipótese admita que o PAA é um vigoroso instrumento em prol da reforma agrária por tomar em conta diferentes dimensões, além das essencialmente produtivas, em torno da atividade agrícola, consideramos todavia que o programa apresenta fragilidades para intervir em favor dos assentados da reforma agrária pois não prevê acesso à recursos financeiros em forma de crédito adaptado à realidade econômica do assentado, nem capacitação para melhorias nos estabelecimentos produtivos.

Em seguida foi detalhada a abordagem metodológica adotada para tentar responder aos problemas levantados, baseando-se na definição da multifuncionalidade da agricultura familiar, apresentando a proveitosa associação do nosso trabalho com aquele da pesquisa “O PAA em Assentamentos Rurais de Reforma Agrária: implantação, impactos e perspectivas”, realizada em 2011 e coordenada por Claudia Schmitt, Leonilde Medeiros e Sergio Leite.

Depois, buscou-se apresentar o histórico sócio-político e ambiental a região do Pontal do Paranapanema, assim como os assentamentos estudados no município de Mirante do Paranapanema/SP. Também faz parte desse capítulo uma releitura da luta pela terra organizada pelo MST cujas reivindicações constituíram uma transformação social inquestionável para milhares de famílias.

Logo após, uma caracterização da implementação do PAA nos assentamentos da região foi realizada. Para tal, foram mobilizados dados oficiais do governo, principalmente do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A partir desse conjunto de dados levantados, realizou-se uma análise explorando os dados obtidos notadamente da pesquisa "O PAA em assentamentos da reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas", com a qual colaboramos. Esta pesquisa favoreceu, de forma decisiva, a realização desta dissertação. Nesta

aqui, o nosso olhar analítico contou com as lentes da noção de multifuncionalidade da agricultura familiar.

Por fim, na conclusão deste trabalho, longe de querer esgotar todas as possíveis interpretações que o PAA pode provocar, destacou-se elementos de análise que possam caracterizar as inovações do programa, mesmo que algumas apresentem apenas indícios de sua germinação no Pontal. Assim, acredito que tais idéias possam ser pertinentes para contribuir com o aperfeiçoamento do PAA, notadamente no que se refere aos assentamentos do Pontal do Paranapanema.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Políticas públicas e desenvolvimento rural

Após mais de 40 anos de políticas fundiárias tratando da questão agrária, o Brasil ainda ocupa o segundo lugar no ranking mundial de concentração de terras. No País, de dimensões continentais, 49% das terras rurais estão concentradas nas mãos de apenas 1,4% dos proprietários rurais; enquanto 53% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 10ha e somam menos de 2,7% das áreas cultiváveis (PASQUIS et al., 2005). Apesar das profundas transformações sociais e econômicas do país, a raiz da questão continua sendo a vigência de um padrão arcaico de propriedade de terras, que mantém e sustenta um dos mais iníquos e ineficientes sistemas de distribuição e utilização de terras conhecidos no planeta. Todavia, é certo que a questão agrária hoje não é a mesma dos anos 50. Segundo dados da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária, existem 5.595 assentamentos vistoriados pelo INCRA com um total de 524.868 famílias assentadas o que corresponde a uma população de 2.549.605 pessoas em todo o território nacional (BRASIL, 2004) o que reflete uma tímida preocupação dos sucessivos governos e da sociedade em melhorar o quadro da estrutura fundiária do país. Mesmo assim os projetos de assentamentos do INCRA adquiriram um papel de destaque entre as políticas públicas atualmente em implementação. Outra iniciativa chave em termos de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar e dos assentamentos rurais é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destinado ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Porém 14 anos depois do seu lançamento, a realidade dos assentamentos rurais continua longe dos modelos de desenvolvimento previstos.

Assim o governo diversificou sua ação, assumindo que a simples liberação de crédito em si não basta para alcançar tal desenvolvimento. Dessa forma, implementou-se o PAA, vertente do PRONAF de apoio à comercialização dos produtos alimentícios da agricultura familiar. Para Delgado et al. (2005), embora tenha sido criado como um programa prioritário do “Projeto Fome Zero”, o PAA não adquiriu “*status*” de programa orçamentário na linguagem do Plano Plurianual de

Governo (2004-2007), mantendo-se, até o momento, como uma singular ação orçamentária, dentre as dezenas existentes sob a rubrica “abastecimento alimentar”.

De qualquer forma, a implementação do PAA por si só revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da produção familiar e na regulação dos preços o que geralmente é deixado a mercê das variações do mercado. Nesse contexto, é indiscutível evidenciar que os atuais programas governamentais como o PRONAF e o PAA constituem medidas importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar, porém ainda não encontraram um ponto de convergência capaz de maximizar os resultados em assentamentos de reforma agrária (OLIVEIRA FILHO; MOREIRA, 2006).

Apesar do aumento do número de famílias assentadas beneficiadas pelo PRONAF e do aumento do crédito concedido (BRASIL, 2008) a geração de renda dos agricultores não está sendo suficiente para reembolsar o crédito, ou pior ainda não está sendo suficiente para manter as famílias no campo. Os dados de atraso e inadimplência não são muito altos, em média, porque parte dessas dívidas foi de fato renegociada obtendo-se, portanto, novos prazos de vencimento, o que oculta o verdadeiro atraso dos créditos (GUANZIROLI, 2007). Esta inadimplência tem um custo financeiro cuja soma poderia ser utilizada para beneficiar outras famílias.

As dificuldades metodológicas e de percepção da heterogeneidade sócio-ambiental envolvida têm limitado a efetividade das políticas públicas, particularmente do PRONAF, no que diz respeito à potencialização das unidades produtivas em uma perspectiva sustentável nos aspectos econômico, social e ambiental (SILVA; MARTINS, 2007).

Guanziroli (2007) cita alguns fatores que influenciaram negativamente o processo de geração de renda dos agricultores, impedindo, portanto, que se viabilizasse o reembolso dos empréstimos como:

- 1) A falta de Assistência Técnica ou a baixa qualidade da AT:

Os rendimentos previstos nos projetos são calculados a partir de coeficientes técnicos distantes da realidade do pequeno agricultor. Este último, depois da safra, geralmente verifica que a maioria das atividades em que foram aplicados os recursos do crédito na região não acompanhou a previsão. Conseqüentemente, os agricultores passam a ter dificuldades para devolver os empréstimos (GUANZIROLI, 2007). Segundo Olalde (2005) apud

Guanziroli (2007), além da deficiência técnica, o tamanho do corpo técnico das instituições oficiais de assistência técnica seria insuficiente para dar orientação individualizada aos agricultores. O resultado é a padronização dos projetos e o escasso acompanhamento técnico, restrito na maioria dos casos a visitas de fiscalização para a liberação de novas parcelas. Bruno e colabores (2003) relatam que o momento da elaboração dos projetos técnicos é “caracteristicamente problemático em todos os estados pesquisados, influenciando negativamente no bom andamento do fluxo dos recursos”.

2) Dificuldades no gerenciamento dos recursos do crédito. Em alguns casos, os recursos não são aplicados integralmente na atividade programada. O agricultor realiza economias na adubação e tratos culturais, por exemplo, seja porque existem muitas carências de investimentos em outras atividades produtivas na mesma propriedade agrícola ou porque ele não tem como sustentar a família até que o projeto comece a dar retorno, e acaba tirando parte do sustento do crédito rural. Isto diminui a possibilidade de pagamento dos créditos deixando muitos agricultores endividados (GUANZIROLI, 2007).

3) Falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização e de agregação de valor: A visão clássica dos técnicos educados na revolução verde é a de produzir muito com ganhos crescentes de produtividade, sendo necessário para isso pedir empréstimos que viabilizem a compra dos pacotes tecnológicos recomendados. Muitas vezes a produção e a produtividade aumentam, mas os preços caem. O ganho de produtividade é assim captado pelos intermediários financeiros e comerciais (GUANZIROLI, 2007).

4) Sistema bancário conservador, despreparado para atender os assentados (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2003) ou desinteressado por esse tipo de serviço. Dias (2003), relata que uma diferença entre a lógica bancária e a dos assentados: “o gerenciamento do crédito oficial para a agricultura familiar foi estruturado a partir dos modelos, mecanismos, instrumentos e expectativas operados, tradicionalmente, pelos agentes financeiros em suas experiências de

atendimento a outras clientelas, cuja lógica sistêmica é o investimento para gerar lucros em curto prazo e não o investimento para o desenvolvimento socioeconômico de grupos marginalizados, como, por exemplo, os agricultores assentados”.

5) A falta de uma política pública consistente para a reforma agrária contribuiu para uma má distribuição dos recursos, tanto no tempo quanto no espaço. O volume insuficiente de recursos para atender a demanda por infra-estrutura básica nos projetos de assentamento mostra o abandono, por parte do poder público, dos assentamentos rurais (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2003).

Carneiro e Maluf (2005) relatam que o modelo alternativo ao agronegócio apresentado por ocasião da criação do PRONAF, ainda que sustentado na forma familiar de produção, foi dominado por uma visão centrada na relação dos agricultores com a produção mercantil. Assim, privilegiou-se aqueles produtores considerados “viáveis” economicamente, ou seja, com capacidade comprovada de competitividade no mercado e que consagrassem a maior parte de seu tempo de trabalho à atividade agrícola tirando dela o essencial de suas rendas. O caráter excludente dessa primeira experiência de apoio governamental à agricultura familiar já foi apontado pelo debate acadêmico e por representantes de movimentos sociais provocando revisões dessa política.

Porém, Vieira (2008) vai além, sugerindo que décadas de clientelismo consolidou em nosso país uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários das políticas sociais. Políticas emergenciais de segurança alimentar são consideradas indispensáveis para o enfrentamento da pobreza, entretanto devem ser acompanhadas ações educativas, organizativas e emancipadoras.

Neste sentido, um conjunto abrangente de políticas de segurança alimentar e combate à fome foi desenvolvido pelo Governo Federal no âmbito do Programa Fome Zero, notadamente o PAA, instituído em 2003, por meio do artigo 19 da Lei 10.696/2003 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2005). Sua construção emergiu a partir da reestruturação do Conselho Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no início de 2003, o qual participou ativamente de sua elaboração e juntamente com outras organizações da sociedade civil, tem acompanhado a implementação do Programa nas diversas regiões do Brasil.

Desde o seu surgimento, o PAA buscou integrar, em um mesmo instrumento de política pública, o apoio produtivo à agricultura familiar, a assistência alimentar a populações em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos. Seu objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2008). Como alude Schmitt (2005), trata-se de um Programa que integra a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola (BRASIL, 2010b).

No cumprimento deste objetivo foram criados, a partir de 2003, diferentes mecanismos de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Governo Federal (Tabela 1), alguns deles operacionalizados pela CONAB e outros implementados por meio de convênios estabelecidos pelo MDS com governos estaduais e municipais. Em termos de seu formato institucional, o Programa conta com o acompanhamento de um grupo gestor, de caráter interministerial, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Participam, atualmente, do Grupo Gestor do PAA os seguintes Ministérios: MDS, MDA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) - representado pela CONAB, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Fazenda (MF) e Ministério da Educação (MEC) (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011).

A criação do PAA trouxe uma série de inovações nas relações entre a agricultura familiar e as compras governamentais. A Lei 10.696, que cria o programa, autoriza a dispensa de licitação na aquisição de produtos comercializados por este segmento específico de produtores. Nos termos da lei, esta dispensa é definida com base nos seguintes critérios: (i) os produtos devem ser adquiridos de agricultores familiares enquadrados no PRONAF; (ii) essas aquisições devem atender aos objetivos do Programa, compreendendo ações vinculadas à distribuição

destes produtos a pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos; (iii) para que haja a dispensa de licitação é necessário que os preços de aquisição não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais. Abre-se, com isso, uma exceção aos complexos procedimentos de aquisição estabelecidos pela Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) que tradicionalmente se constituíram como um obstáculo no acesso da grande maioria dos produtores familiares aos mercados institucionais (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011).

Tabela 1 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Sigla	Modalidade	Ementa
CDAF	Antecipada da Agricultura Familiar	A Compra Antecipada era realizada por meio da emissão da Cédula do Produto Rural (CPR) pelo Banco do Brasil e pela CONAB, antecipando ao agricultor familiar que não teve acesso ao crédito oficial de custeio um valor de até R\$ 2.500,00. A Cédula vence em até 60 dias após o término da colheita, podendo ser liquidada fisicamente, com a entrega do produto para a CONAB, ou financeiramente, com encargo de 2% ao ano sobre o valor da operação. Esta modalidade foi operada apenas em 2003 e 2004.
	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
CDLAF ou CPR Doação	Compra para Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Esta modalidade também é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais ou por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), operacionalizada pela CONAB com recursos do MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 4.500,00.
CPR – Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB com recursos do MDA e MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite (PAA Leite)	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios estados. Valor comercializado por agricultor/semestre R\$ 4.000,00.

Fonte: Brasil, 2009.

Nota: (*) A partir do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 as modalidades tornaram-se cumulativas: o agricultor que acessar a modalidade “Formação de Estoques pela Agricultura Familiar” com liquidação financeira pode acessar outra modalidade cujo pagamento é em produto, podendo comercializar até R\$ 16 mil por ano (anteriormente, o limite máximo situava-se em R\$ 3,5 mil/ano ou semestre no caso do IPCL)

Outro aspecto que merece ser destacado na formulação do PAA é o fato de que a Lei 10.696 e seu decreto de regulamentação (BRASIL, 2003) permitem que as aquisições sejam feitas com base em preços de referência, que devem levar em conta as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar. Trata-se, de uma

inovação, considerando que a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), criada em 1945 e reestruturada na década de 1960 (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011), sempre utilizou mecanismos de aquisição de caráter universal. Ao submeter grupos em situações muito distintas às mesmas exigências na hora da comercialização, a PGPM reduzia o acesso dos agricultores familiares aos seus instrumentos. Com efeito, o PAA rompe com essa tradição ao dirigir suas ações para um segmento específico da agricultura brasileira – os agricultores familiares enquadrados no PRONAF, incluindo, sob esta designação, camponeses, agricultores familiares modernizados, assentados e acampados da reforma agrária¹, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, aqüicultores, atingidos por barragens e povos indígenas – respeitadas as diferenças regionais nos preços de referência (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011).

Em pouco mais de sete anos de sua operacionalização, o Governo Federal investiu um total R\$ 3,5 bilhões no PAA², montante relativamente pequeno frente ao PRONAF para o qual foram disponibilizados R\$ 16 bilhões na safra 2010/2011 (Brasil, 2010a). Todavia, ainda que com relativamente poucos recursos, o Programa tem apresentado contribuições importantes à segurança alimentar e nutricional e à agricultura familiar, como poderemos observar nas demais seções. De um modo geral, desde 2003, os valores executados têm crescido a cada ano (Tabela 2). Em termos de recursos, a estimativa para 2010 era de aplicação de R\$ 807,13 milhões na compra dos produtos da agricultura familiar.

¹ Cabe observar que o atendimento aos acampados da reforma agrária pelo PAA, configura-se como uma ampliação em relação ao público “tradicional” do PRONAF.

² Deste valor total, 88% correspondem aos recursos aplicados pelo MDS e 12% pelo MDA, o qual começou a disponibilizar recursos ao programa apenas em 2006 (Brasil, 2010b).

Tabela 2 - Recursos executados, número de agricultores beneficiados, atendimentos realizados e quantidade de alimentos adquiridos pelo PAA no Brasil de 2003 a 2010 (valores em R\$ correntes)

Período	Recursos Aplicados (R\$ - em milhões)	Nº de Agricultores Familiares	Pessoas atendidas	Alimentos adquiridos (em t)
2003	144,92	42.077	226.414	135.864
2004	180,00	68.576	4.261.462	339.925
2005	330,06	87.292	6.450.917	341.755
2006	492,09	147.488	10.700.997	466.337
2007	461,06	138.900	14.512.498	440.837
2008	509,47	168.548	15.407.850	403.155
2009	591,03	137.185	13.028.986	509.955
Estimativa 2010	807,13	213.114	18.875.174	539.722
Total	3.518,76			3.177.550
Média (2007-2010)		166.437	15.456.127	

Fonte: Brasil, 2010b

O mesmo movimento de ascensão anual é observado no número de agricultores beneficiados, pessoas atendidas e alimentos adquiridos (Tabela 2).

Estimativas para 2010 indicam que o número de agricultores familiares beneficiados pode chegar a 213.114, bem acima da média dos anos anteriores. Considerando a existência, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (BRASIL, 2009), de aproximadamente 4,3 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil, o PAA beneficiaria 4,95% deste total em 2010, um número ainda modesto pelas contribuições desta política pública à agricultura familiar. Na mesma linha de raciocínio, no documento síntese do seminário “PAA 5 Anos: balanço e perspectivas”, realizado em Brasília, em junho de 2008, foi relatada uma necessidade imediata de superar algumas dificuldades, que podem afetar a comunidade, tais como:

- a falta de informações sobre o PAA e as modalidades e formas de operação;
- as diferenças dos preços estabelecidos pela CONAB e pelo Estado/Município;
- os preços abaixo do valor do mercado de alguns produtos;
- a dificuldade no transporte dos produtos;
- a carga tributária elevada;
- a falta de assistência técnica aos agricultores;
- o atraso nos pagamentos aos agricultores;
- a falta de capacitação dos agricultores para a elaboração, gestão de empreendimentos e prestação de contas.

Vale a pena ressaltar também que em seus mais de oito anos de existência, o PAA atuou de forma diferenciada junto aos diversos segmentos que compõem a agricultura familiar. Conforme a Figura 1, que apresenta os agricultores beneficiados classificados segundo grupos específicos, 89,73% dos agricultores que acessaram o PAA em 2009³ foram classificados como agricultores familiares, 7,68% assentados da reforma agrária, 1,10% pescadores artesanais, 0,85% agroextrativistas, 0,32% quilombolas, 0,16% indígenas e 0,15% trabalhadores sem-terra. Ademais, 68% dos agricultores familiares que acessaram o PAA em 2009 foram classificados como o grupo “AF” (Agricultura familiar não assentada) do PRONAF, enquanto os grupos “A”-“A/C” (Agricultores familiares assentados) e “B” perfizeram 8% e 24%, respectivamente (BRASIL, 2010b). Embora o Programa tenha inicialmente dado forte ênfase aos assentamentos rurais, observam-se limites em incorporar este segmento, dificuldades que se acentuam quando se consideram outros segmentos sociais (quilombolas, indígenas, etc.) (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011).

3 Estes números são referentes às execuções realizadas pela CONAB e pelos governos estaduais na modalidade de Doação Simultânea (Brasil, 2010b).

Figura 1 - Participação de grupos específicos de agricultores no PAA em 2009*

Fonte: Brasil, 2010b.

Nota: * Operações realizadas pela CONAB e pelos estados na modalidade Doação Simultânea

Hoje, apesar de todas essas dificuldades de implementação no Brasil, diversos países da América Latina e África estão buscando no PAA uma forma de promover a agricultura familiar e ações de segurança nutricional nos seus contextos. Nesta situação, é urgente evidenciar as razões para a fraca participação dos assentamentos da reforma agrária no PAA, já que, o mesmo está sendo difundido como referência no combate à fome e no desenvolvimento rural (Programa Mundial de Alimentos - PMA, 2012).

2.2 A multifuncionalidade como ferramenta para análise de políticas públicas

O atual modelo de desenvolvimento e agricultura, gestado no interior das sociedades industriais capitalistas e implementado no pós-guerra, foi norteado por uma racionalidade técnico-econômica. Os processos de urbanização, industrialização e modernização, ancorados neste modelo e no modo de produção capitalista, foram concebidos como hegemônicos e inevitáveis, ou até mesmo

necessários, em escala planetária. No entanto, ao privilegiar o crescimento econômico como sua mola propulsora, este modelo foi o responsável pela degradação ambiental, pelo êxodo rural e conseqüente inchaço dos centros urbanos e pela marginalização sócio-econômica de uma grande parcela da população mundial (MULLER, 2007).

Frente ao agravamento da problemática sócio-ambiental, nas últimas décadas, este modelo produtivista começou a ser questionado e dentro deste contexto, a noção de sustentabilidade emerge e ganha força em amplos setores das sociedades. Na medida em que há diferentes concepções e “visões de mundo” em torno do real significado deste termo ou dos requisitos para o alcance dessa condição sustentável, não existe esse consenso e muito menos a padronização de procedimentos que permitem alcançar esse nível de determinação e questiona-se se isso algum dia será possível, dado o nível de complexidade da tarefa (de avaliação de sustentabilidade), devido ao infinito número de variáveis passíveis de consideração que, desejavelmente, deveriam ser incluídas para que um método pudesse ser considerado minimamente consistente na verificação e avaliação sobre o alcance desses requerimentos (KIDD, 1992).

Entretanto, há hoje linhas interpretativas instituídas (ou escolas), acerca do que seja essa tal sustentabilidade que, partindo de visões de mundo ou interesses particulares, procuram estabelecer conceituações e relações com elementos e requerimentos que permitem definir e avaliar as condições de produção e de vida nos modos e sistemas produtivos, regiões geográficas, instituições, políticas públicas e outras instâncias da sociedade (KIDD, 1992).

Esses referenciais têm influenciado no surgimento e aperfeiçoamento de indicadores, de ações e estratégias, os quais têm sido a porta de entrada para realização de análises de sustentabilidade e têm permitido, ainda que parcial e relativamente, algumas avaliações, mesmo que ainda não seja possível realizar comparações substantivas entre os resultados de um método e outro, ou sobre os indicadores utilizados, dado o baixo nível de experimentação e repetição dos estudos nessa área (KIDD, 1992).

Em todos os debates sobre sustentabilidade, os itens produção de alimentos, geração de renda e conservação do meio ambiente sempre estão presentes, apontando inevitavelmente para a agricultura e suas condições de produção, ou

para o tema da sustentabilidade da agricultura como eixo dialógico básico de onde partem as demais preocupações relacionadas à sustentabilidade do nosso modo de vida e de produção. Da mesma forma, os arranjos institucionais, enquanto unidade de um conjunto de relações entre instituições de diversas naturezas, componentes da sociedade como um todo, condicionam completamente a constituição e o funcionamento de sistemas produtivos, não de forma isolada, mas através de dinâmicas econômicas e sociais, com estratégias específicas que impulsionam alguns desses sistemas e inviabilizam outros (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

A influência deste enfoque sobre a agricultura tem levado a uma série de rupturas do modo clássico de interpretação do desenvolvimento agrário. A principal delas é em relação ao conceito de “rural” e que incide de forma especial sobre o universo das unidades familiares de produção. Até hoje, predomina uma visão de um rural como sendo equivalente ao espaço agrícola, principalmente em função do modelo de desenvolvimento, baseado em uma visão essencialmente produtivista e “homogeneizadora” da realidade, onde a agricultura é refém da dinâmica industrial (MULLER, 2007). Nesse sentido, as mazelas decorrentes desse “desenvolvimento” pouco a pouco, começam a fazer parte das discussões tanto no âmbito privado como no público. A necessidade de minimizar os impactos ambientais nas práticas agrícolas dominantes, de se produzir alimentos saudáveis isentos de agrotóxicos, de garantir renda, educação, cultura e saúde a toda a população marginalizada, são aspectos que preocupam e mobilizam cada vez mais os movimentos sociais, a comunidade acadêmica, e os formuladores das políticas públicas, comprometidos com um desenvolvimento justo para todos, muito embora num ritmo mais lento do que o desejável (BRASIL, 2008).

Dentro deste contexto, o potencial da agricultura e do meio rural são destacados na reconstrução destes novos espaços sociais, capazes de comportar “reformas societárias de cunho integrativo e como base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade” (FERREIRA, 2002).

Sendo assim, o rural não deve mais ser confundido com a base geográfica de certo setor econômico, nem como o resíduo daquilo que não pertence às cidades, mas como algo que guarda suas especificidades, capaz de contribuir para uma proposta mais ampla de desenvolvimento sustentável (ABRAMOVAY, 2000),

recolocando assim, a problemática da ruralidade no contexto das sociedades modernas (WANDERLEY, 2004).

Nestes termos, recolocar a problemática da ruralidade implica na compreensão das mudanças e das novas “funções” que a agricultura, em especial a familiar – entendido como forma de uso dos recursos naturais e como forma de ocupação de um determinado território - pode preencher para a sociedade (CAZELLA; MATTEI, 2003; BRANDENBURG; FERREIRA, 2004).

No Brasil, o meio rural sempre foi referenciado como fonte de problemas e fragilizado pelo isolamento e pela precariedade estrutural e social, em oposição à cidade, depositária do poder público e dos serviços e equipamentos. No entanto e em acordo com Wanderley (2004), mediante a crise do modelo de sociedade, “novos olhares” também estão sendo lançados sobre o meio rural que, aos poucos, está sendo enxergado igualmente como “portador de soluções”.

Desta maneira, a noção de multifuncionalidade da agricultura permite pensar na constituição de novo referencial para as políticas públicas voltadas ao meio rural e à agricultura, superando aquele produtivista predominante até os dias de hoje. Maluf (2002) descreve a noção de multifuncionalidade da agricultura como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos. A noção incorpora a provisão, por parte desses agricultores, de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural (CAZELLA; ROUX, 1999; MALUF, 2002). A multifuncionalidade da agricultura nasce no debate em torno deste referencial (CARNEIRO; MALUF, 2003) baseado na reprodução socioeconômica das famílias, da promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, da manutenção de uma vivacidade do tecido social e cultural e da preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais.

Basicamente, o enfoque da Multifuncionalidade da Agricultura (MFA) remete a quatro níveis de análise: (i) as famílias rurais, (ii) o território, (iii) a sociedade; (iv) as políticas públicas. Pesquisa realizada anteriormente com famílias rurais de regiões bastante diversas do Brasil permitiu observar as circunstâncias que afetam o desempenho das múltiplas “funções” atribuídas à agricultura, desde a ótica das

dinâmicas de reprodução dessas famílias (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009). Essas dinâmicas são “localizadas” no sentido de estarem inseridas em determinados territórios, ao mesmo tempo que contribuem para a sua configuração. A incorporação da dimensão do território demanda investigar, adicionalmente, a percepção sobre as referidas “funções” e a correspondente atuação dos atores e redes sociais relevantes na construção social dos respectivos territórios. Finalmente, tem-se a análise das políticas públicas, objetivando verificar em que medida elas reconhecem e conferem legitimidade à multifuncionalidade da agricultura familiar (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Nesta perspectiva, o estudo social das políticas públicas pode se valer da noção de multifuncionalidade da agricultura com vistas a examinar em que medida uma determinada intervenção pública favorece (ou não) o reconhecimento e a tomada em conta de papéis ambientais, territoriais, sociais e culturais em torno da atividade agrícola. Na medida em que o referencial produtivista está em xeque, a concepção de políticas públicas fundadas em referencial alternativo se multiplica (MORUZZI-MARQUES; FLEXOR, 2007).

O referencial da sustentabilidade, cuja construção é plena de disputas (MOREIRA, 2000; SACHS, 1997), fornece elementos consistentes para fundamentar estratégias inovadoras de ação.

A noção de MFA é útil à realidade agrária e agrícola brasileira à medida que for considerada um instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos, ainda que se concorde em que, no Brasil, o papel atribuído pela noção de MFA à atividade agrícola, na conformação do rural e na reprodução das famílias rurais seja especialmente focado na produção de alimentos (MORUZZI-MARQUES; FLEXOR, 2007).

Mais problemática é a aplicação da noção de multifuncionalidade para além das formas de agricultura familiar ou das unidades familiares rurais. Considera-se serem estas as formas que melhor expressam, efetiva ou potencialmente, o que a noção pretende como um objetivo de políticas públicas voltadas à promoção de modelos de produção socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e que valorizem a diversidade cultural e dos biomas. Nesse sentido, essa noção não representaria uma mera atualização da antiga e conhecida ótica das funções da

“agricultura em geral” nos processos sociais e econômicos (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Sob essa ótica, os dados oficiais sobre o PAA apresentam resultados promissores, pois a expectativa de pessoas beneficiadas com os alimentos em 2010 alcançava a cifra de cerca de 18,8 milhões de pessoas, número que tem se elevado ao longo dos anos. Considerando que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (2009), 65,5 milhões de pessoas no país (34% do total) encontram-se em situação de insegurança alimentar, as ações do PAA atenderiam 28,7% delas. Em termos de instituições, são mais de 25 mil entidades que recebem os alimentos da modalidade Compra com Doação Simultânea, incluindo escolas, associações beneficentes, Amparo Criança, instituições religiosas, creches, associações comunitárias, entre outras (Brasil, 2010b). Estes dados ilustram a importância do Programa para a segurança alimentar no Brasil.

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos recursos entre as modalidades no período de 2003 a 2010. Observa-se que, dos anos iniciais do PAA até 2006, o PAA Leite era a modalidade que mais recebia recursos. No entanto, a partir de 2007 a modalidade Compra com Doação Simultânea passou assumir maior importância. De 2003 a 2010, 39% dos recursos totais foram aplicados na Compra com Doação Simultânea, 36% no PAA Leite e, em conjunto, estas modalidades capitanearam 75% dos recursos do PAA, ou seja, $\frac{3}{4}$ do montante total foi aplicado em doações de alimentos às populações em condições de insegurança alimentar⁴. Como já sinalizavam Delgado et al. (2005), podemos observar que as ações com este foco tem ganhado maior ênfase ao longo dos anos.

⁴ Este número talvez esteja subestimado dado que os produtos adquiridos pela Compra Direta e Formação de Estoque também podem ser direcionados para doação quando necessário.

Tabela 3 - Recursos do PAA (R\$ milhões correntes) por modalidade no período 2003-2010

Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*	Total
Compra Antecipada	57,20	35,70	-	-	-	-	-	-	92,27
Compra Direta	6,59	30,55	38,28	68,37	40,13	44,68	166,88	63,66	459,14
Doação Simultânea	7,67	33,17	77,99	171,97	196,80	243,25	202,53	452,03	1.385,41
Formação de estoque	11,57	19,92	26,11	49,94	44,99	45,88	46,27	72,90	317,57
PAA Leite	61,89	61,29	190,60	201,81	179,14	175,66	175,36	218,54	1.246,37

Fonte: Brasil, 2010b.

Nota: * Estimativa

Logo, estima-se que, o exame das conseqüências do PAA (em sua modalidade compra da agricultura familiar com doação simultânea) sobre tais múltiplas funções da atividade agrícola fertiliza um amplo terreno para nossa interpretação. Assim, esta pesquisa se propõe a contribuir com o estudo do acesso ao PAA através de um estudo de caso em Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema extremo oeste do Estado de São Paulo.

Como hipótese, supõe-se que o PAA na modalidade doação simultânea favorece dinâmicas agroalimentares que levam a um reconhecimento de múltiplas funções da agricultura familiar assentada do Pontal. Desta maneira, o PAA contribui para renovar energias em torno do projeto de reforma agrária para a região, que conhece um refluxo nos últimos anos. Admitiu-se ainda como hipótese de trabalho que o programa, apesar de apenas garantir preço e a compra dos produtos agrícolas para escoamento local, consegue além de gerar renda, oferecer maior auto-estima a esses assentados, assim como apoiar aqueles que estão endividados ou até mesmo em situação de precariedade.

Pode-se também considerar de forma oposta que o programa, por não prever distribuição de recursos financeiros em forma de crédito, nem capacitação para melhorias nos estabelecimentos, apresenta fragilidades para intervir em favor dos assentados da reforma agrária, segmento historicamente renegado pelas políticas agrícolas e agrárias. Neste caso, os questionamentos sobre a viabilidade social e econômica dos assentamentos não diminuem.

Colocada essa hipótese e considerando que o sucesso do PAA exige a interlocução de diferentes agentes, a saber: os próprios assentados, o movimento

social e o Estado, considera-se pertinente questionar em que medida o PAA permite reforçar lógicas produtivas e comerciais favoráveis a uma maior visibilidade da multifuncionalidade da agricultura. Também nossa intenção é discutir se estas lógicas beneficiam o conjunto dos agricultores destes assentamentos.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Aspectos metodológicos

Para contemplar os objetivos da pesquisa do mestrado, primeiramente foram realizadas buscas bibliográficas que tratam da multifuncionalidade da agricultura familiar e da sua pertinência para embasar a discussão sobre desenvolvimento rural e desenvolvimento da sociedade como um todo. Da mesma forma, uma atenção particular foi dada à literatura que trata da problemática da reforma agrária, principalmente àquela voltada para os estudos dos assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema.

Em segundo lugar buscou-se analisar o PAA a partir dos dados resultantes da pesquisa “O PAA em Assentamentos Rurais de Reforma Agrária: implantação, impactos e perspectivas”. Esta pesquisa resultou do Contrato de Prestação de Serviços no BRA10- 13555/2011, estabelecido entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Escritório Brasil, e Redes de Desenvolvimento Ensino e Sociedade (REDES), instituição associada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no âmbito do Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Companhia Nacional de Abastecimento.

Esta pesquisa visou avaliar qualitativamente o processo de implantação do PAA no contexto dos assentamentos de reforma agrária, dimensionando seus impactos sobre as condições vida das famílias assentadas, analisando as interações estabelecidas pelo programa com outros instrumentos de políticas públicas e discutindo sua influência sobre o modo como se organiza a produção, o processamento e a comercialização de produtos agrícolas nas áreas de reforma agraria. Logo o objetivo principal da pesquisa ora apresentada, foi avaliar o processo de implantação do PAA no contexto dos assentamentos da reforma agrária em cinco regiões brasileiras, procurando contemplar a diversidade dos assentamentos de reforma agrária e os diferentes arranjos do PAA nos contextos locais (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011). Em cada região foi selecionado um estado, uma região e um ou dois projetos de assentamentos para estudos de caso em profundidade. A partir de critérios estabelecidos para a seleção dos casos

realizou-se a pesquisa de campo que buscou apreender os impactos gerados pelo PAA no contexto dos assentamentos de reforma agrária em diferentes níveis de análise, a saber:

- a. as famílias assentadas e suas estratégias de reprodução econômica e social, incluindo tanto as famílias beneficiadas pelo Programa como famílias que não tiveram acesso ao Programa.
- b. os assentamentos de reforma agrária, entendidos como um espaço de produção, moradia e sociabilidade, bem como de execução de um conjunto de ações multissetoriais dirigidas à implementação da reforma agrária⁵. Diversas pesquisas têm chamado atenção para o fato de que os assentamentos rurais e seu processo de transformação ao longo do tempo, não podem ser compreendidos por meio de um olhar centrado, exclusivamente, nas condições internas aos assentamentos e/ou na trajetória das famílias assentadas (LEITE et al., 2004). O referido trabalho parte, portanto, de uma abordagem que, sem perder de vista a especificidade dos assentamentos como unidade de análise, buscou apreender a complexidade das relações construídas pelas famílias e pelas organizações dos assentados com seu entorno;
- c. os diferentes circuitos de produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas nos quais as famílias e as organizações dos assentados se encontravam inseridas, com especial atenção para os vínculos estabelecidos, por meio do PAA, com o mercado institucional. Foi importante verificar também as transformações nas relações estabelecidas pelas famílias assentadas e suas organizações com diferentes circuitos de produção, processamento e consumo em decorrência de sua inserção no Programa;

⁵ Nos termos estabelecidos pelo INCRA, um projeto de assentamento “consiste em um conjunto de ações em área destinada à reforma agrária, planejadas, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional (...) objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis na perspectiva do cumprimento da função social da terra, e da promoção econômica, social e cultural do(da) trabalhador(a) rural e de seus familiares”. Ver: INCRA. Instrução Normativa nº. 15 de 30 de março de 2004 (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2004).

- d. os vários atores com os quais os assentados se relacionaram em seus esforços por acessar o Programa e garantir a sua implementação, em nível local/territorial, estadual e nacional (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011).

Em consonância com os objetivos, níveis de análise e questões de pesquisa deste projeto, construiu-se um conjunto de instrumentos qualitativos e quantitativos de coleta de dados utilizados para a realização dos diferentes estudos de caso. Optou-se, fundamentalmente, pela utilização de questionários estruturados, com distintas finalidades e de roteiros voltados à realização de entrevistas semi-abertas.

Os questionários estruturados tiveram como público alvo, primeiramente, as famílias assentadas atendidas e não atendidas pelo Programa. Buscou-se uma comparação entre esses dois grupos, visando uma melhor compreensão das dinâmicas de acesso e dos efeitos gerados pelo PAA tanto ao nível da unidade produtiva como no que tange às relações estabelecidas por estas famílias de agricultores com seu entorno econômico, político e social. É importante destacar que este instrumento não teve por objetivo propiciar uma análise estatística dos assentamentos, mas sim permitir uma análise qualitativa consistente e rigorosa entre os distintos casos pesquisados (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011).

Foram também aplicados questionários estruturados para as organizações proponentes e técnicos ou lideranças dos assentamentos com bom conhecimento sobre a trajetória e a situação vivenciada pelas famílias assentadas no momento atual. Os questionários destinados às organizações proponentes visaram proporcionar uma caracterização social, econômica e política da organização e sua inserção no PAA. Outro questionário buscou uma descrição do perfil geral do assentamento, abordando questões sobre o processo de formação, a presença e acesso a serviços, produção, consumo e comercialização e acesso a políticas públicas. Estes questionários foram aplicados conforme o número de assentamentos e organizações proponentes em cada município (geralmente, um de cada tipo em cada assentamento).

Os roteiros de entrevista buscaram, por sua vez, captar a percepção de diferentes atores em relação ao Programa, dimensionando seu envolvimento na implementação do PAA. Foram entrevistadas organizações mediadoras, organizações que consomem os produtos do PAA, representantes do poder público municipal, técnicos e lideranças dos assentamentos, representantes dos Conselhos Municipais que acompanham o PAA, e representantes da CONAB e do INCRA.

O estudo de caso da região Sudeste ocorreu no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo, no município de Mirante do Paranapanema. O trabalho de campo consistiu numa primeira etapa de teste dos instrumentos de pesquisa e numa segunda etapa de realização de entrevistas e de obtenção de documentos de apoio para as análises. A primeira etapa ocorreu entre 19 e 22 de junho e a segunda durou 17 dias, tendo sido realizada no período de 17 de julho a dois de agosto de 2011, abarcando dois assentamentos, o PA Antônio Conselheiro e o PA Margarida Alves.

Ao todo, foram aplicados 33 questionários junto a famílias assentadas – 23 com famílias que acessaram o PAA e 10 com famílias que não acessaram o referido programa, sendo esse o número de entrevistas que permitiu chegar a um ponto de saturação em termos de elementos de análise para os objetivos da pesquisa. Foram realizadas cinco entrevistas com lideranças das associações proponentes e três entrevistas com pessoas de referência nos assentamentos, buscando traçar o perfil de cada um dos assentamentos (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011).

Ademais, foram realizadas entrevistas com um representante do poder público local (Secretário da Agricultura), um representante de entidade beneficiária, uma reunião/entrevista com representantes do MST, quatro entrevistas com técnicos do INCRA, uma entrevista com um membro de organização mediadora Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema (COCAMP) e diversos encontros com representante da Companhia Nacional de Abastecimento, Superintendência Estado de São Paulo CONAB-SUREG/SP e com um representante da Superintendência Regional do INCRA em São Paulo (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB;

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011).

Nesse sentido, os resultados da pesquisa “O PAA em Assentamentos Rurais de Reforma Agrária: implantação, impactos e perspectivas” serviram como base fundamental para a elaboração desta dissertação de mestrado.

3.2 A Região do Pontal do Paranapanema, breve contextualização

Em termos geológicos, o Pontal do Paranapanema se situa na Bacia Sedimentar do Paraná, na qual predominam rochas sedimentares do período Mesozóico (aproximadamente 65 milhões de anos atrás), bem como coberturas mais recentes, que remontam ao período Cenozóico (15 milhões de anos). Nestas circunstâncias, esta formação geológica é composta, sobretudo, de Arenito - Caiuá, que origina solos de textura arenosa. Estes últimos retêm pouca água e nutrientes, sendo muito susceptíveis à erosão, principalmente quando desprovidos de sua cobertura vegetal. Estado crítico dos processos erosivos, as voçorocas são muito comuns na região⁶. Sua gravidade não é maior em razão do Pontal do Paranapanema se situar nas terras planas do Planalto Ocidental Paulista, cuja unidade de relevo é aquela dos Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná. A região encontra-se localizada na bacia hidrográfica do Paraná, que alimenta um dos maiores reservatórios de água do mundo, o Aquífero Guarani. Segundo o Mapa de Fertilidade dos Solos dos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, os solos da região apresentam teores baixos a muito baixos de nutrientes, assim como alta acidez e baixa V%⁷ (BUENO et al., 2007).

Situado entre a confluência dos rios Paraná (ao norte) e Paranapanema (ao sul) (Figura 2), o Pontal se inscreve nos domínios do bioma Mata Atlântica, segundo

⁶ Convém aqui realçar que, ainda que a região esteja situada em zona climática tropical, o clima apresenta características de transitoriedade entre o tropical (predominante na maior parte do Planalto Ocidental Paulista) e o subtropical (típico do interior da região sul), com temperaturas média máxima de 34° C e média mínima de 9,6° C. A precipitação pluviométrica, com média de 1.354 mm/ano - mensurada em estação meteorológica localizada em Mirante do Paranapanema, no sub-distrito de Cuiabá Paulista - se concentra nos meses de verão, quando as chuvas são intensas. Nestas circunstâncias, os processos erosivos ganham intensidade.

⁷ Este parâmetro (V%) descreve a percentagem de saturação de bases da CTC (Capacidade de Troca de Cations) a pH 7,0, sendo utilizado, em combinação com outros indicadores, para separar solos considerados férteis (V% >50) de solos de menor fertilidade (V% <50).

a Lei da Mata Atlântica n° 11.428 de 22 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006), que dispõe sobre uso e proteção de sua vegetação nativa. Assim, a cobertura vegetal original dessa região é classificada como Floresta Estacional Semidecidual (VELOSO; GÓES FILHO, 1982). Esta vegetação foi praticamente devastada nas últimas décadas em razão da ocupação fundiária do Pontal do Paranapanema, restando apenas 1,85% de sua cobertura original (BEDUSCHI FILHO; CORDEIRO, 2000; UEZU et al., 2006).

Figura 2 – Localização do Pontal do Paranapanema no Estado de São Paulo
Fonte: IWASA, 1999

Na década de 40, foram criadas três reservas florestais, decretadas pelo governo de Fernando Costa para a proteção da flora e da fauna: a Grande Reserva do Pontal, com área de 246.840 hectares; a Reserva da Lagoa São Paulo, com área de 23.343 hectares e a Reserva do Morro do Diabo, com área de 37.156 hectares. Em 1945, 97% da Grande Reserva era composta por uma matriz florestal. Já em 1962, somente 60% de sua área estava coberta pela mata (UEZU, 2006).

A partir dessa data, principalmente no período do governo de Adhemar de Barros, o desmatamento intensificou-se, levando ao desaparecimento de grande parte da reserva. Estima-se que, em 1978, somente 27% da cobertura vegetal original ainda permanecia em pé. Dentre as ações que contribuíram para a degradação ambiental da área cabe mencionar a aplicação aérea do herbicida Tributon-2,4 D (agente laranja), em 1973 (UEZU, 2006).

Assim, a voracidade de grileiros conseguiu destruir totalmente duas das três reservas mencionadas, permanecendo somente aquela do Morro do Diabo. Esta sofreu perda de parte de sua área (2.000 hectares) quando da construção do reservatório da usina de Rosana, na década de 1980. Em 1986, a reserva foi re-categorizada, transformando-se no Parque Estadual do Morro do Diabo, com uma área de 33.845,33 hectares (FERNANDES; RAMALHO, 2001). Desta forma restou, da Grande Reserva do Pontal (mais de 270.000 hectares), apenas fragmentos florestais, cuja extensão varia entre 2 e 2.000 hectares. A paisagem é composta por uma matriz onde predominam as pastagens e as plantações de cana-de-açúcar. O Parque Estadual do Morro do Diabo constitui-se, no estado de São Paulo, como o último remanescente de larga escala da floresta de Mata Atlântica de interior (UEZU, 2005).

A ação antrópica, caracterizada pela ocupação e utilização da terra para diversos fins (agricultura, exploração de madeira, especulação imobiliária), tem causado a perda de muitos ecossistemas naturais. Em São Paulo, resta apenas cerca de 7,64% da cobertura florestal, sendo que 5,99% desta área encontra-se no litoral e 1,65% no interior paulista (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE, 2002). A região do Pontal do Paranapanema abriga 84% das florestas do interior do Planalto Ocidental. Boa parte da vegetação existente, atualmente, está fragmentada (UEZU, 2006).

A destruição pelos desmatamentos iniciou-se desde a chegada da Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro, já na década de 1920. A chegada da empresa imprimiu a essa região um padrão de ocupação territorial que tinha, como um de seus objetivos, a liberação de grandes áreas para a lavoura de café e, posteriormente, para a lavoura de algodão. A história desta ocupação encontra-se associada a um processo conflituoso de apropriação de terras de domínio público: grandes fraudes na titularidade dominial (grilagem), posturas violentas, adoção de práticas agrícolas sem preocupação com a conservação dos recursos naturais e desobediência à legislação ambiental. Até a década de 1990, as terras da região encontravam-se, em sua maioria, sob domínio de grandes latifundiários. Desde então, em razão das ocupações massivas de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a paisagem agrária do Pontal começa a mudar (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006).

3.3 Características históricas e formação dos assentamentos

As lutas sociais que levaram à constituição dos assentamentos rurais no estado de São Paulo emergiram de uma pluralidade de relações de trabalho e conflitos em torno da terra, como, por exemplo, a luta de posseiros, arrendatários, parceiros e sitiantes atingidos por barragens que resolveram buscar no acesso à terra uma alternativa a sua exclusão econômica e social (SOUZA, 2007).

No Pontal do Paranapanema, os conflitos fundiários se transformaram, em muitos casos, em disputas jurídicas entre grileiros e o poder público, pelo caráter devoluto das terras. A política fundiária do governo militar não mobilizou, em grande escala, os novos dispositivos jurídicos criados com o Estatuto da Terra. Assim, a situação agrária nesta região permaneceu bloqueada no período autoritário entre 1964 e 1984. Embora os conflitos pela posse da terra continuassem em várias regiões paulistas, as intervenções do governo federal só voltaram a se verificar anos mais tarde, quando o Estado, ao implantar grandes usinas elétricas no Pontal do Paranapanema, foi levado a transferir populações locais afetadas pela construção de barragens (SOUZA, 2006).

Vale ressaltar que esse processo de luta intensificou-se na região a partir de dois elementos motivadores, consolidados na segunda metade da década de 1970. O primeiro deles foi a construção da Destilaria Alcídia. Registra-se, além disso, o início da construção de três usinas hidrelétricas: Porto Primavera, no Rio Paraná; Rosana e Taquaraçu, no Rio Paranapanema (RAMALHO, 2002). Deste modo, a partir de 1978, foram criados cinco novos núcleos de assentamentos rurais nesta região, sob responsabilidade das Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), abrigando 1.345 famílias em 25.738 hectares (SOUZA, 2006).

Os assentamentos rurais também tiveram origem na organização sindical de trabalhadores rurais assalariados do corte da cana e daqueles sem terra que, nos anos 1980, procuraram nos movimentos sociais organizados uma maneira para alcançar estabilidade (BERGAMASCO; NORDER, 1999). Grande parte dos assentamentos de trabalhadores rurais existentes no Estado de São Paulo foi criada a partir de 1983, no governo Franco Montoro, quando um programa fundiário se desenvolveu sobre dois planos: o Plano de Valorização de Terras Públicas e o Plano de Regularização Fundiária. A implementação desses planos resultou na constituição e regulamentação de 38 núcleos durante o período de 1984 a 1995, numa área total de 3.934 hectares, abrigando cerca de 3.556 famílias (SOUZA, 2006). Como exemplo desses assentamentos, podemos citar a Gleba XV de Novembro, localizada nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista.

As políticas estaduais de recuperação de terras públicas voltaram-se, principalmente, para a solução de conflitos, já antigos, mas que ganham visibilidade em um contexto de ampliação de liberdades políticas para os movimentos sociais e sindicais, decorrente do processo de abertura democrática pelo qual o Brasil passou no início da década de 1980 (SOUZA, 2007).

Em 1995, a região do Pontal do Paranapanema era uma das principais áreas de conflitos fundiários do país, tendo o maior número de ocupações de terra. Nela, os processos de espacialização e territorialização da luta pela terra caminham, passo a passo, com o aumento do número de ocupações (FERNANDES, 1996).

Mirante do Paranapanema se destaca por conter o maior número de assentamentos entre os municípios da região. Essa importante transformação agrária foi fruto de inúmeras ocupações, principalmente a partir da década de 1990. Dados divulgados no início dos anos 2000 mostram que, em Mirante do

Paranapanema, ocorreram, aproximadamente, 38% do total das ocupações de terra realizadas na região. Também revelam a importância desse município nos conflitos agrários no Pontal do Paranapanema. Em âmbito nacional, Mirante do Paranapanema foi igualmente o município com maior número de ocupações (DATA LUTA, 2002).

A criação dos assentamentos Che Guevara, em 1992 e São Bento, em 1994, nas áreas das antigas Fazendas: Santa Clara e São Bento desencadeou uma onda massiva de ocupações e desapropriações, muitas vezes com conflitos armados violentos, particularmente na Fazenda São Bento (que foi ocupada 22 vezes) e na Fazenda Santa Rita. Os 35 assentamentos implantados no município modificaram a paisagem rural local, notadamente em sua parte sudeste: onde antes predominavam vastas áreas de pastagens, hoje existe um agrupamento de assentamentos contíguos, abrigando um contingente de mais de 1.500 famílias (BRASIL, 2011).

Atualmente, existem no Pontal 108 assentamentos de reforma agrária e cerca de 6.500 famílias assentadas. Estes projetos de assentamento estão distribuídos em 14 municípios dos 32 que compõe a região, ocupando um total de 146.000 hectares. De maneira geral, os solos dos assentamentos do Pontal podem ser caracterizados pela baixa fertilidade natural, agravada por um alto nível de degradação (BRASIL, 2011).

Os sistemas de produção atuais são caracterizados pelo baixo uso de insumos e de mecanização. A atividade leiteira predomina, com baixa produção. Herança da ocupação histórica da região, esta matriz produtiva se assenta em pastagens degradadas: 70% das terras do Pontal estão cobertas por pastos, formados por gramíneas exóticas, muito rústicas e invasivas (SÃO PAULO, 2007/2008). Importante lembrar que esses sistemas foram implantados em razão dos incentivos dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), notadamente através de projetos de crédito do PRONAF.

A propósito, uma liderança do MST entrevistada durante a pesquisa, observou que a matriz produtiva pouco diversificada (leite e mandioca), baseada em práticas tecnológicas “convencionais”, que foi adotada pelos assentados, poderia ser resultado de um desejo ou necessidade por parte dos agricultores de obter renda de forma imediata. Segundo este depoimento, uma parcela bastante significativa das famílias assentadas na região teria vivido muito tempo na cidade, possuindo poucas

referências em relação ao trabalho na agricultura e seu caráter sazonal. Segundo o entrevistado: “eles viveram muito tempo na cidade e trazem consigo o imediatismo da renda”, o que levaria os assentados, segundo ele, a ver na atividade leiteira uma forma de salário mensal. Para transformar esse quadro, seria necessário, segundo o entrevistado, um considerável investimento de tempo e recursos, humanos e financeiros (Entrevista realizada em 29/07/2011).

Em razão do modelo de produção hegemônico vigente apresentado acima, pouco adaptado à realidade da agricultura familiar, é possível considerar que existe um desânimo em relação ao investimento na agricultura por parte da grande maioria dos assentamentos, delineando-se um quadro desfavorável para a implantação de novos projetos

Nas últimas décadas, a expansão regional de canaviais, financiada pelos sucessivos governos, vem provocando a conversão de extensas áreas de pastagem em amplas extensões de monocultivo de cana-de-açúcar para a indústria. Os assentados foram atraídos para este circuito produtor canavieiro, notadamente, graças ao Programa de Integração Rural do Banco do Brasil, denominado BB – Convir e ao aval do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), que permitia ou incentivava o cultivo de cana-de-açúcar para fins de processamento industrial até determinados limites pré-estabelecidos do lote (FREITAS et al., 2007). Esta orientação revela, em grande medida, o modelo de desenvolvimento almejado pelo governo estadual para os assentamentos da região.

Quanto ao município foco da pesquisa, Mirante do Paranapanema, que conta com uma população de 17.059 habitantes, sendo 10.045 na área urbana e 7.014 na área rural (BRASIL, 2011). Esta percentagem de população na zona rural, cerca de 40%, é bastante elevada se comparada à média nacional de cerca de 15% e mais ainda em relação à média da região Sudeste, de cerca de 7% (BRASIL, 2011). Fundado em 1953, o município se estende por uma área de 123.500 hectares. Seu PIB se ancora sobremaneira em serviços, setor responsável por 72% de seu valor total.

A agropecuária do município representa 17% do Produto Interno Bruto (PIB) do município, enquanto que a indústria contribui com 11% (BRASIL, 2011). As pastagens ocupam 85.730 hectares do território municipal, o que corresponde a 70% das terras dedicadas principalmente à pecuária. A cana-de-açúcar destinada à

indústria ocupa o segundo lugar com 17.620 hectares (14% do total). Este padrão de ocupação reflete o alto nível de degradação da cobertura vegetal nativa do município. De fato, os pequenos fragmentos de vegetação nativa estão distribuídos em matas, capoeiras, cerrados e vegetação de várzea que, somados, representam apenas 7.842 hectares, ou seja, 6,3% das terras municipais (SÃO PAULO, 2011).

Convém insistir que, a partir da Portaria n. 75-24/10/02 (SÃO PAULO, 2002) que regulamentava a exploração dos lotes de assentamentos rurais com cana-de-açúcar, alguns assentados passaram a arrendar suas terras para usinas interessadas no plantio em larga escala deste produto (FREITAS et al., 2007). Esta portaria do ITESP, que foi revogada pelo INCRA em meados de 2008, permitia para lotes de assentamentos superiores a 15 hectares, o plantio de até 30% de sua área total com culturas destinadas ao processamento industrial. Em relação a esse tema é oportuno mencionar o Artigo 9º, Capítulo VII, da referida portaria, que estabelecia o seguinte:

“Artigo 9º. – Os compromissos e os contratos de compra e venda, celebrados entre os assentados e as agroindústrias, instruirão o procedimento de elaboração do projeto e, obrigatoriamente, deverão conter cláusulas que disponham sobre:
[...] VII – compromisso da empresa, no caso de plantio de cana-de-açúcar, da recuperação do solo após o encerramento do ciclo da cana, com a destruição da soqueira, sem ônus para o assentado, e especial atenção para o teor da matéria orgânica (Portaria ITESP, n. 75-24/10/02).”

Dados recentes da Fundação ITESP revelaram que, em 2008, mais de 350 assentados, residentes em projetos sob jurisdição do governo estadual, distribuídos pelas regiões Nordeste e Extremo Oeste do estado, tinham contratos para fornecimento de cana a diferentes usinas (FERRANTE; BARONE, 2011). Na região do Pontal do Paranapanema, existiam sete assentamentos rurais nos quais os agricultores arrendaram parte importante de seus lotes (30%) para esse plantio. Seis desses assentamentos estão localizados no município de Teodoro Sampaio, somente o assentamento Gleba XV de Novembro, encontra-se situado no município de Rosana (MASSARETTO, 2008). Esses arrendamentos, ou parcerias, como eram chamadas pelos técnicos e pelas usinas, geraram discordâncias entre as lideranças e os assentados e até mesmo o INCRA, que buscavam através das relações estabelecidas com as usinas, uma alternativa para melhorar a renda de sua família. Os primeiros projetos foram implantados no município de Teodoro Sampaio, com a

estruturação, pela destilaria Alcídia da Gata, de “projetos-piloto” no assentamento Água Sumida. Em momento posterior, verificou-se a expansão da produção de cana visando o fornecimento deste produto a essa mesma empresa, em projetos de assentamento vizinhos.

Este tipo de parceria (ou ainda consórcio) foi amplamente anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos constituídos por famílias que, antes de receberem seus lotes, trabalhavam na agricultura como assalariados rurais, partindo do pressuposto de que o bóia-fria (agora assentado) é incapaz de “tocar a terra”. A omissão do Estado como instituição responsável por oferecer meios para que o assentado desenvolva uma produção autônoma não é discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento, permitiria, sob os termos anunciados pelo consórcio, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Porém, estudos comprovam que a cultura da cana-de-açúcar para fins industriais não tem rentabilidade econômica em pequenas unidades de produção (FERRANTE; BARONE, 2011).

Assim, o exame das relações estabelecidas entre os assentados e as usinas, com anuência do Estado, através do consórcio, levou a um quadro no qual a liberdade e autonomia são desfeitas, sendo recriada uma típica forma de assalariamento. Trata-se de poderes e controles a esquadriñar o novo espaço social, enquadrando-o novamente nas marcas do “trabalho cativo” (FERRANTE; BARONE, 2011), ou seja, um retorno do assentado à condição de dependência enquanto trabalhador alienado.

As usinas deveriam formar turmas para o cultivo dos canaviais, utilizando exclusivamente mão-de-obra dos assentamentos. Com esse objetivo, elas recrutaram um trabalhador por família consorciada, admitindo-o como seu funcionário. Sob os benefícios sociais anunciados como vantagens do vínculo empregatício, configurou-se nitidamente a volta do assentado à condição de proletário rural (FERRANTE, 2007).

Ademais, os recursos para implantar as lavouras de cana nos lotes (adubos, inseticidas e herbicidas) eram financiados pelo próprio assentado, mediante projetos do PRONAF. As usinas tornam-se avalistas destes contratos junto ao Banco do Brasil. Deste modo, a empresa canavieira fornecia a tecnologia e realizava a colheita, o transporte e a pesagem. Os serviços de formação do canavial eram

disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem, nas safras seguintes. Para dar continuidade a este sistema produtivo, os assentados tinham que financiar os custos da produção com o dinheiro obtido nas safras anteriores, sem o apoio que receberam das usinas na primeira safra: a chamada “produção facilitada”. Apenas o trato e o corte seriam responsabilidade das famílias. Mas o que ocorreu, de fato, é a terceirização da mão-de-obra por turmas da usina. Por esta razão, esta denominada “parceria”, que foi implantada no estado de São Paulo, poderia ser claramente caracterizada, em muitos lotes, como um arrendamento, já que não havia trabalho familiar nos canaviais (FERRANTE, 2007).

Neste quadro, resultados aquém do esperado, compromissos asfixiantes (contratos de cinco anos durante os quais o assentado não pode dispor livremente de seu lote), endividamento e decepção, aumentaram as desconfianças. De todo modo, a envergadura dos investimentos direcionados à região criou uma pressão muito forte em favor da expansão canavieira (FERRANTE, 2007).

A monocultura da cana pode ser vista, hoje, como o principal vetor de uma concepção concorrente ao PAA em termos de perspectivas de desenvolvimento para os territórios rurais do Pontal.

As usinas existentes atualmente no Pontal pertencem à *ETH Bioenergia*. Esta empresa, controlada pela *Organização Odebrecht*, tem 33% de participação acionária da japonesa *Sojitz Corporation – trading multinacional*, que atua no mercado de *commodities*. Criada em meados de 2007, a *ETH Bioenergia* atua de forma integrada na produção, logística e comercialização de açúcar, etanol e energia elétrica. Investimentos bilionários financiados por linhas de crédito de longo prazo do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) estão sendo aplicados na criação de três pólos produtivos localizados nos estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, onde serão plantados aproximadamente 600 mil hectares de cana-de-açúcar (ODEBRECHT, 2011). Estes investimentos demonstram a confiança do governo no setor de bioenergia e permitem à *ETH Bioenergia* dar um importante passo em sua estratégia de atingir posição de liderança no setor.

No Pontal, a Unidade Alcídia, adquirida em 2007, moeu 1,3 milhões de toneladas e produziu 85 milhões de litros de etanol e 57 mil toneladas de açúcar na safra 2008/09. A previsão de moagem para a safra 2009/2010 é de 2,1 milhões de toneladas (UDOP, 2011). A *ETH Bioenergia* investiu na expansão desta unidade de

processamento que, na safra 2010/11, também passou a co-gerar energia elétrica. A Unidade Conquista do Pontal (UCP), construída em 2009, tem capacidade máxima de moagem de 3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Com foco voltado para a produção de etanol e energia elétrica, a UCP moeu 1 milhão de toneladas de cana e produziu 90 milhões de litros do biocombustível na safra 2009/10 (UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR - UNICA, 2011).

Assim, a implantação da *ETH Bioenergia* no Pontal do Paranapanema favorece, em demasia, o modelo produtivo baseado na monocultura da cana, ora em implantação, tornando-se evidente a expansão cada vez maior dos canaviais nos municípios da região. Segundo notícia veiculada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) (MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - MNDH, 2008), o projeto da *Odebrecht* prevê a utilização para a produção de cana-de-açúcar de cerca de 160 mil hectares de terras no Pontal do Paranapanema. A propósito, esta informação se associa à denúncia de que várias empresas transnacionais se utilizam irregularmente de terras públicas para a implantação de usinas sucroalcooleiras e para o plantio de cana-de-açúcar (MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - MNDH, 2008).

A expansão da cana põe em questão, tanto a gestão do trabalho no interior dos assentamentos como a produção para o autoconsumo, fragilizando os argumentos utilizados para criação dos assentamentos. Trata-se de uma “reconquista” do Pontal pela perspectiva de desenvolvimento rural ancorada nos grandes estabelecimentos agropecuários, sem a preocupação de inserção social via reforma agrária.

3.4 Características gerais dos assentamentos do município

Como foi mencionado acima, o município escolhido para nossa pesquisa, Mirante do Paranapanema, concentra grande número de projetos de reforma agrária, contando com 35 assentamentos, formados por 1.526 famílias assentadas, que ocupam 28% do seu território. A partir da década de 1990, as políticas de assentamento rural no Brasil e no estado de São Paulo, realizaram uma relativa distribuição fundiária. Convém lembrar que o período 1970-1991 foi marcado por um

imenso êxodo rural no município de Mirante do Paranapanema, em razão, notadamente, da “grande geada” de 1973, que provocou a redução drástica da produção de café na região. Desde o começo das ocupações e do processo de implantação dos assentamentos, essa situação foi invertida (FERNANDES; RAMALHO, 2001). Porém, essa redistribuição das terras não alterou radicalmente a estrutura fundiária do município, cuja paisagem ainda é marcada pela presença do latifúndio. Dados do Projeto LUPA mostram que as propriedades inferiores a 100 ha representam 91% das unidades produtivas, ocupando 39% da área do município. Por outro lado, os estabelecimentos rurais com tamanho superior a 1.000 representam apenas 0,80% do total, mas ocupam 23% da área do município (SÃO PAULO, 2008).

A Tabela 4 permite observar as principais características dos 35 assentamentos de Mirante do Paranapanema. A maioria deles encontra-se sob a responsabilidade do ITESP.

Tabela 4 – Assentamentos do município de Mirante do Paranapanema

	Nome Assentamento	Área (ha)	Nº famílias (capac.)	Nº famílias assent.	Data do ato de criação	Instituição responsável
1	PE SÃO BENTO	5.190,5	182	179	08/04/98	ITESP
2	PA DONA CARMEM	1.216,1251	150	142	18/09/08	INCRA
3	PE ARCO ÍRIS	2.806,79	105	104	08/11/97	ITESP
4	PE SANTA APOLONIA	2.657,74	104	102	06/11/97	ITESP
5	PA MARGARIDA ALVES	1.257,586	90	90	29/03/06	INCRA
6	PE HAROLDINA	1.964,89	71	70	06/11/97	ITESP
7	PA ANTONIO CONSELHEIRO II	1.078,6625	65	63	26/07/99	INCRA
8	PA PAULO FREIRE	1.295,2187	62	62	24/11/98	INCRA
9	PE NOVO HORIZONTE	1.540,59	57	57	06/11/97	ITESP
10	PE CANAÃ	1.223,74	56	55	06/11/97	ITESP
11	PE ROSELI NUNES	2.082,7519	55	55	11/03/04	ITESP
12	PE SANTA IZABEL	492	70	51	17/12/99	ITESP
13	PE KING MEAT	1.134,5	46	45	06/11/97	ITESP
14	PE CHE GUEVARA	976,45	46	45	08/04/98	ITESP
15	PE FLOR ROXA	953,67	39	38	04/12/97	ITESP
16	PE SANTA CARMEM	1.043,01	37	37	06/11/97	ITESP
17	PE SANTA CRISTINA	837,9	36	35	06/11/97	ITESP
18	PE ESTRELA DALVA	784,4	31	30	08/04/98	ITESP
19	PE SANTANA	212	29	29	17/12/99	ITESP
20	PE SANTA LÚCIA	597,27	24	24	22/12/97	ITESP
21	PE SANTA ROSA I	692	24	23	06/11/97	ITESP
22	PE VALE DOS SONHOS	617,94	23	23	06/11/97	ITESP
23	PE ALVORADA	565,43	21	21	22/12/97	ITESP
24	PE REPOUSO	515,0516	21	21	20/05/03	ITESP
25	PE ASA BRANCA	72,7207	21	19	30/12/08	ITESP
26	PE SANTA CRUZ	408	50	17	17/12/99	ITESP
27	PE SANTO ANTONIO I	515,05	21	17	22/12/97	ITESP
28	PE LUA NOVA	375	18	17	22/12/97	ITESP
29	PE WASHINGTON LUIS	343,24	16	16	06/11/97	ITESP
30	PE SANTO ANTONIO	517,99	24	15	19/10/05	ITESP
31	PE SANTA ROSA II	766	27	13	17/12/99	ITESP
32	PE MARCO II	242,96	9	9	22/12/97	ITESP
33	PE NOSSA SENHORA APARECIDA	175,03	9	7	22/12/97	ITESP
34	PE SANTO ANTONIO II	118,7	7	5	15/03/06	ITESP
35	PE SANTO ANTONIO I	399,287	17	0	15/03/06	ITESP
Total		35.470,19	1663	1536		

Fonte: BRASIL, 2010

Quanto à produção, a introdução dos assentamentos no Pontal não alterou de forma radical a matriz produtiva existente na região. Este quadro pode ser explicado pela baixa fertilidade dos solos, pela expectativa dos produtores de obter maior ganho com a produção de leite e pelo incentivo, por parte dos técnicos do ITESP, à produção de gado leiteiro. Registra-se, no entanto, nos assentamentos existentes na região, um aumento na diversidade de produtos cultivados, associada, sobretudo, à produção para o autoconsumo e seus excedentes (LEITE et al., 2004). Esse processo de diversificação é hoje reforçado através do PAA.

No que se refere à organização produtiva no âmbito dos assentamentos, a COCAMP, fundada em 1994, na sede da Fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema, foi estruturada tendo como objetivo constituir-se como uma ferramenta de luta dos assentados. Visava o desenvolvimento dos assentamentos locais, através da diversificação dos sistemas produtivos e agroindustrialização da produção. No plano estadual, a COCAMP está vinculada à Cooperativa Central dos Assentados do Estado de São Paulo (CCA/SP); no plano nacional, à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) (RIBAS, 2002).

A partir de 1996, a cooperativa passou a ter uma sede física, estruturada a partir do funcionamento de seus projetos agropecuários e agroindustriais. Em 2003, a sede da cooperativa encontrava-se instalada na cidade de Teodoro Sampaio. A entidade contava, além disso, com outros três escritórios localizados nos municípios de Mirante do Paranapanema, Sandovalina e Euclides da Cunha Paulista. Em 2004, possuía oficialmente 2.220 cooperados, distribuídos em 12 municípios da região. A maioria dos associados trabalhava em lotes individuais de 3 a 20 hectares (PIMENTEL, 2005). Para que se possa ter uma idéia comparativa, o módulo fiscal no município de Mirante do Paranapanema é de 30 ha (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 1980).

A COCAMP iniciou suas atividades em 1996, com a instalação de uma grande infraestrutura, implantando um extenso parque agroindustrial, a fim de armazenar e processar a produção de seus sócios. A obra, instalada na cidade de Teodoro Sampaio, era composta por: (i) silos e armazéns com capacidade de armazenamento de seis mil toneladas; (ii) um barracão de 2.500 metros quadrados; (iii) uma empacotadeira de grãos com capacidade de dois mil quilos por hora; (iv) um laticínio com 120 resfriadores destinado à produção de leite, iogurte, bebida láctea, creme e cinco tipos de queijo); (v) uma despulpadeira com capacidade para processar três mil quilos por hora, que deveria processar frutas como maracujá, abacaxi, acerola, manga e morango (entrevista realizada em 27/07/2011).

A elaboração do projeto do parque agroindustrial da COCAMP apresentou diversas falhas, especialmente no cálculo dos custos. A parte elétrica não foi computada no orçamento, o que impediu a finalização da obra. Os trabalhos de pesquisa que buscaram reconstituir a trajetória da entidade registram ainda, em 2002, divergências importantes, entre as lideranças, no que diz respeito aos rumos

da cooperativa: de um lado, aqueles que defendiam que a COCAMP era uma ferramenta de luta pela terra e, de outro lado, aqueles que acreditavam que ela deveria gerar resultados econômicos (entrevista realizada em 27/07/2011).

Em razão destas dificuldades, esta grande infraestrutura nunca operou. A dispersão dos sócios por um grande território dificultava sua participação na dinâmica da cooperativa, em seus processos sociais, econômicos, políticos e organizativos. Com efeito, ser cooperado representava ter seu nome inscrito no quadro de filiados, mas não a participação efetiva na vida da entidade. Pesquisa realizada por Ribas (2002) mostrou que 87% dos cooperados tinham uma participação restrita na tomada de decisões da cooperativa. A assembléia geral dos sócios era, em princípio, a principal instância de tomada de decisões. No entanto, a participação dos associados nas assembléias era limitada, em razão, notadamente, da distância existente entre as residências dos cooperados e a sede da cooperativa, representando investimentos de tempo e de recursos consideráveis no deslocamento. Segundo Ribas (2002), uma visão “predominantemente imediatista”, a falta de confiança no quadro diretivo da COCAMP e a ausência de informações capazes de orientar os associados para que pudessem participar do processo de tomada de decisões no âmbito da organização, atuaram também como fatores de desestímulo.

Os principais movimentos sociais que atuam na região do Pontal são o MAST (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) e, mais conhecido nacionalmente, o MST. O primeiro foi fundado 1998, no município de Rosana/SP. Sua formação tem como base uma articulação da Social Democracia Sindical do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) com movimentos dissidentes do MST, dentre eles: Movimento Sem-Terra Rosana, Brasileiros Unidos Querendo Terra, Movimento Esperança Viva, Movimento da Paz, Movimento Terra Brasil, Movimentos Unidos pela Paz, Movimento da Paz Sem-Terra, Movimento Sem-Terra do Pontal e Movimento Terra da Esperança. A estrutura política e ideológica deste movimento se caracteriza, essencialmente, por um desacordo com os princípios do MST (PIMENTEL, 2004).

Este último é o movimento social que abriga o maior número de famílias na região do Pontal do Paranapanema. A primeira ocupação do MST na região data do dia 14 de julho de 1990, na Fazenda Nova Pontal, no município de Rosana. Em

2003, o MST sofreu uma divisão em razão de desavenças envolvendo José Rainha, do MST local, que foi afastado das instâncias do movimento. Assim, nasce o “MST da Base”, ou o “MST do Rainha” ou ainda o “Grupo do Rainha” como são conhecidos os trabalhadores rurais sem terra ligados à José Rainha Junior e sua esposa, Diolinda Alves de Souza (PIMENTEL, 2004).

3.5 Experiência anterior dos assentados em atividades de produção, processamento e comercialização

O exame atento dos assentamentos considerados mostra que, de fato, os assentados podem produzir, ainda que com uma quantidade limitada de recursos. Assim, pode-se dizer que o maior problema hoje, não diz respeito propriamente à produção, mas, em grande medida, ao escoamento dos alimentos produzidos.

A Tabela 5 indica a grande diversidade de produtos cultivados pelos assentados entrevistados.

Tabela 5 – Diversidade de produtos cultivados pelos assentados entrevistados, 2011

Nº de produtos	SP	
	PA Antônio Conselheiro	PA Margarida Alves
Produtos de origem vegetal	66	62
Produtos de origem animal	4	6
Produtos de origem extrativa	1	0
Total	71	68

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2011

A experiência que os assentados do Pontal tiveram em relação ao cooperativismo, tanto para a produção quanto para a comercialização, não foi bem sucedida. De fato, a COCAMP do Pontal do Paranapanema não foi capaz de atender às necessidades dos cooperados nessas duas áreas (RIBAS, 2002).

Fatores relacionados a esse insucesso foram tratados por Ribas (2002) em sua dissertação de mestrado. O autor destaca, principalmente, a grande distância existente entre a concepção de algumas lideranças políticas do MST e a percepção dos assentados no que se refere à função da cooperativa. Para muitas lideranças do

MST, a cooperativa era, antes de tudo, uma estrutura sócio-econômica que objetivava, fundamentalmente, fortalecer politicamente o Movimento, sendo concebida como uma alternativa estratégica e organizacional de luta contra a ordem capitalista. Para grande parte dos assentados, a cooperativa era, sobretudo, uma estrutura econômica que deveria garantir, a curto e médio prazo, acesso ao crédito, beneficiamento dos produtos, facilidades na ora comercialização da produção e melhoria de renda para as famílias.

A COCAMP seguiu, de modo geral, as diretrizes do Movimento, fundada na institucionalização de certo modelo de cooperação agrícola. Tratou-se de uniformizar as diversas formas de cooperação, centralizando a organização da produção e do trabalho. Essas diretrizes produziram desdobramentos políticos e territoriais significativos para o MST, reforçando a necessidade de uma verticalização das distintas cooperativas vinculadas ao seu projeto, e sua adequação a critérios centralmente estabelecidos de viabilidade e eficiência econômica. Em contrapartida, e de forma inclusive contraditória, o significado político da cooperação foi, pouco a pouco, ficando em segundo plano. É nesse contexto de paradoxos que a COCAMP deve ser compreendida, antes de tudo, como uma estrutura político-organizativa diretamente vinculada a um projeto ambíguo de gestão territorial do MST (RIBAS, 2002).

Ribas (2002) considera que houve uma redução gradativa da participação dos cooperados nas instâncias decisórias da COCAMP, resultado de uma série de escolhas que permearam o processo de institucionalização da entidade. Seu trabalho aponta para a necessidade de um repensar, por parte da COCAMP, sobre os métodos utilizados pelas instâncias de direção da cooperativa no incentivo à participação de seus associados: nas assembléias, na tomada de decisões sobre os projetos da entidade e na seleção das linhas de produção a serem incentivadas. Essa análise crítica das metodologias utilizadas pela direção da cooperativa na relação com o quadro social da entidade teria como principal objetivo romper com os limites político-organizativos inerentes à estrutura institucional, legal e burocrática da cooperativa.

Nos dias de hoje, a cooperativa possui um parque agroindustrial totalmente abandonado na entrada da cidade de Teodoro Sampaio. Ou seja, os limites deste projeto de estruturação cooperativista manifestaram-se de maneira drástica. A

divisão do grupo de lideranças em 2002 e o fracasso dos projetos agropecuários implementados nos anos seguintes, nunca permitiram à COCAMP cumprir com suas metas, pautadas na organização intensiva e em larga escala da produção, e no beneficiamento e comercialização dos produtos oriundos dos assentamentos de reforma agrária.

No presente trabalho, os impactos da trajetória cooperativista da COCAMP deveriam, pelo menos em princípio, afetar, de forma diferenciada, cada um dos assentamentos estudados, tendo em vista que a criação e implantação do PA Antonio Conselheiro coincide com o início das atividades da COCAMP, enquanto que o PA Margarida Alves foi instalado em um período posterior aos insucessos desta cooperativa. Assim, seria legítimo esperar que esses dois grupos de assentados tivessem expectativas distintas em relação ao cooperativismo e associativismo. Entretanto, é possível identificar semelhanças nas formas de organização dos assentamentos, na visão dos assentados em relação à ação coletiva e na importância atribuída pelos agricultores ao instrumento cooperativo na produção e comercialização.

De fato, o principal meio de comercialização utilizado pelos assentados é o atravessador. Nos dois assentamentos, não se observa uma organização efetiva, nem da produção, nem da comercialização. A relação com o intermediário vai além da simples comercialização da mercadoria. O atravessador está intimamente ligado à organização da produção nos assentamentos. No Pontal, estes empresários estão imbricados em toda a cadeia produtiva, desde o empréstimo/adiantamento de insumos para a produção (sementes, fertilizantes, agrotóxicos, ração, sal, medicamentos) até o processamento da matéria prima (laticínios, farinha, café). Portanto, a renda obtida pelos assentados através da produção agrícola é fortemente influenciada pela ação desses empresários, cujo poder permite influenciar os preços recebidos pelos produtores no mercado regional (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011).

Desta maneira, este tipo de sistema de intermediação é mal visto pelos assentados, que reconhecem sua posição de desvantagem na relação com os agentes econômicos envolvidos na comercialização de suas mercadorias. Identificam, além disso, a estreita margem de manobra de que dispõe na compra de

insumos, que são descontados no momento em que o atravessador paga pelo produto resultante da colheita. Mas para os assentados que estão endividados e que não conseguem recursos para o plantio de outra maneira, não há muita saída.

Em várias entrevistas, os assentados do PA Antônio Conselheiro reconhecem o prejuízo que estão tendo por não dispor de outros dispositivos capazes de possibilitar o processamento e a comercialização de seus produtos ou por não ter acesso a mecanismos de sustentação de preços: “atravessador é uma desgraça, leva tudo de nós, eles que ganham...”. Outro depoimento revela também muita irritação: “A gente vende para picaretas! Atravessador não gosta de dar “notas”, mas querem pegar as nossas! Se precisar deles, eles caem fora! ”(entrevista realizada em 26/07/2011).

Nestas circunstâncias, comentários relativos ao fracasso da COCAMP são recorrentes quando se aborda a questão dos canais de comercialização. O fato da referida cooperativa não ter atingido suas metas produtivas e comerciais levou os assentados a se tornarem reféns deste mercado dominado pelo poder político-econômico local.

Os diversos problemas enfrentados no acesso e gestão dos recursos federais através das associações, na fase inicial de implantação dos assentamentos, criaram uma imagem muito negativa do processo associativo. Dessa forma, observamos certa relutância por parte de várias famílias em participar de algo que envolva uma associação, principalmente quando se trata da gestão de recursos financeiros. No imaginário dos assentados, a finalidade da associação se limita unicamente a favorecer a captação dos recursos de crédito e fomento para os assentados (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011).

Neste quadro de descrédito em relação às possibilidades da ação coletiva, um fenômeno observado é que até mesmo a troca de diárias está perdendo intensidade. Vários entrevistados afirmaram que hoje é muito difícil o trabalho coletivo. Diversos fatores podem explicar este fato, porém o principal é que a falta de opções de geração de renda é tão grande, que algumas famílias preferem receber pelo trabalho executado a trocar dias de serviço. De fato, observamos um grande número de famílias que sobrevivem, em grande medida, da renda oriunda do trabalho fora do lote.

A Tabela 6 mostra que nos dois Projetos de Assentamento (PA) pesquisados, cerca de 50% dos lotes visitados possui alguma pessoa trabalhando fora do estabelecimento agrícola. Para aqueles assentados que não conseguem um emprego na usina, resta apenas trabalhar como diarista no próprio assentamento. Na grande maioria dos casos, as famílias cujos membros trabalham fora do lote são aquelas que necessitam complementar a renda oriunda das atividades agrícolas realizadas em sua unidade produtiva de forma a suprir suas necessidades. Essas famílias têm como atividade exclusiva a pecuária leiteira, que se mostra insuficiente para prover o consumo familiar. Vale ressaltar que dentre as famílias assentadas entrevistadas que não acessam o PAA, o percentual dos lotes com alguma pessoa trabalhando fora é ainda maior, atingindo 60% no PA Antônio Conselheiro e 80% no PA Margarida Alves.

Tabela 6 - Disponibilidade de mão de obra nas famílias entrevistadas, 2011

UF - Projeto de Assentamento	Nº de pessoas por lote			Nº de pessoas trabalhando ou ajudando no lote			% de lotes com alguma pessoas trabalhando fora			% de lotes que contratam pessoas para trabalhar		
	Total	Acessa PAA	Não Acessa	Total	Acessa PAA	Não Acessa	Total	Acessa PAA	Não Acessa	Total	Acessa PAA	Não Acessa
SP - PA Antônio Conselheiro	3,5	3,2	4	2,4	2,4	2,4	47%	40%	60%	67%	60%	80%
SP - PA Margarida Alves	4,7	4,8	4,2	3,2	3,4	2,6	56%	46%	80%	22%	23%	20%

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2011

Diversos obstáculos dificultam (ou impedem) o investimento, por parte das famílias assentadas, em atividades produtivas nos lotes: a falta de recursos (inadimplência junto aos bancos devido ao fracasso de iniciativas anteriores), desânimo frente à realidade, ou mesmo falta de experiência com atividades agrícolas. Desta maneira, esses assentados vislumbram no trabalho externo uma forma de complementar a renda. As palavras de um assentado entrevistado que

contrata mão de obra para a colheita do café reflete essa idéia: “a gente sabe das dificuldades de algumas famílias aqui do assentamento, não tem trabalho, nem dinheiro para por comida na mesa. Então todo ano a gente paga pelo serviço em vez de trocar diárias com eles”.

3.6 Caracterização dos assentamentos estudados

3.6.1 PA Margarida Alves

O assentamento Margarida Alves encontra-se situado no Distrito de Cuiabá Paulista, distante 28 km do centro urbano de Mirante do Paranapanema. O acesso ao assentamento se efetua pela estrada de terra municipal que liga Cuiabá Paulista ao Bairro Paraíso.

Homologado em novembro de 2006, este assentamento é fruto da perseverança de famílias, de diferentes origens, que acamparam por mais de cinco anos antes de usufruir o direito de trabalhar a terra. Sua área atinge 1.203 hectares, distribuídos em 91 lotes. A implantação dos lotes, em meados de 2007, ocorreu em meio a controvérsias relacionadas à existência de mais famílias sem terra do que lotes disponíveis. Assim, INCRA e MST negociaram com a comunidade que os lotes teriam tamanhos diferentes em função do estado civil: os casais receberam lotes de 12 hectares e os solteiros, áreas de quatro hectares. Esta situação tem levado a arranjos curiosos: um casal em união estável possui dois lotes contíguos de solteiro (BRASIL, 2010).

Em março de 2007, realizou-se o 1º Seminário do Assentamento Margarida Alves, cujo objetivo foi discutir sua adequação ambiental e seu modelo produtivo. De fato, os assentados herdaram uma área com solos degradados e vegetação de APP inexistente, além de uma enorme voçoroca de 20 metros de profundidade no córrego Ravenágora, que corta o assentamento. Apesar da degradação ambiental de suas margens, as águas superficiais deste riacho, em termos de qualidade, não se encontram contaminadas ou impróprias para utilização.

De toda maneira, margens degradadas, leitos assoreados dos cursos d'água e açudes secos levaram à assinatura, em 2006, de um Termo de Ajuste de Conduta entre o INCRA e o Governo do Estado. Tratou-se de prever a recuperação das

matas ciliares, mais precisamente aquelas do ribeirão Nhancá e do córrego Ravenágora, o que ainda não se concretizou (FRANZINI, 2010).

Em todo caso, a água é obtida no assentamento graças, sobretudo, a cinco poços artesianos, que têm o propósito de fornecimento primeiramente para uso doméstico (na totalidade dos lotes) e, secundariamente, para os animais. Desta forma, o uso da água para a agricultura não foi dimensionado. Alguns poucos assentados escavam poços cacimbas ou semi-artesianos, como uma alternativa de acesso à água. Neste caso, a disponibilidade hídrica é maior, porém existem problemas de potencial contaminação em razão da ausência de tratamento de esgoto.

Até o momento, a rede hidráulica secundária não está completa e vários lotes estão sendo aprovisionados por sistemas improvisados. Este problema, adicionado à falta da instalação de sistemas de saneamento básico, de controle do uso de agrotóxicos e de construção de poços irregulares, representa um risco à saúde dessas famílias.

Em caso de necessidade médica, o atendimento ocorre no Posto de Saúde de Cuiabá Paulista e, sobretudo, no hospital de Mirante do Paranapanema. Muitos assentados avaliam que este atendimento de saúde é insuficiente e precário. Em todo caso, para estes deslocamentos e outros, é possível considerar que as estradas do assentamento estão em boas condições e permitem o acesso a todos os lotes o ano inteiro. No entanto, o transporte público é muito limitado. O transporte escolar supre, atualmente, parte importante dos deslocamentos, de toda a população do assentamento e não apenas dos alunos. Esta situação se agrava nos períodos de férias escolares.

Ainda em termos de infraestrutura, convém destacar que, em março de 2009, ocorreu a inauguração das obras de eletrificação rural graças ao programa “Luz para Todos”, executadas pela concessionária *Elektro*. Em 2011, todos os assentados entrevistados possuíam ligação elétrica em suas casas.

Em relação à comunicação, não há telefone público no assentamento, mas é cada vez mais comum o uso de celular. Algumas famílias já possuem, inclusive, acesso à internet via rádio.

Não há escola no assentamento. Assim, as crianças devem se dirigir para Cuiabá Paulista a fim de realizar seus estudos até o ensino médio. De forma geral, a

educação da família melhorou desde que estão no assentamento (60% dos entrevistados). Alguns poucos revelam que certos professores da cidade manifestam preconceitos em relação aos filhos dos assentados. Para cursos superiores, os alunos devem se locomover até Presidente Prudente, distante 90 km. Porém, em Mirante, é possível realizar cursos deste nível à distância.

Por outro lado, a comunidade do Margarida Alves optou por uma delimitação inovadora da reserva legal. Com efeito, esta última não é comunitária, como na maioria dos assentamentos, mas alocada dentro de cada lote, ao redor da casa. Assim, o MST tem desenvolvido parcerias com universidades e empresas públicas com vistas a incentivar as famílias a desenvolverem atividades em torno de sistemas de produção com base florestal, partindo do conceito de quintal agroflorestal, o que permite a reposição da reserva legal.

No que diz respeito à produção, o leite, como já mencionado, é o principal produto do assentamento, sua comercialização passa por dois laticínios do município: Novo Tempo e Jussara. Estimulada pelo órgão técnico que presta assistência técnica (INCRA), a pecuária leiteira é a principal atividade desenvolvida pelos produtores assentados. Durante os primeiros anos, e ainda hoje, essa produção foi praticamente exclusiva. Ressalta-se que, apesar de apresentar, inicialmente, resultados satisfatórios, tal solução, em médio prazo, levou à estagnação da atividade produtiva nos lotes dos assentados, visto que o modelo adotado é aquele extensivo, herança do modelo produtivo praticado pelos latifundiários (pecuária extensiva de corte). Aliás, é oportuno lembrar que a região também é conhecida como “Terra do Nelore Mocho”. De fato, esse modelo extensivo degradou os solos, nos quais a pastagem se desenvolve pouco. Assim com uma área de 15 hectares em média por lote, a lotação é limitada em 10 animais por lote em média o que não permite produções satisfatórias de leite: a média do rebanho não ultrapassa 5 L/dia por animal.

Efetivamente, a ausência de diversidade produtiva é muito associada à padronização dos projetos PRONAF, destinados à aquisição de animais e materiais para a instalação de cercas. De acordo com os depoimentos colhidos a campo, nenhuma família teve opção de modificar seus investimentos. Nas entrevistas, os assentados nos revelaram que os técnicos do INCRA solicitaram a cada família um planejamento dos insumos a serem adquiridos com o recurso. Porém o desejo

familiar não foi levado em consideração na elaboração dos projetos. As manifestações de alguns assentados permitem realçar o problema: “na época de pegar o PRONAF, eles (técnicos do INCRA) até perguntaram pra gente o que queria, mas na hora de fazer o projeto, não levaram nada em conta, todo o dinheiro foi pra comprar gado e cerca”.

Deste modo, um pequeno grupo de assentados conseguiu certo êxito e prosperidade (os produtores “fortes”), mas um grupo majoritário apresenta uma trajetória produtiva insegura em seus resultados econômicos, quando não um quadro de grande fragilidade em termos de produtividade agrícola.

Portanto, ao que tudo indica o INCRA, com a anuência das lideranças do movimento, considerou a produção de leite como melhor solução para os assentados, orientando-os com veemência neste sentido. Todos os projetos de PRONAF foram elaborados tendo como foco principal a pecuária leiteira. Essa estratégia, racional do ponto de vista técnico, considerando que o leite garante uma renda mensal e que a implantação de um circuito de coleta de leite nos assentamentos não se tornaria economicamente viável se apenas um número muito reduzido de assentados aderisse a essa proposta, redundou em desavenças entre os assentados e destes com os técnicos, o que prejudicou o planejamento econômico e a concepção de alternativas de arranjos produtivos que privilegiassem as expectativas dos assentados. Além deste problema, um cronograma de investimento truncado, como no caso da correção do solo (prevista, mas nunca realizada), redundou em queda importante da produtividade esperada.

A mandioca também tem importância considerável no assentamento, sendo vendida para as farinheiras da região. Produto menos difundido, o café, por exemplo, tem sido comercializado para no mínimo quatro atravessadores diferentes. Assim, cada assentado negocia sua lavoura individualmente com o intermediário.

Portanto, antes do PAA, não se tem registro da construção, por parte das famílias assentadas, de estratégias conjuntas de produção ou de comercialização (no máximo troca de diárias). Neste período não se plantava lavouras ou hortas para a comercialização, somente para o auto-sustento das famílias. A principal alegação para o reduzido investimento neste tipo de produção diz respeito à falta de canais de comercialização. O mercado agroalimentar do distrito de Cuiabá Paulista não conseguia, segundo os depoimentos dos assentados, absorver a produção do

assentamento. Ademais, a distância deste último aos centros urbanos, 40 km de Teodoro Sampaio e 30 km de Mirante do Paranapanema, exige um meio de transporte para os produtos que os assentados não conseguiam obter em razão da debilidade organizativa local.

As organizações regionais, por sua vez, orientavam seus trabalhos a partir de estratégias de ação que não privilegiavam o acesso a circuitos curtos, por meio de uma produção diversificada. Em suma, tal como manifestou um dos interlocutores: “não se produzia porque ninguém comprava”. E pode-se acrescentar, ninguém comprava, pois as vias de acesso a esse mercado não haviam sido construídas.

No tocante à organização interna, o assentamento é dividido em cinco núcleos, reunido por afinidade entre as famílias. Uma particularidade deste assentamento é a grande participação e influência das mulheres nas escolhas e na liderança do assentamento. Não é por acaso que, dos cinco núcleos do assentamento, quatro são liderados por mulheres. Os assentados se filiam em duas associações locais: a Associação do Assentamento Margarida Alves (AAMA) e a Associação Girassol do Assentamento Margarida Alves (GIRASSOL), ambas criadas em 2008. Dentre as finalidades das associações estão: comercialização; produção coletiva; compra de insumos e projetos de habitação para o assentamento. Dois anos depois da sua constituição formal, a GIRASSOL começou suas primeiras entregas no PAA.

Apesar do destaque das mulheres no PA Margarida Alves, a maioria dos entrevistados foram homens (Tabela 7). Vale ressaltar que o primeiro titular do lote, em mais de 70% dos casos no PA Margarida Alves, é o homem. Portanto, apesar das mulheres terem grande participação nas escolhas e na liderança do assentamento, os homens são os responsáveis pelo lote e, por esse motivo, foram entrevistados.

Tabela 7 - Sexo do/a responsável pelo lote, 2011

UF – Projeto de Assentamento	Total		Acessa o PAA		Não Acessa	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
PA Antônio Conselheiro	27%	73%	30%	70%	20%	80%
PA Margarida Alves	28%	72%	31%	69%	20%	80%

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2011

Nos últimos anos, os assentados do PA Margarida Alves têm recebido apoio de instituições como: INCRA, ESALQ, AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA) e MST para atender as demandas de ajuste de conduta, particularmente na área ambiental e para difundir um sistema de produção diversificado, optando, sobretudo, pela implantação de sistemas produtivos de base agroflorestal, como foi mencionado anteriormente.

Registra-se a criação de um grupo agroecológico com uma irregularidade em suas atividades, cujo objetivo é a recuperação e adequação das áreas de APP do assentamento. Também pode ser constatada a emergência de grupos agroflorestais, tais como o projeto Macaúba (reunindo cinco famílias) e o projeto de Café Sombreado (com seis famílias), cujos objetivos são capacitar os agricultores em agroecologia e difundir os Sistemas Agroflorestais (SAF) como ferramenta básica para o sistema produtivo do lote.

Recentemente, o assentamento foi beneficiado com uma horta e um tanque resfriador de leite graças ao MDA. A infra-estrutura desta horta está em fase de instalação. Além de sua estrutura física, os assentados também receberam um caminhão para transporte de produtos e um motocultivador cujo uso deverá ser compartilhado com o assentamento vizinho, Roseli Nunes.

Em Mirante, existe um grande número de assentamentos que estão distantes do centro urbano (alguns a mais de 40 km da sede do município), o que favorece, na relação com os mercados, os assentados mais próximos da zona urbana, em detrimento daqueles cujos lotes encontram-se situados em áreas mais afastadas, com diferenças significativas no que se refere ao valor pago pelo frete dos produtos. O projeto de hortas comunitárias procura evitar o percurso de grandes distâncias, lote a lote, para recolhimento dos produtos a serem entregues ao PAA.

Segundo o Secretário de Agricultura do município, essas distâncias podem impossibilitar esses assentados de participar do fornecimento de produtos para a alimentação escolar. Como a escolha dos produtos se funda no preço, os assentados, sem escala produtiva e com grandes despesas de transporte, são marginalizados: “ninguém vai pegar 50 kg de abobrinha a 50 km daqui, não compensa!” (entrevista realizada em 01/08/2011).

É assim que a solução encontrada para esses assentamentos consiste em produzir uma quantidade mínima que valha a pena ser transportada. Outra idéia é que essas hortas se especializem em alguns produtos, para obter escala e periodicidade nas entregas. Ademais, é mobilizado o argumento de que o custo de implantação do projeto coletivo é muito mais barato se comparado à instalação de projetos individuais, tanto de infraestrutura quanto de irrigação. “Ganhos de escala” também seriam alcançados no que diz respeito à capacitação e assistência técnica. No mesmo sentido, a certificação orgânica de uma horta coletiva, que é desejada, seria mais fácil de obter do que a de uma horta individual. Considera-se, ainda, a necessidade de fortalecer as associações e o trabalho coletivo dentro do assentamento, através da compra coletiva de insumos e da estruturação de estratégias conjuntas de comercialização, barateando os custos relacionados à produção e à comercialização e ampliando a capacidade de geração de renda.

As famílias deste assentamento já foram beneficiadas com os seguintes recursos: habitação, para a construção das casas em 2007; crédito do PRONAF, para produção, em 2008; reforma e ampliação das casas, em 2010. Estes recursos trazem muito contentamento e esperança para os assentados. Um deles lembra: “Demorou um pouco para sair, mas lembro que tivemos um Natal gordo naquele ano!”. O período de carência do PRONAF vence em 2012. Mais recentemente, as mulheres do assentamento tiveram acesso específico a recursos. Neste caso, o recurso consiste no Crédito Instalação, na modalidade Apoio Mulher, cujo valor atinge 2.400 reais. Porém, até o momento, para a grande maioria, apenas uma parcela de R\$ 800,00 foi liberada: “o Apoio Mulher foi aprovado, mas não saiu o recurso, vai sair hora” (entrevista realizada em 20/07/2011).

3.6.2 PA Antônio Conselheiro

O PA Antônio Conselheiro, junto com seus vizinhos PA Paulo Freire e PA Che Guevara, foi implantado a partir da desapropriação de duas áreas da Fazenda Santa Clara pelo governo estadual, com a finalidade de reforma agrária. Criado em 1999 e instalado em 2000, em área de 1.078 hectares adquirida pelo INCRA, o assentamento em questão é composto por 63 famílias, num total de 250 pessoas,

distribuídas em 65 lotes, cujos tamanhos variam de 8 a 16 hectares (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2010).

Destinados a famílias de origem rural e urbana em proporção equilibrada, os lotes “do fundo” possuem terras mais arenosas, enquanto que os lotes que se encontram mais próximos à rodovia possuem solos mais férteis. Em todo caso, os assentados herdaram terras degradadas, com a cobertura vegetal totalmente alterada devido ao processo de expansão agrícola empreendido no conjunto da região.

Este assentamento encontra-se situado nas margens da rodovia SP-563 que liga Sandovalina a Teodoro Sampaio, cuja sede municipal encontra-se localizada à 11 km de distância do assentamento. Em relação a Mirante do Paranapanema, a distância é de 57 km pela rodovia. Pela estrada municipal do Pé de Galinha, a distância é menor, 30 km. Porém, a estrada de terra não permite altas velocidades. O assentamento e os lotes estão organizados em torno da estrada principal que atravessa o Projeto de Assentamento.

Em relação às moradias, foram construídas todas perto da estrada, segundo norma imposta pelo INCRA para facilitar a instalação da rede elétrica. Esta instalação é muito criticada: reclama-se que os materiais utilizados na rede são de baixa qualidade (postes de eucalipto “tratado” que estão apodrecendo depois de dez anos); a instalação foi cobrada na fatura de eletricidade dos assentados, mas deveria ter sido ressarcida pelo Programa de Eletrificação Rural “Luz da Terra”, do governo paulista; as tarifas cobradas são equivalentes às tarifas urbanas, quando deveriam ser aplicadas as tarifas destinadas ao meio rural. A energia elétrica abastece todos os lotes.

A maioria das casas não tem acabamento externo. De maneira geral, as residências são simples: no lugar de acabamento externo e interno, as famílias preferiram a ampliação do número de cômodos ou do tamanho da cozinha e dos quartos, ou ainda a instalação de varanda. As melhores casas foram concluídas com recursos próprios de cada família.

Em vários lotes, o entorno das casas é constituído por pomares de frutíferas, oferecendo uma impressão de diversificação produtiva quando vistos da estrada. Porém, a paisagem predominante atrás das residências é a aquela de pastagens degradadas, com rara presença de árvores. Algumas lavouras de mandioca e de

café diversificam um pouco a paisagem, um tanto árida, existente no assentamento, cercado pelo cultivo da cana-de-açúcar. Convém assinalar que o assentamento já conheceu várias ondas de lavoura, impulsionadas por ciclos de disseminação regional de diferentes cultivos, principalmente o algodão, o milho e a mandioca.

Conforme relatório de impacto socioterritorial (SILVA et al., 2002), mais da metade dos assentados são naturais de outros estados (Paraná, Nordeste, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul). A proporção de adultos solteiros (42% do número total de assentados) é maior do que a de casados (39% do total). Por sua vez, o número total de homens (54% do total de assentados) é maior do que o de mulheres (46% do total). Em relação à faixa etária, 38% dos assentados têm menos de 19 anos, 38% entre 20 e 49 anos e 24% mais de 50 anos. Os titulares do lote são, na sua maioria, homens, atingindo 82% do universo total. A taxa de analfabetismo é alta (11%) e a de ensino superior muito baixa (1%). Porém, a grande maioria dos jovens, entre 5 e 18 anos, freqüentam a escola, principalmente a escola municipal, situada na Agrovila do Assentamento Che Guevara, que oferece classes desde o ensino fundamental até o ensino médio.

A estrada que atravessa o assentamento está em boas condições e permite o acesso a todos os lotes o ano todo. A situação em relação ao transporte público no PA Margarida Alves se repete aqui. A maioria das casas possui fossa negra para destinação das águas residuais. Há muitos problemas de desmoronamento destas fossas e dos poços cacimba. No que se refere ao abastecimento d'água, os meios são heterogêneos: algumas famílias construíram no lote poços semi-artesianos, com recursos próprios, enquanto a maioria depende dos poços comunitários para contar com água para uso doméstico e para os animais. Não encontrou-se famílias com sistemas de irrigação. De forma geral, somente o acesso à água para uso doméstico é garantido. Não há telefone público no assentamento: a maioria das pessoas se comunica por celular, algumas famílias tendo acesso à internet via rádio ou internet móvel, via celular.

Ainda em relação à infraestrutura social, em uma das extremidades do PA encontra-se o centro de lazer do assentamento, com um salão e uma área social para confraternizações. Na outra extremidade há um posto de saúde, com enfermeira e agente de saúde. Os médicos fazem atendimento básico duas vezes por semana. Para procedimentos específicos os assentados são direcionados a

marcar consulta nos postos de Mirante ou de Presidente Prudente. O Hospital de Teodoro Sampaio apenas realiza atendimento de urgência para os moradores de Mirante.

Quanto à produção, os principais produtos do assentamento são, como no caso anterior, o leite (para o qual existe um resfriador comunitário), a mandioca e o café, todos manejados em sistema convencional. Muitos assentados têm renda adicional obtida fora do lote, podendo ser considerados pluriativos.

Em 2007, a Federação Associação Assentados e Pequenos Produtores Rurais Oeste Paulista (FAAFOP), implantou um projeto de quase um milhão de reais visando financiar a integração de agricultores familiares assentados na cadeia produtiva do biodiesel, em parceria com o INCRA e o MDA. O INCRA se responsabilizou pelo fornecimento de sementes, calcário e adubo, enquanto a FAAFOP se incumbiu da parte operacional, ou seja, organizar as famílias e preparar o solo. Para tanto, formou um corpo profissional composto por 14 técnicos agrícolas, todos os filhos de assentados, e um engenheiro agrônomo. Ademais, foi possível adquirir três máquinas beneficiadoras de mamona. Um contrato de compra de toda a produção dos assentados pela Usina Biobrás, localizada no município de Dom Aquino, no Mato Grosso, ao preço estipulado de R\$ 1,00/kg de grãos de mamona, assegurava boas expectativas para o projeto. Assim, não é de se estranhar a participação na empreitada de 1.200 famílias assentadas no Pontal do Paranapanema, 250 delas residentes do município de Mirante do Paranapanema. Cada família deveria implantar dois hectares de mamona em seu lote (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2011).

Toda esta concepção e implantação do projeto, em princípio favorável, conheceram, todavia, vários problemas, incluindo: o atraso no recebimento do calcário, no preparo de solo e no plantio; a má qualidade das sementes (taxa de germinação de 44%); a insuficiência de adubo. A produção média obtida na primeira safra do projeto foi de aproximadamente 700 kg/ha, enquanto o esperado, seria de 1.000 a 1.200 kg/ha. Vale ressaltar, também, que a comercialização não foi satisfatória. As conseqüências mais graves decorrentes dessa iniciativa referem-se, notadamente, à inadimplência dos assentados, incapazes de restituir os créditos contratados visando à realização desses investimentos (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2011).

Em 2008, um novo edital foi lançado pela Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, no âmbito do Programa Nacional de Biodiesel. A ESALQ/USP participou do referido edital, tendo recebido apoio para o desenvolvimento do projeto “Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar” (mais conhecido como projeto Macaúba), com foco na capacitação dos assentados e na produção de biodiesel a partir de sistemas agroflorestais. Apenas duas famílias se mostraram interessadas em ingressar no projeto, hoje em fase de renovação.

A maioria dos assentados obteve crédito através das linhas de financiamento do Programa Nacional Fortalecimento de Agricultura Familiar Agroindústria (PRONAF A) e Agroindústria e Custeio (A/C), porém, tendo em vista a vulnerabilidade econômica generalizada, às inúmeras dificuldades vivenciadas na implantação do assentamento (a demarcação dos lotes se prolongou por um período de dois anos) e à falta de emprego na região, os recursos literalmente desapareceram, levando a grande maioria dos assentados do PA Antônio Conselheiro à inadimplência junto ao Banco do Brasil. Os recursos do crédito de fomento, de habitação e do PRONAF foram liberados até 2001. Aqueles referentes à reforma e ampliação das casas, foram repassados somente em 2007 (entrevista de campo realizada em 23/07/2011).

Em termos de organização interna, duas associações são encontradas no assentamento, mas só uma está ativa: Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Antonio Conselheiro (APRAACON). A criação da APRAACON se deu a partir do interesse de um grupo de assentados em acessar projetos disponíveis para organizações formais. No caso, havia interesse em pleitear um tanque de resfriamento de leite e de acessar o PRA (Plano de Recuperação do Assentamento) para reforma das casas. Formada por 20 assentados, esta associação elaborou um projeto de acesso ao PAA, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, pela primeira vez em 2010.

4 RESULTADOS

4.1 A implantação do PAA no Pontal do Paranapanema – mecanismos de operacionalização do Programa e sua trajetória de implantação na região⁸

A história do PAA na região do Pontal do Paranapanema⁹ é marcada por dois momentos distintos. O primeiro, ainda no início da implementação do Programa no território nacional, ocorreu via a modalidade “Compra Antecipada da Agricultura Familiar”. Esta modalidade vigorou apenas entre 2003 e 2004, mas com participação importante na alocação de recursos na região. A estratégia traçada era de priorizar os assentamentos, permitindo o acesso de agricultores organizados em grupos formais e informais, que não tivessem tido acesso ao crédito de custeio. Desta forma, a modalidade previa a antecipação dos recursos para o plantio, sendo a quitação realizada com produtos da colheita (eram 6 opções de produtos – arroz, feijão, milho, mandioca, sorgo e trigo) ou quitação financeira. Entre 2003 e 2004 foram elaborados quase 1.500 contratos desta modalidade na região do Pontal. Estes contratos estiveram concentrados em 10 municípios (Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Rancharia, Rosana, Sandovalina e Teodoro Sampaio), envolvendo cerca de 70 assentamentos existentes na época nesta região.

Segundo relatos obtidos dos interlocutores, o principal entrave para a implementação desta modalidade no Pontal foi o atraso na liberação dos recursos. Grande parte dos assentados recebeu os recursos do Programa em período no qual já não era mais aconselhável o plantio. Esta defasagem é apontada por nossos entrevistados, em seus depoimentos, como sendo o principal fator responsável pelos altos índices de inadimplência dos assentados envolvidos, naquele momento, na implementação do PAA. Estima-se que mais de 90% dos assentados do Pontal que

⁸ Os dados apresentados nesta seção têm como referência a base de dados da Conab de 2003 a 2010 (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, 2011a) e o site Transparência Pública PAA (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, 2011b). Estes dados foram processados pela equipe do projeto PAA em assentamentos da Reforma Agrária (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2011).

⁹ O presente relatório considera o recorte de municípios utilizado por Fernandes et al. (2010), segundo o qual a região do Pontal do Paranapanema é composta por 32 municípios. (NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP Coordenação: FERNANDES, Bernardo Mançano. Presidente Prudente, São Paulo. Setembro de 2010. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2009.)

acessaram o Programa através desta modalidade tornaram-se inadimplentes. Outros fatores, como a falta de assistência técnica e ausência de cobertura do seguro das lavouras perdidas (o seguro cobria somente danos relativos a granizo), também aparecem nos relatos referentes a este período.

Particularmente, os assentados de Mirante do Paranapanema tiveram participação significativa neste processo, já que cerca de 1/3 do total de contratos de “Compra Antecipada” assinados na região do Pontal forma firmados com assentados do município. Os contratos envolviam assentados de 28 assentamentos de Mirante, cerca de 40% do total de assentamentos do Pontal que acessaram esta modalidade. Este número também representa quase a totalidade dos assentamentos do município de Mirante. Foi assim que um dos dois assentamentos focalizados neste estudo, o PA Antonio Conselheiro, teve 53 assentados acessando a modalidade em questão. Dos 15 entrevistados do PA Antonio Conselheiro, oito acessaram a modalidade de “Compra Antecipada” entre 2003 e 2004.

Outra modalidade que também vigorou no Pontal neste primeiro momento, ainda que de forma mais pontual, foi a “Compra Direta da Agricultura Familiar” (CDAF). O pólo de compra da CONAB na região estava situado no município de Teodoro Sampaio. Em 2003, agricultores de seis municípios de São Paulo, todos pertencentes à região do Pontal do Paranapanema – Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes, Sandovalina e Taciba – acessaram esta modalidade. Foram atendidos cerca de 40 agricultores, cujo fornecimento se restringia ao feijão anão. Os dados obtidos não permitem, no entanto, afirmar com toda certeza se eram efetivamente assentados. Deste grupo, apenas dois agricultores eram de Mirante.

Para o ano de 2004, não obteve-se registro de novos acessos a esta modalidade no Estado de São Paulo. Em 2005, porém, a implementação do mecanismo de Compra Direta foi retomada no Estado, com cerca de 470 agricultores atendidos, sendo mais de 300 oriundos da região do Pontal e nenhum especificamente de Mirante.

Também em 2005, registram-se os primeiros acessos à modalidade de “Formação de Estoque pela Agricultura Familiar” da Cédula Produtor Rural (CPR) - Estoque no Pontal do Paranapanema via a COCAPAR, organização sediada no município de Euclides da Cunha Paulista, mas que atendia diversos outros

municípios. O acesso inicial a esta modalidade ocorreu graças a duas CPR's-Estoque. Ambas envolviam a compra de farinha de mandioca. Com 60 agricultores inscritos, a primeira destas CPR's contava com 10 agricultores de Mirante. Já a segunda CPR, com 97 agricultores, contava com 14 agricultores deste município. Novamente, não há elementos suficientes para afirmar que estes agricultores fossem assentados. Sabe-se, no entanto, que, deste total, dois agricultores fazem parte do grupo dos 15 assentados do PA Antonio Conselheiro entrevistados no âmbito desta pesquisa.

No Estado de São Paulo como um todo, esta modalidade envolveu, em 2005, mais de 300 agricultores, através de oito CPR's. Foram cinco organizações proponentes que apresentaram projetos para formação de estoques de farinha de mandioca e feijão.

Nos dois anos seguintes, 2006 e 2007, houve alguns acessos à modalidade de "Formação de Estoque pela Agricultura Familiar", porém sem participação de agricultores da região do Pontal. Em 2006, pouco mais de 150 agricultores do Estado de São Paulo participaram de quatro CPR's, apresentadas por duas organizações proponentes para a formação de estoques de farinha de mandioca, feijão e milho em grãos. Em 2007, o número de agricultores acessando esta modalidade no Estado quase alcança 200. Estes agricultores estiveram organizados em três CPR's, apresentadas por duas organizações proponentes, visando a formação de estoques de feijão e milho em grãos.

Voltando ao instrumento "Compra Direta", em 2006, agricultores de 26 dos 30 municípios da região do Pontal, entregaram produtos à Conab através desta modalidade. As entregas se restringiram a feijão e farinha de mandioca. Especificamente, pouco mais de 30 agricultores de Mirante do Paranapanema, de um total de cerca de 800 agricultores oriundos de toda a região do Pontal, fizeram entregas destes dois produtos. No estado de São Paulo, cerca de 1.100 agricultores acessaram esta modalidade em 2006.

Em 2007, pouco mais de 200 agricultores de 12 municípios do Pontal entregaram farinha de mandioca e feijão através da modalidade "Compra Direta". No que se refere a Mirante, a compra restringiu-se ao feijão de seis agricultores do município. Em relação ao número de acessos registrados no estado de São Paulo,

os acessos do Pontal são significativos e representaram cerca de 80% do total de agricultores paulistas atendidos naquele ano.

Os acessos ao “Compra Direta” em 2008 foram muito poucos. Em todo o estado de São Paulo, 14 agricultores, residentes em um único município, entregaram trigo neste ano.

Mais adiante, no ano de 2009, esta modalidade seria novamente acessada por agricultores de Mirante. Na região do Pontal, 575 agricultores, originários de 21 municípios, comercializaram seus produtos com a Conab nesse período, através do instrumento de Compra Direta. Em Mirante, 27 agricultores foram atendidos por essa modalidade do PAA, entregando, prioritariamente, feijão. Em São Paulo como um todo, o acesso ao Programa em 2009, através da Compra Direta, envolveu pouco menos de 800 agricultores. No ano de 2010, apenas seis agricultores de um único município, Itaberá, que não pertence à região do Pontal, acessaram esta modalidade em São Paulo.

Em 2008, a modalidade “Formação de Estoque” foi retomada na região de realização deste estudo. No total, quatro organizações apresentaram projetos, conforme o quadro abaixo:

Tabela 8 - Município, organização, produtos entregues conforme o número total de agricultores e o número de agricultores residentes no Mirante do Paranapanema, 2010

Município	Organização	Produtos Entregues	Nº Total Agricultores	Nº Agricultores de Mirante
Euclides da Cunha Paulista	Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal - COCAPAR	Mussarela e farinha de mandioca	41	13
Rancharia	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento São Pedro e Região	Mussarela	60	-
Rosana	Associação Agropecuária Andre Franco Montoro	Mussarela	85	-
Teodoro Sampaio	Cooperativa de Produção de Biodiesel do Oeste Paulista	Milho em grãos	266	178
	Total		452	191

Fonte: Conab, 2010.

Destaca-se que todos os agricultores de Mirante que acessaram o mecanismo de “Formação de Estoque” neste ano eram assentados. Deste total, cinco assentados fazem parte do universo de quinze agricultores entrevistados no PA Antonio Conselheiro.

A participação de Mirante no conjunto total de agricultores de São Paulo que acessaram esta modalidade em 2008 foi significativa, representando cerca de 12%. Neste ano, em São Paulo, mais de 1.500 agricultores participaram do PAA através deste mesmo instrumento graças a 24 CPR's, apresentadas por 20 organizações proponentes, para a formação de estoque de banana-passa, doce de banana, farinha de mandioca, feijão anão, geléia de frutas, mel, milho em grãos, mussarela e polpa de fruta.

Em 2009 e 2010, os acessos à modalidade de “Formação de Estoque” foram retomados no Pontal, porém sem participação de agricultores de Mirante. Em 2009, 560 agricultores de São Paulo acessaram esta modalidade, sendo 43 do Pontal. Em 2010, 455¹⁰ agricultores instalados em território paulista foram atendidos pelo PAA através do mecanismo de “Formação de Estoque”, sendo 24 da região em questão.

O segundo momento da implementação do PAA na área em estudo foi marcado pela disseminação da modalidade de “Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea” (CPR-Doação). Os acessos a esta modalidade, nos assentamentos pesquisados, tiveram início em 2008, tornando-se rapidamente o principal meio de adesão ao programa.

Esta modalidade já estava presente antes disso na região do Pontal, porém, não exatamente nos locais de abrangência desta pesquisa. Em 2006, cerca de 70 agricultores, oriundos de quatro municípios, acessaram a modalidade “Doação Simultânea” na região, sendo apenas nove em Mirante. Destaca-se o fato de que as organizações proponentes às quais estes agricultores de Mirante estavam vinculados tinham sede em Sandovalina. Os números da região do Pontal são

¹⁰ É importante apontar que existem algumas divergências envolvendo este número. Diferentemente do número extraído da base de dados da Conab de 2003 a 2010 (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, 2011a), o relatório “Resultados de Ações da CONAB 2010” aponta para um universo maior de agricultores acessando o Formação de Estoque pela Agricultura Familiar neste ano em São Paulo, tendo 455 agricultores acessado o PAA através deste instrumento de aquisição com recursos do MDA e 217 agricultores via recurso do MDS, valendo observar que este mesmo mecanismo pode ser operacionalizado com recursos oriundos de um ou de outro Ministério.

considerados tímidos já que, no estado de São Paulo como um todo, havia mais de 1.000 agricultores acessando esta modalidade do PAA em 2006.

Mais adiante, em 2007, os acessos a esta modalidade na região do Pontal praticamente triplicaram, passando de 200 o número de agricultores envolvidos nas operações de Doação Simultânea, em seis diferentes municípios. Este aumento acompanhou a ampliação do número de acessos no estado como um todo, que também triplicaram, ultrapassando 3.500 agricultores. O número de agricultores atendidos no município de Mirante também aumentou, ultrapassando 50 agricultores. No entanto, as organizações proponentes às quais estes agricultores de Mirante estavam ligados continuaram sendo do município de Sandovalina.

Foi em 2008 que as primeiras organizações proponentes sediadas em Mirante começaram a acessar a modalidade de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. Neste ano, o número de agricultores da região do Pontal acessando o PAA através desta modalidade ultrapassou a marca dos 500 (em 16 municípios), sendo pouco mais de 70, especificamente, de Mirante do Paranapanema. Estes agricultores estavam distribuídos em nove CPR's-Doação, das quais apenas quatro eram de organizações sediadas em Mirante. Uma destas organizações proponentes, a AAMA, situa-se no PA Margarida Alves, um dos assentamentos objeto desta pesquisa.

Os acessos à modalidade de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea no estado de SP também continuaram aumentando, chegando a atingir mais de 5.000 agricultores em 2008. No ano seguinte, o número de agricultores acessando a modalidade de Doação Simultânea atinge seu ápice em São Paulo: são quase 9.000 agricultores atendidos no estado.

Neste ano de 2009, pouco mais de 1.000 agricultores do Pontal acessaram esta modalidade. Estavam distribuídos em 19 municípios distintos localizados na região. Constatou-se que os agricultores fornecedores não residiam unicamente nos municípios sede das organizações proponentes. Especificamente do município de Mirante, 184 agricultores entraram como fornecedores desta modalidade em 2009, através de 15 CPR-Doação de organizações proponentes sediadas, em sua maioria, em Mirante, mas com sede, também, em Euclides da Cunha Paulista, Rosana e Sandovalina. As duas associações presentes no PA Margarida Alves, analisadas

neste estudo – GIRASSOL e AAMA – apresentaram projetos para acessar esta modalidade em 2009.

Em 2010, o número de agricultores atendidos pelo mecanismo de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea caiu pela metade em São Paulo: foram pouco mais de 4.000 agricultores acessando tal modalidade. No Pontal, foram cerca de 450 agricultores, distribuídos em 10 municípios da região. Os 79 agricultores familiares beneficiados pelo PAA oriundos de Mirante distribuíam-se em quatro CPR's, duas delas provenientes de organizações proponentes sediadas em Mirante. Uma destas organizações, com sede localizada neste município, é a APRAACON, associação do PA Antonio Conselheiro, analisada neste estudo. Participaram do projeto da APRAACON 20 agricultores do PA Antonio Conselheiro, cerca de ¼ dos agricultores do município de Mirante que acessaram esta modalidade em 2010.

O ano de 2011 foi marcado por novos acessos de agricultores de Mirante ao PAA. Com base nas informações disponíveis no site: Transparência Pública PAA da CONAB, até meados do mês de setembro de 2011, foram identificadas como beneficiárias do Programa 14 organizações proponentes com sede no município, com novas CPR Doação. É possível que ainda haja, neste mesmo ano, outros acessos de agricultores familiares de Mirante ao Programa via organizações de produtores sediadas em outros municípios. Especificamente no que se refere aos assentamentos que foram selecionados como objeto desta pesquisa, a AAMA e a GIRASSOL, organizações de produtores do PA Margarida Alves, apresentaram novos projetos neste ano. Sabe-se que a APRAACON tinha a expectativa de apresentar novo projeto no segundo semestre de 2011.

Considerando o universo de assentados do Pontal – mais de 5.000 famílias – os acessos ao PAA na região foram bastante tímidos. Houve uma aposta significativa, em 2003 e 2004, na modalidade de “Compra Antecipada”. Neste período foram elaborados aproximadamente 1.500 contratos. No entanto, a implementação desta modalidade conheceu grande fracasso.

Os números de acesso ao PAA voltam a crescer na região em 2006, quando cerca de 800 agricultores de toda região do Pontal acessam a modalidade de “Compra Direta”. No entanto, por esta modalidade estar diretamente ligada às condições do mercado e ao período de safra, sendo implementada em momentos específicos para regular mercados e flutuações de preço, é difícil para os

agricultores se planejarem para comercializar seus produtos através do mercado institucional. Portanto, o acesso acaba ocorrendo para aqueles que têm o que entregar nos momentos em que os pólos de compra da CONAB iniciam as operações de Compra Direta.

Em 2008, duas modalidades entram com peso maior no Pontal: “Formação de Estoque” e “Doação Simultânea”. Nos dois casos, cerca de 500 agricultores da região integraram as novas CPR’s. Ainda estamos falando de cerca de 1/5 do universo de famílias assentadas da região. Em 2009, a modalidade de DS se manteve e, inclusive, ampliou sua capacidade de cobertura. Nesse ano, pouco mais de 1.000 agricultores, distribuídos em diversas associações, acessaram essa modalidade no Pontal. A modalidade de “Formação de Estoque”, por outro lado, não gerou a formação de novas CPR’s neste ano. Verifica-se, nesse período, um volume significativo de acessos à “Compra Direta”, com mais de 500 agricultores de cerca de 20 municípios participando dessa modalidade do PAA na região do Pontal.

Por último, em 2010, cerca de 450 agricultores do Pontal acessaram a modalidade de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. As demais modalidades, não aparecem mais na região.

Ano após ano, os acessos ao PAA giraram em torno de 10% do número de assentados no Pontal, tendo tido destaque o ano de 2009, que atendeu a cerca de 25% das famílias assentadas na região. As próximas seções explorarão alguns elementos que explicam este relativo baixo acesso ao Programa na região.

Para acessar o PAA, o assentado deve ter sua documentação em ordem, principalmente a DAP. Assim, acreditamos que os primeiros projetos de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea enviados para a CONAB pelas associações, envolviam assentados que se enquadravam nessa prerrogativa, mesmo que estes não possuíssem produção no lote ou até mesmo estivessem pouco interessados em participar. Posteriormente, os dirigentes das associações percorreram o assentamento, de lote em lote, em busca de produtos para cumprir com as metas dos projetos elaborados por eles mesmos. Desta forma, até mesmo os assentados que não estavam inscritos no projeto acabaram participando do PAA, entregando algum produto na cota de uma família inscrita. Devemos lembrar que a modalidade de Doação Simultânea do PAA está em fase ainda prematura de

implantação no Pontal do Paranapanema, assim, a falta de informação sobre como funciona o programa é crônica.

4.2 Implementação do programa nos assentamentos

4.2.1 PA Margarida Alves

No PA Margarida Alves o PAA foi implementado através das duas associações de assentados anteriormente mencionadas: a AAMA e a GIRASSOL.

A AAMA tem sua origem diretamente ligada ao programa, já que a organização foi criada justamente para que os assentados pudessem acessar o PAA. Uma das dirigentes da associação afirma que “ninguém desistiu da associação e que a cada ano mais gente entra na AAMA”. Outro elemento interessante nestes relatos, que será explorada mais à frente neste documento, diz respeito ao papel das mulheres no acesso ao PAA: “Em muitas famílias, são as mulheres que puxam o acesso” (dirigente AAMA). Também a diversificação da produção dos assentados tem sido bastante incentivada pelo programa.

No que se refere ao detalhamento dos projetos apresentados pela AAMA, todos na modalidade de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, convém mencionar que seu primeiro projeto é de 2008. Neste ano, a associação contou com a participação de 13 assentados, sendo que participaram além de quatro assentados do PA Margarida Alves, quatro do PA Antonio Conselheiro (que na época ainda não contava com uma organização própria do assentamento participando do Programa) e cinco do PA Paulo Freire.

Já em 2009, a AAMA contou com a participação de 12 assentados, todos do PA Margarida Alves. As entregas se restringiram à abóbora e mandioca, que foram doadas exclusivamente para a Associação do Centro Comunitário e Urbano do Mirante do Paranapanema. No terceiro projeto, em 2011, a participação dos assentados aumentou, atingindo 29 interessados. Também a diversidade de produtos se ampliou para 15 tipos. Estes são os produtos inscritos formalmente no projeto: abacate, abóbora, cebolinha, cenoura, cheiro verde, chuchu, coco, farinha de mandioca, pepino, pimentão, quiabo, raiz de mandioca, repolho, tomate. No entanto, segundo alguns relatos, a diversidade é muito maior. As doações foram

estendidas para mais duas entidades: Associação Comunitária por um Teodoro Melhor e Igreja Pentecostal do Evangelho Eterno, ambas em Teodoro Sampaio.

Ao serem perguntados sobre a comercialização de produtos orgânicos ou agroecológicos no programa, os dirigentes afirmam que “apesar dos produtos da maioria ser orgânico”, no PAA, todos os produtos são vendidos como produtos convencionais.

Embora o número formal de assentados participando do programa corresponda a cerca de 30% do total de assentados do PA Margarida Alves (no total são 95 assentados), as entrevistas nos mostraram que há muitos outros assentados deste mesmo projeto de assentamento que acessam o PAA “informalmente”: “o que mudou nos últimos anos é que começamos a entregar no projeto da Conab no nome dos outros”.

Para custear a gestão do projeto do PAA, a AAMA cobra 15% da quota dos assentados. Os dirigentes afirmam gastar cerca de R\$ 50,00 mensais com a contabilidade. O transporte dos produtos, no entanto, não é custeado por esta taxa e as entregas ocorrem por conta dos assentados. Em geral, os associados da AAMA pagam frete para usar o caminhão do “Grupo da Horta”, constituído por assentados do PA Margarida Alves e do PA Roseli Nunes, assentamento vizinho.

Algumas críticas ao PAA por parte da AAMA giram em torno da quota, considerada muito baixa, e da descontinuidade dos projetos, que geralmente ocorre justo na época de colheita e comercialização de várias frutas, no fim do ano. Em relação aos arranjos políticos nos quais a associação está inserida, destacam-se o vínculo da AAMA com o MST e a participação dos dirigentes no Conselho de Desenvolvimento Territorial. Os dirigentes, inclusive, afirmam que o PAA favoreceu o acesso a outras políticas públicas.

Por fim, a avaliação do PAA no PA Margarida Alves é positiva. A visão de representantes da associação é de que quem acessa o PAA “tem uma vida estável na questão alimentar, no todo, na questão financeira”. O eventual fim do Programa é visto de forma dramática pelos dirigentes locais: “é voltar pro atravessador, vamos nos lascar”.

A outra associação do PA Margarida Alves, a GIRASSOL, não surgiu especificamente em função do PAA. Até a entrada da GIRASSOL no programa em questão, esta organização nunca tinha se envolvido em atividades relacionadas à

comercialização ou ao escoamento da produção. Tendo acessado apenas a modalidade de CPR Doação, a GIRASSOL elaborou seu primeiro projeto em 2009, com a participação de 13 assentados, todos do PA Margarida Alves. Neste primeiro acesso, a variedade de produtos também foi restrita, sendo entregue apenas abóbora, feijão e mandioca. A exemplo da AAMA, o fornecimento da GIRASSOL dirigiu-se exclusivamente para a Associação do Centro Comunitário e Urbano do Mirante do Paranapanema.

Já no segundo projeto, em 2011, houve a participação de um número maior de assentados, alcançando 29 inscritos. A diversificação das entregas também é notável neste segundo projeto, tendo passado de 3 para 26 produtos: abóbora, alface, banana, batata, berinjela, beterraba, cebolinha, cenoura, cheiro verde, chuchu, feijão, frango, jiló, mamão, maracujá, maxixe, melancia, milho, pepino, pimentão, quiabo, raiz de mandioca, repolho, rúcula, tomate. Neste caso, as entregas se mantiveram restritas à Associação do Centro Comunitário e Urbano do Mirante do Paranapanema.

Assim como no caso da AAMA, a GIRASSOL acaba absorvendo a produção de assentados que não estão propriamente inscritos no projeto. Os dirigentes relatam que os assentados mais bem estruturados terminam de entregar a sua quota rapidamente, “sobram os assentados mais fraquinhos”. É comum que dirigentes desta associação passem nos lotes perguntando se os assentados têm produtos para entregar no “projeto da CONAB”. Este produto “informal” geralmente é usado para completar a quota daqueles que não conseguem entregar a quota sozinha.

No que se refere à gestão do projeto, as atividades administrativo-financeiras da associação, como contabilidade e emissão de notas fiscais, são realizadas por terceiros. Para custear o gasto com estas atividades, a GIRASSOL cobra 10% da quota de cada assentado. Os dirigentes destacam que a cobrança desta taxa tem gerado sobra de recurso que pode ser destinado a investimentos com vistas a aperfeiçoar a participação no Programa.

Antes mesmo de começar a entregar alimentos no âmbito do PAA, a associação enfrentou alguns desafios. Os dirigentes ressaltam as dificuldades que tiveram para obtenção da assinatura das entidades beneficiárias e do prefeito de Mirante do Paranapanema na etapa de elaboração e envio do projeto para

apreciação pela CONAB. Outra dificuldade apontada refere à exigência feita pela CONAB de que os agricultores cadastrados no projeto tivessem variedade de produtos, “porque quem recebe não quer comer todo dia a mesma coisa”. Vista inicialmente como uma dificuldade, tal prescrição tornou-se, mais adiante, um benefício, pois o PAA incentivou a diversificação da produção dos assentados, o que refletiu particularmente em sua própria dieta alimentar.

Assim como os associados da AAMA, aqueles da GIRASSOL não entregam seus produtos no âmbito do PAA enquanto produtos orgânicos ou agroecológicos. Os dirigentes afirmam que alguns associados de fato têm produtos cultivados a partir de práticas que poderiam ser enquadradas como práticas de agricultura orgânica, mas consideram que a CONAB não aceitaria estes produtos como sendo orgânicos. Percebe-se, com este relato, que há potencial interesse neste campo entre os assentados.

Em relação aos arranjos políticos nos quais a associação está inserida, destaca-se a ausência de vínculos com o MST e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Por outro lado, há pouca interação da associação nas diversas redes e espaços de articulação, tais como governo municipal e Conselho de Saúde.

Por fim, é importante destacar o aumento do interesse por novas adesões à associação. Ao menos 10 assentados foram mencionados por dirigentes locais como tendo demonstrado interesse em ingressar no próximo projeto a ser encaminhado para a CONAB. A expectativa é de que, com este aumento de fornecedores, eles possam entregar seus produtos também em outros municípios.

4.2.2 PA Antonio Conselheiro

Em termos de organização interna, foi identificada a existência no assentamento de duas associações, mas só uma delas está ativa: a APRAACON, Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Antonio Conselheiro. Formada por 20 assentados, esta associação elaborou um projeto de acesso ao PAA, na modalidade Doação Simultânea, pela primeira vez em 2010. Neste projeto, a APRAACON se comprometeu a fornecer cinco produtos: abóbora, farinha de mandioca, feijão, quiabo e mandioca. Assim como a AAMA e a GIRASSOL, a

APRAACON apresentou um número restrito de produtos em seu primeiro projeto. Estes alimentos foram doados para quatro entidades: Igreja Batista Tradicional de Pereira Barreto, Mitra Diocesana de Presidente Prudente, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Pentecostal do Evangelho Eterno. Estas duas últimas situadas em Mirante do Paranapanema. Convém precisar que alguns assentados do PA Antonio Conselheiro acessaram o PAA anteriormente via outras associações, notadamente a AAMA, do PA Margariada Alves.

A gestão do projeto do PAA da APRAACON é efetuada por técnicos da COCAMP. A taxa cobrada dos associados é de 20% do valor recebido pelas entregas. Os dirigentes afirmam que, desde que a associação começou a acessar o PAA, conseguiram guardar algum recurso. Hoje o balanço do caixa é positivo. Dentre as dificuldades apontadas pelos dirigentes desta associação, destaca-se a dificuldade de emissão das certidões negativas da organização durante o processo de elaboração e implementação do projeto. Tratavam-se, especificamente, de débitos junto à Receita Federal. A demora entre a aprovação e o início da execução do projeto foi outro entrave identificado. No caso da APRAACON, o projeto foi aprovado em janeiro e a execução se iniciou apenas em abril.

Ainda, estes dirigentes destacam alguns elementos que diferenciam a APRAACON das demais organizações de produtores. A associação do PA Antônio Conselheiro já realizava atividades comerciais antes de entrar no PAA. Estas atividades se restringiam à entrega de leite. Além disso, os associados da APRAACON, mesmo antes do PAA, já produziam alimentos processados, tais como doce de abóbora, goiabada e pão caseiro. Inclusive, o assentamento conta com uma mini-padaria sob a responsabilidade de um grupo de seis mulheres.

4.3 Arranjos políticos e institucionais que viabilizaram o ingresso das famílias no Programa: dinâmicas estabelecidas local e/ou regionalmente

A primeira divulgação do PAA no território do Pontal do Paranapanema partiu da CONAB, através do técnico Nivaldo Maia, em articulação com a COCAMP/MST e a Superintendência do INCRA/SP, em 2003. Tratou-se de uma estratégia de desenvolvimento do Programa que levou à elaboração dos primeiros projetos para a

modalidade Compra Antecipada. No início, os projetos eram acessados individualmente por intermédio da COCAMP e, posteriormente, em razão de seus problemas financeiro-administrativos, passaram a ser intermediados pela COCAPAR. A divulgação do Programa nos assentamentos foi realizada pelos técnicos do INCRA e do ITESP, além do MST. O ITESP disponibilizou um técnico de seu escritório em Mirante para atender exclusivamente às demandas relativas à implantação do Programa.

Diferentemente, o INCRA não contou com uma pessoa específica para tal tarefa: suas atividades se restringiram a divulgar o PAA nos assentamentos. Nessa primeira fase, mais de 1.000 contratos foram assinados no Pontal, entre 2003 e 2004. A participação dos assentados no PAA foi muito significativa naquele momento.

Mais recentemente, a partir de 2008, a CONAB voltou a incentivar a criação de novos projetos no Pontal, através da modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. O Pontal representava, em 2006, cerca de 1% das CPR's-Doação em operação no estado de São Paulo. Esta porcentagem aumentou gradualmente, passando a 5% em 2007 e se estabilizando em 10% a partir de 2008, patamar mantido em 2009 e 2010.

Porém, a implementação dos projetos, na maioria dos casos, esteve a cargo das associações, que tiveram que recorrer a terceiros para sua elaboração. Assim, a viabilização do ingresso das famílias ocorreu pelo trabalho dos presidentes das associações em conjunto com algum “facilitador”, remunerado enquanto prestador de serviço para a gestão administrativa e financeira das organizações proponentes. Neste contexto, os presidentes das associações tornaram-se encarregados de atualizar e ordenar a documentação de suas organizações.

A CONAB promoveu treinamentos com o intuito de capacitar alguns desses facilitadores no processo de elaboração dos projetos. Assim, estes atores, de fato, conhecem a fundo o Programa, estando em contato direto com a CONAB/SP. De outra parte, entre os dirigentes das associações, os presidentes conhecem superficialmente o Programa e outros membros diretores menos ainda. Mais na ponta, entre os associados, a desinformação sobre o PAA é ainda maior. Percebe-se que a operacionalização do Programa é difícil de ser apreendida tanto pelos dirigentes das associações como pelos assentados.

Esta situação é ainda mais preocupante se considerarmos que, para a maioria dos assentados que acessa o Programa, os dirigentes das associações são os principais interlocutores, tendo sido, em grande parte dos casos, responsáveis pela divulgação do PAA. Dos 23 entrevistados que acessam o PAA, 18 responderam à pergunta sobre fonte de divulgação do Programa dizendo ter conhecido o PAA através dos dirigentes das associações.

Por outro lado, as informações sobre documentos ou quantidades de produtos entregues recaem sempre sobre os facilitadores. Desta forma, as tarefas burocráticas se acumulam em cima desses últimos, que chegam a elaborar projetos e prestações para mais de sete associações. Aos dirigentes associativos cabem outras tarefas, principalmente relacionadas à divulgação do programa no assentamento, à organização das famílias e à elaboração das listas de produtos disponíveis.

Neste quadro, é possível considerar que o Programa, nesta segunda etapa no Pontal do Paranapanema, ainda está nos primórdios do seu processo de implementação, etapa essa que ocorreu bem antes em outras regiões do Estado de São Paulo. Alguns aspectos como o maior preparo e maior circulação de informações poderiam contribuir para uma maior consolidação do PAA na região. Aqui, podemos destacar que algumas famílias revelaram não terem sido convidadas para participar do PAA e muitas daquelas participantes não entendem como funciona o Programa.

4.4 Características econômico-produtivas, políticas e institucionais que influenciam no acesso ao PAA

Como já foi mencionado anteriormente, a modalidade de Doação Simultânea do PAA encontra-se em fase de implantação no Pontal, com a multiplicação das adesões por parte dos assentados. Desta forma, num primeiro momento, as decisões em relação à elaboração dos projetos enviados à CONAB foram pouco participativas. De fato, nos primeiros projetos, podemos dizer que a comunidade estava totalmente ausente dos processos de tomada de decisão. Os encaminhamentos eram feitos exclusivamente pelos dirigentes das associações, que

dimensionaram os projetos em função do conhecimento que tinham da realidade de cada família direta ou indiretamente vinculada às suas respectivas associações, da capacidade das diversas famílias de apresentar documentação atualizada e válida e do potencial produtivo dos assentamentos. Assim os projetos não foram elaborados especificamente para atender às necessidades de cada família e, sim, de forma a abranger os assentamentos como um todo. Alguns relatos a respeito da decisão sobre os produtos a serem entregues reforçam esta análise: “Não decidi nada, conforme o que eu tinha, eu entregava” ou “a gente entrega o que tem” (Entrevista realizada em 21/07/2010).

Observou-se que nos dois assentamentos estudados, o número de famílias inscritas nos projetos é bem inferior ao número de famílias que efetivamente entregaram algum produto. Para ilustrar essa dinâmica inicial, podemos dizer que aqueles que tinham produção não estavam necessariamente interessados em participar ou não estavam com a documentação em dia, e alguns dos que estavam com documentos regularizados não tinham produção suficiente para atender às demandas do projeto. Desta forma, os dirigentes tiveram que articular uma dinâmica bastante complexa para ajustar o quebra-cabeça entre as famílias que tinham produção e aquelas que tinham documentação.

5 DISCUSSÃO

5.1 Estratégias de reprodução econômica e social das famílias

A realidade da agricultura familiar é muito complexa, a sua manutenção e funcionalidades ultrapassam a dimensão econômica da geração de renda ou lucro. Apresenta-se como um modo de vida, baseado em diversas estratégias de reprodução social, que visam diferentes objetivos. Com efeito, o objetivo da agricultura familiar não é a acumulação de capital, mas sim de reprodução familiar e manutenção do estabelecimento produtivo (CARNEIRO; MALUF, 2003).

A implantação de um assentamento rural carrega o desafio de permitir a reprodução social de famílias agricultoras, marcadas por uma vida de precariedade e de marginalização. A idéia de reinseri-las no processo produtivo via reforma agrária enfrenta efetivamente grandes dificuldades.

Mesmo tendo diferentes origens e relações com a terra (posseiros, arrendatários, parceiros, filhos de pequenos proprietários, assalariados, trabalhadores com experiência urbana), o acesso à terra e à organização através de assentamento parece ser percebido como uma forma de conquista de autonomia em relação ao trabalho para terceiros, que é frequentemente associado a situações de grande exploração ou escravidão (NEVES, 1997; LEITE et al., 2004; SIGAUD, 2000; MEDEIROS, 2011).

Os assentamentos transmitem uma sensação de segurança às famílias, que o concebem como um local para se viver com uma fonte real de renda para o sustento familiar. Procuram concluir assim uma trajetória de vida marcada pela migração, com experiências múltiplas de trabalho pouco qualificado na maior parte das vezes temporário e instável.

A implantação do assentamento é um processo de grandes transformações. A paisagem deserta de um latifúndio torna-se um mosaico de lonas pretas, que se transformarão em casas. Pouco a pouco, chegam às estradas, escolas, áreas comunitárias, barracões e postos de saúde. O agricultor familiar conta a partir de então com instrumentos de produção, o que implica em novos horizontes de possibilidades presentes e futuras de escolhas e oportunidades socioeconômicas das famílias assentadas (MAZZINI, 2007).

Neste quadro, o papel dos assentamentos como forma de gerar empregos para uma população com dificuldades de inserção de forma estável no mercado de trabalho é um tema recorrente nas análises, em especial dos economistas. O custo dos assentamentos, em comparação com a criação de postos de trabalho nas cidades, quer no setor industrial, quer no de serviços tem suscitado intermináveis debates (MEDEIROS, 2011).

De fato, o discurso desfavorável aos assentamentos rurais e à reforma agrária se funda sobre o argumento de que a produção dos assentamentos é pequena e sua produtividade é baixa. Os assentamentos rurais no Brasil chegam a ser, equivocadamente, tratados como "favelas rurais" ou mesmo como exemplo de políticas assistenciais.

Esses argumentos, que se alimentam de estatísticas oficiais, ofuscam boa parte da realidade, pois não consideram aspectos como produção para autoconsumo, dinamismo econômico local, reconstrução de laços sociais, além das dificuldades em torno da insuficiência de crédito ou ausência de assistência técnica para consolidar a produção. Quanto ao dinamismo mencionado acima, os dados oficiais da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) revelam que, no município de Mirante do Paranapanema – onde a maioria dos projetos de assentamentos foi implantada entre 1995/1996 – a arrecadação municipal saltou de R\$ 1,8 milhão, em 1994, para 6,1 milhões, em 1997 (INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ITESP, 2004).

Assim é possível afirmar que mesmo em situação em grande medida precária, a produção leiteira dos assentados tem crescimento considerável. Em 1995, o volume de leite nos assentamentos do Pontal era de 11,7 milhões de litros. Em 2003, essa produção alcançava 56,5 milhões de litros. Trata-se de 48% do leite da região e 3,4% da produção leiteira do estado de São Paulo (INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ITESP, 2004).

Assim, os assentamentos mostram seu potencial produtivo e gerador de renda: com poucos estímulos, os agricultores assentados conseguem produzir o bastante para sobreviver no campo. Com a modalidade Doação Simultânea do PAA, as condições de produção dos assentados parecem melhorar.

Convém agora examinar se o PAA cumpre com um dos seus principais objetivos: a geração de renda para os agricultores participantes, através da garantia de compra de seus produtos por um preço justo.

Nesse sentido, é inegável, como primeiro ponto, que há uma melhoria nos rendimentos das famílias assentadas, mesmo que, de modo geral, ela não seja materialmente visível em benfeitorias no lote. Desta maneira, os dados, apresentados na Tabela 9 de renda bruta média mensal dos agricultores entrevistados indicam melhor as diferenças entre os assentados que acessam e os que não acessam o PAA. A renda bruta média mensal entre os assentados que acessam o programa gira em torno de R\$ 1.150,00, enquanto entre os assentados que não acessam gira em torno de R\$ 800,00. Em ambos assentamentos a renda dos que acessam o PAA é 36% maior em relação aos que não acessam.

Se faz necessário mencionar que as rendas consideradas dizem respeito a renda bruta total anual da família, incluindo as agrícolas e não agrícolas, considerando as rendas brutas obtidas a partir de todos os produtos comercializados, as rendas de assalariamento (ou diárias) fora do lote, rendas de aposentadoria, pensões, bolsa família, benefícios sociais e outras rendas declaradas (frete, aluguéis de máquinas, aluguéis de casa, remessas recebidas de familiares).

Tabela 9 - Renda bruta total das famílias que acessam e das que não acessam o PAA, 2010

UF - Projeto de Assentamento	SP - PA Antônio Conselheiro			SP - PA Margarida Alves		
	Acessa o PAA	Não acessa	Total	Acessa o PAA	Não acessa	Total
Acesso ao PAA (ampliado)						
Nº. Total de famílias entrevistadas (=100%) (0)	10	5	15	12	6	18
Renda bruta total geral - média (5)	15.942,50	10.193,50	14.026,17	13.076,67	8.338,00	11.618,62
Renda Geral Total Anual - Máxima	21.260,00	16.020,00	21.260,00	23.940,00	12.400,00	23.940,00
Renda Geral Total Anual - Mínima	6.960,00	5.410,00	5.410,00	4.724,00	5.608,00	4.724,00
Renda Geral Mensal - Média	1.328,54	849,46	1.168,85	1.089,72	694,83	968,22

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2011

É importante ressaltar que se trata de uma mudança relativamente recente no orçamento familiar e mesmo que a renda não seja o fator único para assegurar reprodução social das famílias assentadas, seu peso é certamente importante.

Os agricultores familiares, para se manterem ativos no contexto sócio produtivo locais, recorrem a outras atividades, sendo elas agrícolas ou não, buscando a reprodução biológica e social da família.

Essas estratégias para a geração de renda são descritas por Carneiro; Maluf (2003), como alternativas para complementarem a renda familiar, exercendo funções não-agrícolas fora do estabelecimento, porém, continuam se identificando como agricultores.

Entre as alternativas de reprodução das famílias assentadas, presentes de maneira significativa no município de Mirante do Paranapanema estão às atividades no setor de serviços na cidade e principalmente no setor canavieiro em forte expansão na região. A perspectiva de emprego na Usina ou na lavoura de cana-de-açúcar é vista como uma das únicas opções para a permanência dos jovens no meio rural, que em geral vão em busca de “melhores oportunidades” na cidade.

As entrevistas revelaram que um grande número de famílias são obrigadas a complementar o orçamento familiar com atividades fora do lote. Este fato se destaca na Tabela 10 que revela que no PA Margarida Alves somente 17% dos que não acessam o PAA tem renda a partir de produtos agrícolas e que 100% dos entrevistados têm renda a partir de produtos animais. Isso pode ser explicado pela matriz produtiva baseada na pecuária leiteira, cujo manejo é ainda muito precário e pouco produtivo o que leva a pensar que a dedicação de tempo para tal atividade é pequena e de certa forma pode liberar tempo para outras atividades.

Outro fator que chama a atenção é o grande número de famílias que se mantêm em razão da aposentadoria de um membro da família, principalmente no PA Antônio Conselheiro que alcança 60% dos entrevistados. Esse dado nos faz pensar em um alto número de idosos no assentamento, o que é de fato compatível com a data de criação do assentamento. Porém podemos ir além, indicando que o assentamento está envelhecendo e que a juventude não está incluída no projeto produtivo das famílias assentadas, e que num determinado momento haverá uma possível penúria de mão de obra para as atividades agrícolas no lote familiar. Essa hipótese é reforçada ao analisar a Tabela 10 sobre a mão de obra disponível nos

lotes. Apesar do número de pessoas que vivem no lote ser alto, de 4 a 6 pessoas, o número de pessoas que de fato exercem alguma função produtiva no lote é bastante reduzido chegando no máximo à 2 ou 3 pessoas.

Nesse sentido a possibilidade de renda oriunda do escoamento de produtos alimentícios graças ao PAA permite que o sonho de muitos assentados de viver principalmente da renda proveniente do lote passe a ter mais concretude.

Tabela 10 – Percentual de famílias conforme o tipo de renda, 2011

UF - Projeto de Assentamento	SP - PA Antônio Conselheiro		SP - PA Margarida Alves	
	Acessa o PAA	Não acessa	Acessa o PAA	Não acessa
PERCENTUAL DE FAMÍLIAS				
Nº. de famílias entrevistadas	10	5	12	6
Sem renda do lote (1)	0%	0%	0%	0%
Com renda produtos agrícolas (2)	100%	60%	100%	17%
Com renda de produtos animais (3)	80%	100%	83%	100%
Com renda de extrativismo (4)	0%	0%	0%	0%
Com renda de aluguel de pasto	0%	7%	0%	0%
Com renda trabalho fora do lote (5)	30%	40%	33%	33%
Com aposentadoria (6)	60%	60%	25%	33%
Com bolsa família (7)	40%	60%	83%	67%
Com outras rendas (8)	0%	0%	0%	17%

Nota: (1) Famílias que não venderam nenhum produto produzido no lote (de origem animal, vegetal ou extrativa). Entre elas há famílias que não produzem e outras que produzem apenas para o consumo; (2) Famílias que obtiveram alguma renda a partir da venda de produtos vegetais, *in natura* ou processados; (3) Famílias que obtiveram alguma renda a partir da venda de produtos animais, *in natura* ou processados; (4) Famílias que obtiveram alguma renda a partir da venda de produtos extrativos (o exemplo do baru no MT); (5) Famílias com algum membro trabalhando fora de casa (assalariado ou diarista); (6) Famílias com aposentadorias, pensão ou auxílio doença; (7) Inclui bolsa família e bolsa cidadã (SP); (8) Outras rendas incluem: envio de dinheiro por parentes, fretes, aluguéis (equipamentos, casas).

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2011

Efetivamente, a melhoria da renda é citada por muitas famílias quando explicam as vantagens do programa. Lembram ainda que, em grande medida, foram as mulheres que se interessaram em participar, pois o PAA foi visto como uma

oportunidade real de incremento da renda a partir dos quintais de cada lote individual.

Siliprandi et al. (2011) relatam que as mulheres produtoras rurais têm dificuldades de se inserir nas atividades de comercialização, em função das suas atribuições de gênero serem voltadas prioritariamente para a vida doméstica e para o espaço privado. Esses autores caracterizam a agricultura familiar como uma forma de produção em que a unidade de trabalho se confunde com a organização da família, ambas regidas, em geral, por uma rígida divisão sexual e geracional do trabalho, em que as tarefas e os papéis sociais entre homens e mulheres, adultos, jovens e idosos são distintos e marcados por forte hierarquia. Atividades, espaços de produção e identidades sociais são diferenciados, sendo às mulheres adultas atribuídas as atividades domésticas e de reprodução da família, e aos homens, os espaços ditos “produtivos” e de geração de renda. Nesse sentido, embora as mulheres trabalhem em praticamente todas as tarefas do estabelecimento, muitas vezes não participam da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho.

Ademais, os produtos voltados para o autoconsumo, que estão sob responsabilidade das mulheres, costumam ter pouco ou nenhum acesso ao mercado, tendo o excedente trocado ou oferecido a vizinhos e parentes, ou simplesmente “perdido”, em nossas entrevistas, diversas vezes ouvimos: “Antes do PAA, as frutas que sobravam iam pros porcos”; “a fruta se perde, não tem pra quem vender!”

Assim pode-se relatar que o programa está promovendo uma mudança incipiente no cerne mesmo das lógicas produtivas dentro do lote. Nota-se que o papel da mulher no estabelecimento familiar é reforçado com o PAA. Este fenômeno rompe, portanto, com uma característica disseminada na agricultura familiar, observável nos dois assentamentos em questão: a mulher geralmente se encarrega das tarefas domésticas enquanto o homem trabalha nas tarefas remuneradas, notadamente, nestes casos, fora da unidade produtiva.

Como o trabalho assalariado dos homens garante uma boa parte da renda familiar, não se espera que ele abandone essa fonte segura de recursos. Por outro lado, o fato da modalidade Doação Simultânea abranger a compra de produtos que provêm principalmente do “quintal” ou das áreas próximas a casa (lugar da mulher),

levam a pensar em modificações do sistema produtivo fundadas no olhar feminino, ou seja, adaptadas ao conhecimento, capacidade física e disponibilidade de tempo das mulheres.

Nem sempre a valorização das atividades extra-domésticas voltadas para o autoconsumo da família é acompanhada de uma mudança nos papéis familiares, porém na medida em que o trabalho da mulher ganha destaque através de uma remuneração justa pela venda de alimentos que ela produziu, imagina-se que o PAA pode fortalecer suas opiniões nas tomadas de decisões sobre o sistema produtivo do lote. Assim o reconhecimento da importância do papel da mulher no incremento da renda familiar pode ser uma via para avivar o debate sobre gênero dentro dos assentamentos.

Outros depoimentos obtidos junto aos assentados entrevistados permitem assinalar que algumas famílias (que antes dependiam de cestas básicas) se entusiasmaram, não querendo mais deixar de entregar produtos para o PAA, pois a renda obtida já se tornou parte importante do orçamento familiar. De fato, é inegável a importância da renda obtida através do PBF como mostram os dados de nossa pesquisa no PA Margarida Alves, onde 75% das famílias entrevistadas são beneficiadas pelo PBF ou Bolsa Cidadã (SP). No PA Antônio Conselheiro a situação é similar, pois observamos que 50 % das famílias entrevistadas fazem parte do programa federal de transferência de renda. Um elemento interessante no discurso dos dirigentes das associações do PA Margarida Alves diz respeito à importância do PAA para uma ascensão social, permitindo a saída do Programa Bolsa Família (PBF). Eles dizem que muitos dos assentados que acessam o PAA recebem tal auxílio. Porém, muitas famílias estão podendo deixar o PBF, justamente pelo incremento de renda gerado pelo PAA.

Com esta mudança na organização familiar, os assentados se ajustam relativamente bem às orientações do Programa, obtendo significativo aumento de renda para as famílias. Este aspecto é muito salientado pelas famílias assentadas quando se manifestam sobre esta política pública. Através do PAA, elas conseguem, por exemplo, ampliar sua renda com produtos como frutas e legumes, antes pouco valorizados no lote. Com efeito, o programa conhece uma resposta rápida por parte dos agricultores, que reorientam sua produção para fornecimento de alimentos. Mesmo com uma disseminação recente, o PAA vem influenciando a consolidação de

sistemas de produção mais diversificados nos assentamentos, levando a uma valorização, inexistente até então, desta diversidade produtiva. Esta última existe em pequena escala nos quintais, pomares e hortas para o autoconsumo. A conseqüente geração de renda está levando o agricultor a investir e a organizar sua produção. De fato observamos em vários lotes que hortas e lavouras estavam sendo preparadas para atender os projetos de 2012. De nossos entrevistados, cerca de 40% afirmaram ter aumentado a produção com a entrada no PAA. Outros 25% afirmam ter diversificado sua produção depois da adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos. Com efeito, os esforços em favor de uma maior diversificação da produção exigem, em primeiro lugar, algum meio financeiro para obter insumos mínimos necessários aos cultivos; em segundo lugar, maior tempo despendido com a atividade agrícola (considerando que as hortaliças exigem maior cuidado) e, enfim, maior apoio de uma assistência técnica apropriada aos sistemas diversificados. Segundo um técnico do INCRA, “o PAA aumentou a demanda por informações: os assentados demandam mais assistência técnica a culturas diferentes e esquecidas. Tive que procurar informações sobre os produtos que queriam plantar”.

É interessante relatar que a maioria dos assentados não chega a cumprir sua cota, o que revela por um lado o baixo volume de alimentos colhidos por unidade produtiva, porém por outro lado, revela também o potencial de aumento de renda que cada família possui, ou seja, mesmo com retorno pequeno nos primeiros projetos, as famílias estão acreditando e investindo para os próximos projetos do PAA que se apresenta então, como um catalisador no estímulo à produção.

Convém lembrar também que o PAA assegura meios de estabilizar a produção de muitas famílias endividadas em razão de um acesso desastroso ao crédito agrícola como relatado anteriormente principalmente para o PA Antônio Conselheiro. Nesse contexto, é indiscutível evidenciar que os atuais programas governamentais de crédito agrícola constituem medidas importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar, porém ainda não encontraram um ponto de convergência capaz de maximizar os resultados em assentamentos de reforma agrária (OLIVEIRA-FILHO; MOREIRA, 2006).

5.2 Promoção da segurança alimentar

Diferentes campos científicos e políticos abordam a questão da segurança alimentar sob os mais diversos enfoques analíticos e perspectivas políticas. A polissemia em torno desta noção permite pensar, como sugere MORUZZI-MARQUES (2010), "numa ausência de orientação inequívoca para as ações políticas em nome da segurança alimentar". Nesta medida, em seu nome, tanto são concebidas medidas de proteção das agriculturas locais quanto são elaboradas estratégias favoráveis à liberalização do comércio internacional de alimentos.

Diversos autores apontam a contradição destas ações na medida em que a implantação e consolidação de um modelo de desenvolvimento de cunho produtivista, socialmente excludente e ecologicamente predatório que, se, por um lado, significou um aumento considerável na produção de determinados produtos agrícolas, por outro, representou a marginalização social, econômica e política de grande parte de nossos agricultores familiares que se viram na contingência de migrar para os grandes centros urbanos (SOUZA, 2003).

Em 1996, quando da realização da Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, a Via Campesina, organização fundada em 1992 com vistas a representar os agricultores camponeses e familiares do planeta, considerava as diretrizes associadas à segurança alimentar neste encontro como muito produtivista. A Via Campesina avaliava que o acesso ao alimento em quantidade e qualidade não pode se resumir à oferta abundante de alimentos baratos (MORUZZI-MARQUES, 2010).

De fato, o argumento dos gestores públicos segundo o qual o aumento substancial da oferta de alimentos, asseguraria o combate à fome e subalimentação no mundo, fracassou! Os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) revelam que a população faminta no mundo só aumentou nos últimos anos, aproximadamente 925 milhões de pessoas no mundo não comem o suficiente para serem consideradas saudáveis (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO, 2012).

Diferentemente de outros países, todavia, a fome no Brasil não é consequência da incapacidade de produzir alimentos em virtude de dificuldades impostas por condições climáticas ou catástrofes naturais. Ela decorre de fatores de ordem estrutural, da escolha de um determinado perfil de desenvolvimento que distribui de forma extremamente desigual tanto a riqueza gerada quanto os fatores de produção

necessários à viabilização dos processos econômicos. Se a fome no meio urbano é resultado, sobretudo, das dificuldades de acesso ao emprego e aos baixos salários, no meio rural pode ser atribuída, fundamentalmente, às precárias condições de reprodução dos pequenos agricultores (SOUZA, 2003). A propósito, Marc Dufumier (2004) lembra que, aproximadamente, 75 % dos indivíduos em estado de insegurança alimentar no planeta pertencem a famílias agricultoras pobres.

Ou seja, o combate à fome e à má nutrição deve ir além de ações compensatórias ou assistencialistas. Trata-se de conferir à questão agroalimentar a importância que merece, conceitualizando-a como um componente estratégico do perfil de desenvolvimento econômico-social que almejamos (SOUZA, 2003). A segurança alimentar como um direito à alimentação adequada, como a inscrita na Declaração Universal dos Direitos dos Homens, favorece em princípio, uma concepção segundo a qual a alimentação se associa a dimensões étnicas e culturais, o que parece ser consensual (MORUZZI-MARQUES, 2010).

Porém, este aparente consenso esconde diferentes orientações para tratar da segurança alimentar, como já foi mencionado acima. É assim que nasce a noção de soberania alimentar, que a nosso ver ultrapassa a noção de segurança alimentar. MORUZZI-MARQUES (2010) menciona que esta visão propõe o privilégio das agriculturas locais em suas múltiplas vocações (sociais, ambientais e culturais) enquanto eixo fundamental para a busca de soluções com vistas a uma alimentação adequada e de qualidade. Esta proposta de soberania alimentar enfatiza os circuitos locais de produção-consumo – ou os circuitos curtos alimentares, tal como designa Gilles Maréchal (2008) – e ações organizadas para obter acesso a terra água ou agro-biodiversidade. (MORUZZI-MARQUES, 2010).

No que se refere ao PAA, seu objetivo é “garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2009) Como alude Schmitt (2005), trata-se de um Programa que integra uma política agrícola e uma política de segurança alimentar e nutricional. Portanto, esta última dimensão é essencial na análise desta política pois como veremos adiante, o PAA está em grande medida assegurando o acesso a uma alimentação de melhor qualidade não só à população em risco, mas também melhorando aquela dos próprios produtores assentados.

De fato, os produtos alimentares do Programa se dirigem a cidadãos que estão afastados do mercado consumidor. Nesta medida, é possível pensar como um dos efeitos do Programa a diversificação do consumo alimentar, antes apenas possível a uma minoria privilegiada na região. A propósito, em Mirante e em Teodoro Sampaio, a população de renda mais alta adquire alimentos nos mercados convencionais (em particular, nos supermercados), produtos estes procedentes, em boa parte, da Centrais de Abastecimento (CEASA) de Presidente Prudente.

Todavia, a população desfavorecida, adquire nestes mercados um leque bastante restrito de produtos, destinados à composição de uma monótona cesta básica. O Secretário de Agricultura de Mirante do Paranapanema estima que “os pobres não comprem estes produtos [entregues através do programa], eles dão prioridade para o básico” (entrevista realizada em 01/08/2011).

Assim, os alimentos obtidos graças ao PAA, complementam uma dieta, em princípio, pobre em diversidade. Segundo o depoimento de um de nossos entrevistados, responsável por uma das organizações assistenciais beneficiárias dos alimentos doados, a principal satisfação em relação ao programa se refere à melhoria da alimentação das crianças e de suas famílias, o que ajuda a reforçar o trabalho principal da associação voltado à organização de atividades pedagógicas complementares à escola, com o objetivo de evitar que as crianças permaneçam na rua. De fato, as famílias beneficiadas pelos alimentos distribuídos através do PAA são, neste caso específico, aquelas das crianças atendidas pela organização. O excedente é entregue a outras famílias desfavorecidas. Para ambas, nossa interlocutora considera que houve uma melhora significativa da alimentação familiar.

Desta maneira, a alimentação de uma camada importante da população do Pontal se enriquece, incorporando principalmente legumes, folhosas e frutas. Via de regra, estes alimentos são negligenciados quando o orçamento familiar é restrito, além de não contarem com a publicidade midiática dos alimentos industrializados (LACOMBE, 2002).

Outro ponto que merece destaque é o fato da modalidade Doação Simultânea (DS) do PAA melhorar também a alimentação das famílias assentadas. A chave para se entender esse processo é a diversificação da produção, exigência crescente da CONAB. “Porque quem recebe (os alimentos) não quer comer todo dia a mesma coisa” (entrevista com entidade beneficiária de Mirante do Paranapanema em

25/07/2011). Vista inicialmente como uma dificuldade, tal prescrição pôde ser considerada, mais adiante, um benefício, pois o PAA incentivou a diversificação da produção dos assentados, o que refletiu particularmente em sua própria dieta alimentar.

Mas como explicar essa repentina diversidade de alimentos em assentamentos considerados como improdutivos? E como os assentados estão conseguindo cumprir com a demanda de alimentos no município?

Com efeito, o programa recebe uma resposta rápida por parte dos agricultores, que reorientam sua produção para fornecimento diversificado de alimentos. Vimos que mesmo com uma disseminação recente, o PAA, vem consolidando sistemas de produção mais diversificados nos assentamentos, atuando em primeiro lugar na valorização, inexistente até então da diversidade produtiva, e em segundo lugar no estímulo do crescimento desta diversificação para atender às exigências do Programa.

Nesse sentido, a valorização dos produtos que se encontram nos lotes é a chave para se entender o elevado número de produtos levantados nas entrevistas realizadas nesses assentamentos dominados pela pecuária leiteira e aparentemente pouco produtivos (Tabela 11).

Tabela 11 - Produtos produzidos pelo maior número de entrevistados nos PAs Margarida Alves e Antonio Conselheiro (todos os produtos, vendidos ou não), 2011

PA Margarida Alves – SP			PA Antônio Conselheiro - SP		
Produto	No de entrevistados	% dos entrevistados	Produto	No de entrevistados	% dos entrevistados
Leite	16	84%	Mandioca	11	79%
Alface	14	74%	Leite	11	79%
Mandioca	11	58%	Café	10	71%
Quiabo	9	47%	Frango	8	57%
Abóbora	8	42%	Banana	8	57%
Frango	8	42%	Manga	7	50%
Cebolinha	7	37%	Abacate	7	50%
Rúcula	7	37%	Mamão	6	43%
Banana, manga, goiaba	6	32%	Abóbora	6	43%

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2011

Aqui cabe explicar que a diversidade de produtos constatada, vem principalmente dos “quintais agroflorestais” (quintais formados com diversas frutíferas, ervas medicinais, nativas, hortas, que os assentados acabam criando em

volta de suas casas) e não de uma área específica com fins comerciais até então. Em nossa pesquisa vimos que entre os assentados que acessam o PAA e entre os que não acessam, a diversidade de produtos do lote é a mesma (Tabela 12).

Tabela 12 – Número de produtos diferentes produzidos pelos estabelecimentos (médio, máximo e mínimo), considerando apenas os produtos agrícolas (de cultivo anual ou perene), 2011

UF - Projeto de assentamento	Nº. médio de produtos agrícolas		Nº. máximo de produtos agrícolas		Nº. mínimo de produtos agrícolas	
	Acessa o PAA	Não acessa	Acessa o PAA	Não acessa	Acessa o PAA	Não acessa
SP - PA Antônio Conselheiro	10,9	10,6	24	21	2	1
SP - PA Margarida Alves	10,9	14,3	21	26	3	6

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2011

Assim pode-se afirmar que a variedade dos cultivos, antes do acesso ao Programa, era destinada, sobretudo, ao autoconsumo. A DS está valorizando as famílias que possuem estes quintais, pois está permitindo comercializar os excedentes (mesmo que em pequenas quantidades) que sempre ocorrem e que sempre eram perdidos ou destinados às criações. Porém cabe ressaltar que nem todas as famílias possuem tais quintais e que nem todas manejam ou cuidam na mesma proporção de suas áreas.

Por outro lado, essa valorização também permite explicar como os assentados conseguiram cumprir os contratos com a CONAB e com as instituições beneficiadas que exigem uma lista de alimentos diversificada. É interessante relatar que a maioria dos assentados não chega a cumprir sua cota, o que revela por um lado o baixo volume de alimentos colhidos por unidade produtiva, porém, por outro lado, revela também o potencial de aumento de renda que cada família possui. Ou seja, mesmo com retorno pequeno nos primeiros projetos, as famílias estão acreditando e investindo para os próximos projetos do PAA, que se apresenta então, como um catalisador no estímulo à produção. Na verdade, os primeiros projetos realizados não foram planejados com todos os assentados pela falta de organização interna das associações, como já mencionado. Nesse sentido, as lideranças tiveram que realizar um levantamento da produção de todo o assentamento. Tal levantamento revelou que para cumprir com seus respectivos projetos, os assentados participantes do programa teriam que abrir suas cotas para os assentados não

inscritos também entregarem seus produtos. Assim, a valorização da pequena produção individual de cada unidade produtiva foi uma solução e uma necessidade para o fechamento dos contratos.

A Tabela 13 revela o peso da participação informal dos assentados no Programa, o que pode ser explicado por ter sido o primeiro ano de sua implantação. Indubitavelmente, poucos assentados tinham condição legal ou interesse em participar no primeiro ano de efetivação do DS PAA nos assentamentos estudados.

Tabela 13 - Tipo de acesso ao PAA (em número de famílias entrevistadas), 2011

UF - Projeto de Assentamento	Normal (1)	Arranjos locais (informais) (2)	Sem acesso	Total Entrevistados
SP - PA Antônio Conselheiro	7	3	5	15
SP - PA Margarida Alves	11	2	5	18

Nota: (1) Acesso formal, sabendo que acessa, (2) Arranjos informais, emprestando seu nome para outras pessoas ou acessando na “cota” de outros.

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2011

Este quadro está se alterando com rapidez, pois observamos um interesse crescente em acessar a modalidade DS, ilustrado pela expansão do número de adesões formais ao Programa. Esse boom de adesões reflete efetivamente no crescimento da produção diversificada. Nesse sentido vimos que muitas famílias estão investindo em pequenas hortas, nos próprios lotes, com vistas a aumentar ou diversificar suas áreas de cultivo visando à participação no Programa. De nossos entrevistados, cerca de 40% afirmaram ter aumentado a produção enquanto outros 25% afirmam ter diversificado sua produção depois da adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos em sua modalidade DS.

Assim, o principal traço do PAA é, em termos produtivos segundo nossa interpretação, o estímulo à diversificação da produção. Observamos que, antes, a maior parte dos recursos e do tempo disponível era voltada para poucos cultivos comercializáveis. Atualmente, há mais dedicação e cuidado com os quintais (principalmente pomares e horta), ainda que a maior parte da área dos lotes seja destinada às pastagens.

Este fenômeno permite melhorar tanto a alimentação quanto a renda das famílias. É assim que um representante da Associação dos Produtores Rurais do

Assentamento Antônio Conselheiro (APRAACON), estima que quem acessa o PAA “tem uma vida estável na questão alimentar e na questão financeira” (entrevista realizada em 19/07/2011).

De fato, houve nos últimos anos uma notável reorientação dos agricultores para fornecimento de alimentos diversificados. O aumento do número de itens entregues pelas associações Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA) (15 produtos) e GIRASSOL (26 produtos), nos últimos projetos, são demonstrativos desta reorientação das atividades agrícolas em favor da produção diversificada. Portanto, o PAA representa uma resposta consistente ao maior problema enfrentado pelos assentados em termos de valorização e de investimento na diversificação de seus sistemas produtivos: o escoamento dos produtos.

A propósito, este caso permite realçar, de modo mais geral, a capacidade dos agricultores familiares de re-configurar seus sistemas produtivos e de estabelecer objetivos adaptados aos mais diferentes ambientes socioeconômicos. Historicamente, a agricultura familiar mostra-se capaz de se adaptar às adversidades, assegurando particularmente, a produção de gêneros alimentícios direcionados ao abastecimento do mercado alimentar (LAMARCHE, 1993).

Esta adaptação se associa com a diversidade da agricultura familiar, que não somente subsiste, mas se reproduz. O movimento de modernização não se traduziu pela generalização de um modelo único; ao contrário. “As explorações agrícolas familiares demonstraram sua capacidade de responder às dificuldades da competitividade por vias diferentes” (LAURENT, 1992).

Em nosso caso, essa resposta consistente de parte dos assentados, estabelecidas através de contratos com a CONAB relativamente exigentes em diversidade, mostra o potencial dos agricultores familiares assentados, mesmo aqueles em situações de grande precariedade, em impulsionar o Programa, não somente como “beneficiário de política assistencialista”. Eles se tornam efetivamente, atores chaves, com papel fundamental de provedor de alimentos. Para os assentados do Pontal, à margem das cadeias produtivas convencionais (mesmo naquela do leite, onde estão mais inseridos), esse protagonismo é uma novidade. Assim a compra de alimentos via DS está melhorando a imagem que a população em geral tem dos assentamentos, assim como a imagem que os assentados têm de si mesmos. Desta maneira é possível pensar o assentado como parte ativa de um

programa em princípio social como o PAA, onde produção de alimentos, indiretamente, propicia outras melhorias alimentares, econômicas, ou ainda de resgate da cidadania e de inclusão social das famílias produtoras. Nesse sentido, o PAA dá início a um processo de resgate da auto-estima das pessoas e famílias. Paralelamente, nas organizações que recebem as doações, cabe observar que os depoimentos de nossos interlocutores permitem identificar uma melhoria no atendimento ao público alvo das entidades que recebem os produtos do PAA, com maior diversidade e disponibilidade (em termos de quantidade) de produtos alimentares. De outra parte, tais organizações podem ampliar seu atendimento a grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, aumentando a visibilidade de seu trabalho no município. Como vimos em nossa pesquisa, o aumento da auto-estima foi apontado como fator positivo do Programa. Os assentados se sentem recompensados em produzir alimentos e, mais ainda, em beneficiarem famílias em situações de precariedade, como salientam nossos entrevistados: "esse Programa é ótimo, ajuda quem está precisando, é pobre produzindo pra pobre" (entrevista realizada em 20/06/2011) ou "ia ser bom as pessoas que recebem os produtos vissem como a gente ta produzindo: sem veneno e com cuidado porque é comida para os outros" (entrevista realizada em 18/07/2011).

Assim, não podemos deixar de notar que para os agricultores familiares assentados existe um forte sentimento de retribuição pelo que a luta pela terra lhes proporcionou. Nesse sentido, a sensação de estar contribuindo com o resgate de pessoas mais desfavorecidas é evidente nos depoimentos tomados nas entrevistas. Alguns autores, como Godbout (2004) apud Sabourin (2007), realçam a importância da reciprocidade. Ela pode ser definida simplesmente como o fato de devolver ou repassar para outra pessoa alguma coisa que lhe foi dada "de graça" ou doada. A ganância levaria as pessoas a se dizer: Eu me dei bem!

Porém, testemunhou-se alguns sentimentos opostos ao descrito acima, o ato de doar carrega e transmite consigo um impulso "de doação" naquele que recebe o dom. Não se trata de uma imposição mas, pelo contrário, o dom é um convite, um estímulo a repassar o presente. Este fenômeno de reciprocidade é tão importante que Godbout (2004) o define como uma força social fundamental.

5.3 Manutenção tecido social

A formação dos assentamentos na região do Pontal se origina de um mosaico de brasileiros vindos de diversas partes do país. Essa junção de povos e culturas diferentes constitui um fermento inovador para reconstrução de laços sociais e práticas culturais¹¹ (LEITE et al., 2004).

De fato, são milhares de trabalhadores de origem urbana ou rural, que carregam consigo toda uma história e experiência de vida, cada uma distinta da outra e motivadas por razões também diversas. No entanto, para todas as famílias acampadas ou assentadas, há uma visão comum, na qual o assentamento é visto como um local onde é possível ter um futuro descente.

Num contexto de dilaceração do tecido social rural em razão do êxodo rural provocado pela modernização agrícola conservadora, a possibilidade de buscar um lote de terra tem se mostrado uma alternativa não só de moradia e obtenção de renda, mas também de manutenção ou mesmo recomposição de laços familiares e de sociabilidade, a busca de “um lugar tranquilo para criar os filhos” como afirmam diversos assentados (MEDEIROS, 2003).

As condições precárias de vida dessa população excluída são repletas de instabilidades, privações e riscos. Estes aqui se referem àqueles de remoção, de despejo, de desemprego e de violência. Os beneficiários e potenciais beneficiários da reforma agrária sofrem a privação de espaços de lazer, de boa educação, de tempo para a família, da saúde de qualidade, de bens de consumo básicos. Essa situação de constante precariedade e instabilidade tem, em muitos casos, sido responsável pela busca do retorno ao campo por essas populações, seja no seu estado de origem ou não (GOLDFARB, 2006).

Leite (2004) define o assentamento como "ponto de partida", ou seja, situação a partir da qual o produtor beneficiado busca – já num patamar diferenciado –

¹¹ Leite et al. (2004) relatam que são bastante diversificados os beneficiários diretos dos assentamentos. Do ponto de vista da inserção no processo produtivo, encontram-se posseiros, com longa história de ocupação da terra; filhos de produtores familiares pauperizados que, frente às dificuldades financeiras para o acesso à terra, optaram pela ocupação como único caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores independentes; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores atingidos pela construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava o seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas que, havendo condições políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação; aposentados que viram na terra a possibilidade de um complemento de renda, etc.

implementar projetos tecno-produtivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária e inserir-se num jogo de disputas políticas visando sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado), fortalecendo a possibilidade de gerar "efeitos multiplicadores" dessa experiência singular, com impactos significativos no meio social, político e econômico em que atua.

O autor complementa esta idéia, considerando também o assentamento como um "ponto de chegada", ou seja, como uma, entre outras, possibilidades de mobilidade e integração social à qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse da terra. Nesse sentido, os assentamentos carregam consigo a possibilidade de transformação de um amplo setor de "excluídos" em sujeitos políticos, novos atores em cena (LEITE et al., 2004)

Na dimensão das relações societárias, Sergio Leite relata que há um processo de aprendizagem de formas organizativas. A luta pela terra e os procedimentos de constituição do assentamento proporcionam a experiência de novas formas de participação e de sociabilidade entre assentados, rearranjando e/ou recuperando redes de relações pessoais anteriores que dão origem a distintas formas de organização ou constituindo novas (LEITE et al., 2004).

No entanto, há também dentro dos assentamentos a coexistência de disposições e ideologias de racionalidades e modos de vida diferentes que podem levar a distintos graus de desenvolvimento. *"Os projetos de reforma agrária mesmo quando em termos médios apresentam resultados satisfatórios, desenvolvem em seu interior forte heterogeneidade, em que, a nosso ver, está a raiz de sua futura desestruturação"* (CASTRO et al., 1988).

A importância das mediações e das formas de representação que emergem no processo de constituição dos assentamentos é o que, segundo Medeiros; Esterci, (1994), aponta para a "necessidade de se atentar para o seu modo de operar em relação aos segmentos representados. Ele implica em formas mais ou menos sutis de controle sobre os trabalhadores que, em situações de assentamento, aparecem através de imposições de diferentes tipos" (MEDEIROS; ESTERCI, 1994). Como tal, destacam-se a concessão de uso e não a propriedade plena, a imposição de vinculação a alguma forma de associação para obter acesso a recursos creditícios, priorização das formas de organização coletiva, provocando uma

discriminação em relação aos que optam pelas formas individuais; imposições no que se refere à organização da produção, etc. (LEITE et al., 2004).

Essas formas de controle podem produzir tensões e disputas internas. Em pesquisa realizada em diferentes assentamentos, Medeiros e Leite (1997) apontam que: "é possível, pois, concluir que a análise tem privilegiado as dimensões internas ao assentamento e nesse sentido, os resultados apresentados têm sido cruciais para romper com uma tendência, marcada por um certo romantismo e fortemente influenciada pela imagem que os grupos procuram passar deles mesmos, que é a de um certo comunitarismo no plano interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais".

No Pontal do Paranapanema, apesar das enormes conquistas em relação à terra, moradia e renda, os assentamentos implantados ainda patinam em relação ao bom andamento das formas organizativas, principalmente as voltadas para produção e comercialização. Tal lentidão é fruto de divergências tanto internas quanto externas aos assentamentos.

Nesse sentido, observou-se que a dinâmica das relações entre assentados e organizações sociais da região encontra-se associada, em grande medida, às especificidades de uma ruptura entre as lideranças do MST no Pontal.

Em rota de colisão com a direção nacional do movimento desde o final do governo Fernando Henrique Cardoso, José Rainha Júnior segue, com seu grupo de militância, como principal referência da luta pela terra no Pontal. O "racha" não impediu a fração ligada a José Rainha, contrariamente ao desejo da direção nacional do MST, de utilizar as bandeiras e as estratégias de ação deste movimento, com vistas à organização de acampamentos e ocupações. Após perder a direção formal da cooperativa para um grupo ligado à liderança nacional do MST (mais um capítulo desse relacionamento extremamente conflituoso), o "grupo de Rainha" tem buscado construir uma alternativa institucional à COCAMP, direcionando seus esforços na montagem de uma entidade legalmente constituída, a fim de também concorrer às verbas federais destinadas aos assentamentos do Pontal (BARONE et al., 2008).

A disputa territorial no âmbito do MST e o seu "racha" no Pontal também são indiretamente atribuídos a diferentes concepções sobre o uso dos créditos e outros incentivos vinculados às políticas públicas de desenvolvimento dos assentamentos,

o que levou a desentendimentos na busca de convênios com o governo federal. Assim, a Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (FAAFOP) foi criada em novembro de 2006, com sede no município de Mirante do Paranapanema e sub-sede no município de Teodoro Sampaio. O surgimento desta organização pode ser melhor compreendido à luz de uma estratégia política mais abrangente implementada pelo “grupo de Rainha”, que busca fazer frente à hegemonia regional do MST, organização esta que detém o controle da Cooperativa dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema (COCAMP). O surgimento desta Federação, que se configura como uma organização não-governamental está atrelada às possibilidades de obtenção de financiamentos públicos do governo federal a partir do Programa Nacional de Biodiesel (OLIVEIRA, 2010). Isto pode ser verificado a partir dos projetos de plantio de pinhão manso e mamona que foram desenvolvidos com mais de 1.200 famílias no território do Pontal nos anos de 2008 e 2009. Além de criar a FAAFOP, este grupo passou a se organizar, ainda, por meio de uma organização não-governamental, denominada Associação Amigos de Teodoro Sampaio (AATS), que tem como um de seus objetivos acessarem projetos para os assentamentos do município (OLIVEIRA, 2010).

As duas entidades, FAAFOP e AATS, obtiveram êxito no acesso às verbas federais a partir de convênios estabelecidos com o MDA até 2010, tanto para a implantação de projetos de construção e/ou reformas habitacionais nos assentamentos rurais (2007), quanto para o incentivo à produção da mamona (2008 e 2009).

Portanto, as relações conflituosas e conturbadas em torno dos movimentos sociais hoje no Pontal têm provocado uma sensação de descrédito entre os assentados. A ruptura entre o MST e o grupo próximo a José Rainha sempre aparece nas conversas, mas não é fácil reconhecer a posição dos assentados, principalmente no PA Antônio Conselheiro. Em todo caso, há um desgaste das principais lideranças de ambos os lados, o que reflete diretamente na baixa participação em atividades ligadas ao movimento (MST) por parte, notadamente dos assentados do PA Antônio Conselheiro. A Tabela 14 indica que somente 9,37 % dos entrevistados citaram reuniões do Movimento entre os tipos de reuniões das quais costuma participar e somente 3% citaram reuniões da cooperativa.

Tabela 14 - Tipo de reuniões às quais os assentados participam; percentual de citações entre as famílias entrevistadas, 2011

Tipo de reuniões citadas nos projetos de assentamento	PA Antônio Conselheiro			PA Margarida Alves			Total
	Acessa o PAA	Não acessa	Sub-total	Acessa o PAA	Não acessa	Sub-total	
Nº de famílias entrevistadas	9	5	14	12	6	18	32
Associação	33,33	20	28,57	91,66	33,33	72,22	53,12
Cooperativa	0	20	7,14	0	0	0	3,12
Sindicato	0	0	0	0	0	0	0
Grupo de mulheres	0	40	14,28	16,66	50	27,77	21,87
Igreja	33,33	0	21,42	33,333	33,33	33,33	28,12
Incra	66,66	60	64,28	41,66	66,66	50	56,25
MST	11,11	0	7,14	8,33	16,66	11,11	9,37

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2011

O relato de um assentado deste PA é ilustrativo do quadro atual: “o Zé Rainha era o nosso líder. Sem ele ninguém pegava terra. Agora ele está metido em encrenca” (entrevista realizada em 19/07/2011).

No caso do PA Margarida Alves, a presença do MST é mais forte. Desta maneira, pode-se encontrar muitos assentados respondendo por seus diversos setores (Saúde, Gênero e Cultura), assim como militantes ativos. Neste ambiente, o desgaste da COCAMP é menos pronunciado: trata-se de um assentamento criado depois da falência de seus projetos. Observa-se também que as lideranças do assentamento (principalmente mulheres), ligadas ao MST, estão nos cargos de gestão das associações. São elas, muitas vezes, as principais referências no que diz respeito a projetos e iniciativas no âmbito do assentamento, incluindo aí o próprio PAA. A presidente da associação GIRASSOL, por exemplo, é coordenadora de um dos núcleos do assentamento, núcleos que foram formados por afinidade desde o tempo de acampamento.

Seja como for, os sentimentos de desconfiança e receio em relação aos movimentos sociais são intensamente presentes entre os assentados. Essa divisão dentro do movimento proporciona um terreno fértil para alinhamentos políticos distintos entre os atores locais. Os jogos de poder e o balanço das forças políticas

são particularmente interessantes para compreender a relação dos assentados com o poder público.

Nesse sentido as relações com os órgãos responsáveis pelos assentamentos também sofrem da mesma imagem de descrédito por parte das famílias entrevistadas. As reclamações – como a falta de informações, os atrasos na liberação dos créditos, a falta de pessoal tanto para atendimento burocrático como para assistência técnica – foram recorrentes em nossas conversas com as famílias. Um dado interessante que ilustra bem essa reivindicação, é o número alto de entrevistados que participam de reuniões com o INCRA, de fato 56% dos entrevistados citaram as reuniões com a instituição de forma recorrente. O número de técnicos do INCRA no escritório de Mirante equivalia na época das entrevistas a oito técnicos (cinco de campo e três administrativos). A presença de um grande grupo de profissionais era um fato recente, pois todos os técnicos eram recém contratados e estavam se ambientando à região e às famílias. Três meses após nossas entrevistas, todos eles foram dispensados e o escritório de Mirante fechado devido a irregularidades envolvendo a superintendência. Os assentados se viram na impossibilidade de resolver qualquer problema durante 10 meses. Assim a inconstância no atendimento aos assentados e o efetivo reduzido de técnicos provocam uma lentidão em qualquer procedimento.

Por outro lado, em Mirante do Paranapanema, apesar do grande número de assentados, o poder político local (a prefeitura principalmente) sempre esteve na mão de empresários e de grandes proprietários da região, que são alinhados, de modo geral, com a oposição ao governo federal atual, além de muito próximos da bancada ruralista. Desta forma, as políticas voltadas para o fortalecimento dos assentamentos não têm sido uma prioridade para os sucessivos governos municipais. A propósito, o trânsito dos recursos federais pela prefeitura (antes de serem repassados às instituições e associações) constitui uma das formas do poder executivo local controlar o campo de possibilidades das políticas públicas do governo federal. Aqui, é ilustrativa a proposta de um assentado: “a prefeitura deveria ser como um guarda chuva para os recursos, a água bate em cima e se esparrama em volta dele. Mas ela é exatamente o contrário, um funil, que recebe muita água e concentra os recursos nas mãos de poucos” (entrevista realizada em 25/07/2011).

Por outro lado, ao olhar para dentro do assentamento agora, observa-se que em relação ao envolvimento dos assentados nas dinâmicas sociais, políticas e organizativas do assentamento, as entrevistas junto aos assentados revelaram que existem posturas e percepções distintas da forma de organização em cada assentamento.

De fato, no PA Antônio Conselheiro, a dinâmica organizativa do assentamento reflete, ainda que em graus diferenciados, o baixo interesse e até mesmo certa repulsa por parte dos assentados em participar das atividades das associações. Aqui, é claro que o desgaste da relação das lideranças dos movimentos com sua base social e o fracasso dos projetos da COCAMP influenciaram diretamente nas formas de organização interna. De certa maneira, o cooperativismo e o associativismo não são vistos como estratégias organizativas que trariam benefícios para as famílias. Pelo contrário, tais meios de ação coletiva são considerados como forma de permanecer atrelado ou preso ao coletivo, visto como algo que freia o desenvolvimento dos lotes. Ademais, disseminou-se uma visão segundo a qual, muitas vezes, os benefícios gerados coletivamente se dirigem para determinados indivíduos e não para todos os envolvidos. Em nossa pesquisa (Tabela 3), constatamos que somente 28% dos entrevistados desse assentamento afirmam participar de reuniões ligadas às suas respectivas associações e somente uma família revelou participar de reuniões da COCAMP.

Com efeito, a ação coletiva dentro do assentamento conhece muitos limites, pois as diferentes linhas políticas de apoio a um movimento e ao outro implicam em divisão dos assentados. Esse problema é claro no PA Antônio Conselheiro, onde houve um racha nítido entre os assentados pró-Zé Rainha e aqueles pró-Movimento (MST), fato que gerou a criação das duas associações no assentamento: a APRAACON e a Associação do “Zé da baixada”¹².

Nesse assentamento a associação é vista, sobretudo, como uma instituição destinada a assegurar o acesso aos recursos do governo. Ela quase nunca é considerada como uma ferramenta de fortalecimento da comunidade. De fato, desde o início do assentamento, irregularidades e atraso no acesso aos recursos destinados aos assentados através das associações desgastaram sua imagem.

¹² A propósito, os “associados” aqui não acessaram a última parcela do crédito habitação, o que nada favorece sua motivação pelo associativismo. De fato, o próprio desconhecimento do verdadeiro nome da associação revela afastamento e desinteresse.

Muitas famílias tiveram problemas durante essas fases iniciais do processo de instalação no assentamento e guardam, até hoje, lembranças negativas e, principalmente, dívidas. O depoimento de um assentado revela este estado de espírito: “entrei na associação só para construção da casa, não queria entrar não. A experiência do meu sogro que nem viu a cor do trator que comprou através de uma associação me deixou com muitas dúvidas... não queria sujar o nome” (entrevista realizada em 28/07/2011).

Deste modo, qualquer ação coletiva se torna muito custosa. Experiências coletivas frustradas geraram tal desgaste que a maioria dos assentados prefere trabalhar individualmente. Também são marcantes os relatos da desmobilização dos assentados a partir do momento em que conseguem seus lotes. O companheirismo e união compartilhada nos momentos de acampamento parecem desaparecer no momento pós-ocupação, como revelam tais palavras de um assentado: “toda discussão sobre o futuro do assentamento tinha que ser feita no acampamento, quando todo mundo tem na terra o objetivo comum. Depois que vai pro lote é cada um por si. A discussão fica impossível” (entrevista realizada em 28/07/2011). De fato, se a ação coletiva é determinante para a conquista de um lote, a atmosfera ideológica em torno dos processos produtivos favorece ventos muito individualistas, o que bloqueia operações mais proveitosas de cooperação.

No PA Margarida Alves, a imagem das associações não está tão prejudicada assim. A visão sobre sua função no assentamento não é tão limitada como no PA Antônio Conselheiro, onde é principalmente considerada como meio para acessar os recursos de órgãos públicos. A maioria das famílias é associada a uma ou outra associação (cada uma contando com aproximadamente metade dos assentados) e participa das reuniões e atividades dos grupos. Dos entrevistados que acessam o PAA, 91% declaram participar de reuniões das associações às quais pertencem. No assentamento em questão, há muito mais atividades grupais: 33% dos entrevistados declararam participar de atividades religiosas, 27% daquelas do grupo de mulheres e 16% daquelas de grupos para atividades produtivas e mesmo ambientais (visando a adequação ambiental). De fato esses grupos reúnem assentados de ambas as associações. A divisão do assentamento em dois grupos se explica principalmente em razão da entrega dos produtos do PAA, quando cada assentado está ligado a uma das associações.

Um dos motivos que pode explicar a forte participação dos assentados do Margarida Alves na dinâmica organizativa do assentamento é a sua idade relativamente recente (o assentamento foi criado em 2006, como mencionado anteriormente). De fato os assentados ainda estão recebendo parte dos recursos de fomento para habitação ou de apoio às mulheres, por exemplo, ou ainda de infraestruturas básicas, que são repassados através das associações. Assim é possível supor que eles participem com frequência de reuniões para interar-se também do andamento da liberação dos recursos para tais fins.

Se, por um lado, o assentamento não foi diretamente atingido pelo fracasso da COCAMP como organização produtiva abrangente, o trabalho coletivo, particularmente: ajudas mútuas, trocas de diária, venda em grupo, todavia não funciona bem. Os baixos níveis de produção e produtividade podem ser vistos como um dos fatores que contribuem para tal fenômeno. Como a grande maioria das famílias tem a pecuária de leite como única atividade produtiva no lote e não há cultivos perenes (caso do café no PA Antônio Conselheiro) que demandem mão de obra, muitos assentados buscam trabalho fora do lote como diaristas na lavoura, na usina ou na construção civil. Sabourin (2007) chama a atenção para este fenômeno no Brasil, onde reconhece que a relação de ajuda mútua e de partilha sofre com as formas de relações de troca baseadas no pagamento de serviços prestados (diárias). Quando tais práticas dominam as relações na comunidade e no seu entorno, elas não são mais capazes nem de reproduzir as estruturas de reciprocidade, nem de garantir a perpetuação dos valores preconizados pelas comunidades rurais.

Seja como for, com as entrevistas realizadas, foi possível identificar inúmeros efeitos do PAA no que tange às organizações proponentes. Inicialmente, pode-se destacar a criação de associações para o acesso ao PAA e uma reativação de muitas associações que estavam paradas, principalmente por conta de dívidas com bancos, certidões negativas vencidas, CNPJ irregular ou falta de nota fiscal eletrônica. Tal processo exigiu um significativo esforço de regularização dos documentos das associações. Com custos relativamente elevados, essa regularização foi lenta, tendo sido bancada pelos associados. Aqui cabe ressaltar que os primeiros projetos de entrega na modalidade DS foram fruto principalmente da atuação das lideranças dos assentamentos. Assim, a viabilização do ingresso

das famílias ocorreu pelo trabalho dos presidentes das associações em conjunto com algum “facilitador”, identificação daquele que é remunerado enquanto prestador de serviço para a gestão administrativa e financeira das organizações proponentes. Neste contexto, os presidentes das associações tornaram-se encarregados de divulgar o PAA dentro do assentamento, ordenar a documentação de suas organizações, realizar o inventário produtivo do assentamento, entre outras tarefas. Nesse sentido, observamos que a gestão do programa está centralizada na figura da liderança. Como esse trabalho, na maioria das vezes, é voluntário (e, freqüentemente, pouco valorizado), os assentados, em geral, não se interessam pela gestão de suas associações. Assim, os mandatos se sucedem sempre com os mesmos dirigentes. Ilustrativa, aqui, é a resposta dada por assentados ao serem questionados sobre o nome da associação a qual pertencem: boa parte conhecia sua organização associativa pelo nome do presidente. Esse fato leva a pensar na preponderância de interesses particulares em detrimento daqueles coletivos ou públicos. No mínimo, trata-se de uma personificação das associações em torno de determinadas lideranças. Tal fenômeno não foi observado nos assentamentos pesquisados, porém os depoimentos dos assentados salientam ocorrências desta natureza em organizações alheias.

No entanto, apesar destas relações conflituosas, os assentados mantêm a capacidade de se organizar rapidamente em torno de um objetivo comum. Aqui, este objetivo se materializa numa solução ao problema da comercialização dominada por atravessadores. Se por um lado, o PAA revelou as carências das associações na parte de gestão financeira e administrativa, tanto em infra-estrutura como em pessoas capacitadas para esse tipo de tarefa, o balanço positivo dos caixas das associações devido aos projetos em torno do PAA ilustra tal capacidade e potencial de organização.

Outro desafio relacionado ao papel das associações encontra-se relacionado aos aspectos propriamente técnicos da produção: a demanda por assistência técnica é grande por parte dos assentados. Nesta reconstrução de papéis com o PAA, as associações passam também a se constituir como um meio de coordenação da produção e do escoamento dos alimentos, inclusive envolvendo, assentados que não estão inscritos no Programa, como revela o seguinte depoimento: “quando é época de entrega, as lideranças da associação passam na

casa de todo mundo. Tem gente que entra no projeto e depois não tem o que entregar” (entrevista realizada em 26/07/2011).

Assim em relação à visão sobre o associativismo, o Programa parece gradualmente favorecer uma mudança interna aos assentamentos. Na medida em que há um fortalecimento das associações enquanto um instrumento destinado a organizar a comercialização, recolher os produtos e realizar pagamentos em dia, estas passam a ser vistas de forma mais positiva. Inclusive, alguns de nossos interlocutores deixam transparecer a crença de que, com o tempo, outras atividades poderão ser também, incorporadas à dinâmica das associações, para além daquelas relacionadas estritamente ao acesso às políticas públicas, principalmente ao PAA.

De toda maneira, é possível já identificar que o interesse pelo acesso ao PAA explica o boom de adesões dos assentados às duas associações – AAMA e GIRASSOL – entre 2009 e 2011 como vimos anteriormente. Convém lembrar, aqui, que outros estudos de caso realizados no Rio Grande do Sul e em Sergipe (MÜLLER et al., 2007; CHMIELEWSKA et al., 2010) também identificaram este movimento de adesão às associações em função do acesso ao PAA. No entanto, nestes casos gaúchos e sergipanos, registrou-se, também, um maior envolvimento dos associados em outras atividades organizativas além daquelas estritamente ligadas aos procedimentos em torno do Programa.

No caso das associações aqui estudadas, constata-se que o aumento do número de associados ainda está restrito ao escoamento dos produtos alimentares em torno, sobremaneira, do PAA. Neste quadro, talvez ainda seja muito cedo para estimar os efeitos do PAA no processo de organização coletiva nos assentamentos em questão. Se hoje o programa favorece a reativação/fundação de associações com objetivo de atender às suas exigências, há pequenos indícios de que este fenômeno possa contribuir com a sedimentação na base de práticas e concepções mais sólidas para a construção de sistemas organizacionais efetivamente participativos. De qualquer forma, o PAA tem favorecido uma mudança da imagem muito negativa anteriormente existente acerca do associativismo.

Mudanças positivas na imagem das associações e dos assentados foram também identificadas no que diz respeito à população das cidades onde são distribuídos os alimentos adquiridos pelo Programa. A população passa, pouco a pouco, a reconhecer um papel importante das organizações representativas dos

assentados no abastecimento alimentar local. O dono de uma pequena mercearia em Cuiabá Paulista, que teve seu comércio abalado em função das doações do PAA, atribui, assim mesmo um papel positivo ao Programa: “tenho um amigo no PA Areia Branca e sei que estas entregas ajudaram muito os assentados. Esse meu amigo agora tem um dinheirinho extra no mês e diz que come mais variado, que aprendeu a comer várias coisas que não comia antes” (entrevista realizada em 27/07/2011).

Assim a modalidade DS favorece uma aproximação entre consumidores e produtores cujo funcionamento cria laços de amizade, de respeito, de confiança ou pelo menos de comprometimento em relação à importância do alimento produzido pois o agricultor tem contato direto com seu consumidor. É oportuno ressaltar que grande parte dos beneficiados pelos alimentos do PAA reconhece uma importância do papel dos assentados no município e começa a confiar em seus produtos.

Em grande medida, é possível considerar que essa aproximação possa ser uma base consistente para a implantação de um sistema agroalimentar localizado (SIAL) em torno da agricultura familiar assentada (MORUZZI-MARQUES, 2010). Um SIAL bem consolidado se funda em relações mais intensas entre os atores locais que se organizam e se mobilizam para valorizar os atributos agroalimentares específicos do território.

Nesse sentido, convém pensar que os circuitos curtos, fomentados pelo PAA, podem ser examinados como capazes de recriar ligações sociais e culturais, de favorecer um melhor conhecimento entre agricultores e consumidores urbanos e de participar de uma educação coletiva relativa aos produtos e sabores, à qualidade de vida e à lógica econômica. Com efeito, trata-se de alternativas fundadas em princípios de autonomia, agricultura sustentável e proximidade diante dos modelos de produção e consumo inscritos nas cadeias agroindustriais produtivistas (MARÉCHAL, 2008; MORUZZI-MARQUES, 2010).

Enfim, as perspectivas e esperanças em torno das associações se multiplicam: por exemplo, passa a circular a idéia de investimentos associativos tais como a compra de um caminhão para transporte dos produtos dos associados. As atividades de venda direta do produtor ao consumidor, portanto inscritas no quadro dos circuitos curtos alimentares, favorecem autonomia e construção de projetos familiares em torno do estabelecimento agropecuário, o que, por sua vez,

contribuiriam com uma perspectiva de reforço do sistema localizado em torno da agricultura e alimentação. Na medida em que o PAA favorece atividades dentro do assentamento - tanto de produção, mas principalmente de organização da coleta e da entrega dos alimentos - podemos supor uma aproximação entre assentados e entre assentados e consumidores, que levaria ao desenvolvimento de formas de apoio mútuo para além da produção. Segundo Sabourin, (2007), as evoluções diferenciadas das formas de ajuda mútua são testemunhas da dinâmica das estruturas de reciprocidade e de sua capacidade de adaptação. Aqui, esse é o caso, porque além das necessidades reais de bens materiais, as comunidades identificam uma forma de manter as regras de partilha e de solidariedade que por sua vez produzem ou reproduzem valores de confiança e amizades.

5.4 Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural

As diferentes ondas de colonização que ocorreram no Pontal do Paranapanema a partir do início do século XX levaram ao afloramento de uma grave questão ambiental. Assim, Beduschi (2002), apoiado em Fernandes (1996) e Dean (1996), descreve a história desta ocupação como uma mistura de imensas fraudes no processo de apropriação privada da terra com a devastação acelerada da Floresta Atlântica. Até 1942, os quase 247.000 ha que contemplavam a região possuíam cobertura vegetal, o que era conhecida como "Grande Reserva do Pontal". Hoje restam apenas 1,85%, contida no Parque Estadual Morro do Diabo e fragmentos adjacentes. Há registros na imprensa escrita do uso de agente laranja (agrotóxico desfolhante utilizado na guerra do Vietnã) para a promoção dos desmatamentos (SÃO PAULO, 2001).

A vegetação natural da região foi praticamente exterminada no decorrer das últimas décadas. Atualmente, mesmo os fragmentos mais preservados, já sofreram alguma forma de interferência por corte raso, fogo ou por retirada seletiva de madeiras de lei (SÃO PAULO, 2001).

A fragilidade dos solos e a ausência de medidas conservacionistas esgotaram rapidamente o potencial produtivo das terras, passando a predominar a pecuária de corte como atividade que, além de ser mais adaptável aos solos pobres, fortaleceu a

forma extensiva de ocupação consolidando os grandes latifúndios da região (SÃO PAULO, 2001).

Essa devastação se traduz hoje, pela paisagem dominada por extensas pastagens degradadas e monocultivo de cana-de-açúcar que pressionam os pequenos fragmentos florestais remanescentes. Essa ocupação desordenada do território levou a região a se tornar uma das mais degradadas do estado (SPAROVEK, 2003).

Assim antes de ir adiante, é importante ressaltar algumas conclusões da pesquisa de Sparovek (2003) sobre a qualidade dos assentamentos rurais. Neste, o autor relata que o processo de reforma agrária é realizado com base num passivo ambiental significativo. Ou seja, de modo geral os assentamentos são implantados em áreas em que a qualidade ambiental já está comprometida pelo fato dessas áreas já terem sido cultivadas anteriormente e estarem degradadas antes da implantação dos assentamentos.

De acordo com o Plano de Recuperação Ambiental nos Assentamentos no Pontal do Paranapanema: Pontal Verde, do ITESP, existiam em 2001 mais de cem mil hectares de área de assentamentos dos quais mais de vinte mil hectares de reserva legal a serem protegidas e mais de onze mil hectares a serem recuperados (SÃO PAULO, 2001). Porém a falta de ações direcionadas para o equacionamento desse passivo, cujos instrumentos foram definidos recentemente, associada à prioridade absoluta aos créditos para a implantação de infra-estrutura e apoio à produção, explica a inadequação ambiental dos assentamentos (SPAROVEK, 2003). Na prática, Gonçalves (2010) conclui que no programa Pontal Verde, as parcerias multiplicam-se a cada projeto e os assentados, apesar de serem considerados o público alvo direto deste programa, tornam-se muito mais espectadores do que sujeitos capazes de conduzir, com autonomia, seus projetos.

Nesse sentido, Martins (2005), aponta que esta inadequação justifica a forma como o Estado vem conduzindo a reforma agrária, sempre pelo lado produtivista e, como tal, altamente degradante em termos ambientais (FRANÇA; SPAROVEK, 2005). O autor afirma que, de maneira geral, os assentados, ao estabelecerem seus processos produtivos, acabam por reproduzir o pacote tecnológico do modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico, reprodutor do capital agroindustrial e destruidor dos ecossistemas via monocultura e práticas agrícolas correspondentes.

De fato, em nossas entrevistas, várias famílias afirmaram que o processo de elaboração dos projetos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) e PRONAF foi padronizado para todos os assentados. Neste sentido, importante lembrar que esses sistemas foram implantados em razão dos incentivos dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que construíram um modelo produtivo baseado somente na pecuária extensiva de leite; como já mencionamos, a atividade leiteira predomina, com baixa produção, em pastagens degradadas: (SÃO PAULO, 2007/2008). Outro dado que ilustra bem esse modelo de monocultivo é o Relatório de Impactos Socioterritoriais (RIST) de Fernandes et al. (2006) nos assentamentos da região, onde constataram que, com relação à produção para autoconsumo, apenas 1% dos assentados entrevistados conseguiam produzir, no lote, mais da metade do que consumiam diariamente. Kageyama (2003) constatou uma associação positiva entre a presença do PRONAF e o aumento de erosão e aumento da frequência no uso de agrotóxicos, e não houve associação significativa entre o PRONAF e ações de recuperação de áreas degradadas.

De maneira geral, vimos que os sistemas de produção atuais são caracterizados pelo baixo uso de insumos e de mecanização. De fato, podemos dizer que as famílias utilizam poucos insumos do pacote da Revolução Verde, porém elas o fazem por falta de recursos e não por uma prática agroecológica propriamente dita. Esta situação se torna clara nas palavras de alguns assentados que relatam “economizar” no adubo ou no veneno na hora dos tratos culturais das lavouras. Os assentados conhecem muito bem a baixa fertilidade dos solos do Pontal, porém a falta de recursos para a aquisição de insumos os deixa reféns de um uso parcial desse tipo de tecnologia. Assim, a falência e a inviabilidade do modelo produtivo implantado nos assentamentos é clara na fala de um assentado: “o assentado nunca vai conseguir produzir uma cana que nem a Usina, porque na lavoura deles eles usam o que é necessário pra planta produzir, calcário, adubo, veneno, mata mato na quantidade certa! O assentado não, economiza em tudo, em vez de colocar 100 kg de adubo, só coloca 30, passa veneno só uma vez e ainda quer produzir igual a eles, impossível!” (entrevista realizada em 19/07/2011).

As diretrizes adotadas para o sistema produtivo dos assentamentos acabaram refletindo diretamente sobre a capacidade de endividamento das famílias. Este endividamento tornou-se um dos principais problemas, tanto que, grande parte dos

assentados entrevistados do PA Antônio Conselheiro estavam impossibilitados de obter créditos devido à falta de condições para quitar dívidas antigas.

Além disso, outro fato que vem agravando a condição ambiental da região é a expansão de canaviais na última década. Financiada pelos sucessivos governos, a expansão da indústria sucro-alcóoleira está provocando uma mudança nos sistemas produtivos dos latifúndios da região onde há conversão de extensas áreas de pastagem em amplas extensões de monocultivo de cana-de-açúcar.

Frente ao processo de implantação de assentamentos de reforma agrária nas diferentes regiões do Estado de São Paulo, a expansão territorial do setor canavieiro acaba por gerar tensões e conflitos que não se resumem a etapa de criação dos assentamentos rurais, mas manifestam-se também no ulterior processo de desenvolvimento dos territórios reformados (FERRANTE, 2007; BARONE; FERRANTE, 2008).

Nas entrevistas, alguns assentados relataram algumas consequências do monocultivo da cana-de-açúcar para os assentamentos rurais. Por exemplo, ouvimos relatos sobre deriva de defensivos e herbicidas durante as aplicações aéreas das lavouras de cana para os lotes limítrofes. Além disso, em alguns casos extremos onde os assentamentos estão totalmente cercados pela cana, a probabilidade de um incêndio na lavoura de cana atingir os lotes durante o inverno é grande, pois a estação seca pode durar até 6 meses. Outro relato foi a diminuição do volume de água do ribeirão Nhancá que separa o assentamento Paulo Freire do Assentamento Antônio Conselheiro, após seu represamento pela Usina Conquista do Pontal. “Agora os animais atravessam, o que era impossível antes!” (entrevista realizada em 26/07/2011).

Assim a expansão da cana põe em questão, tanto a gestão do trabalho no interior dos assentamentos como a produção para o autoconsumo, fragilizando os argumentos utilizados para criação dos assentamentos. Trata-se de uma “reconquista” do Pontal pela perspectiva de desenvolvimento rural ancorada nos grandes estabelecimentos agropecuários, sem a preocupação de inserção social via reforma agrária ou respeito ao ambiente. De todo modo a envergadura dos investimentos direcionados à região cria uma pressão muito forte em favor da expansão canavieira.

Se por um lado a monocultura da cana-de-açúcar cria um deserto humano, dominado por uma paisagem degradada, poluída e monótona, o PAA propõe idéias inovadoras de desenvolvimento que vão num sentido de criar um ambiente saudável para toda a comunidade rural. De qualquer forma a expansão do setor sucro-alcooleiro pode ser vista, hoje, como o principal vetor de uma concepção concorrente ao PAA em termos de perspectivas de desenvolvimento para os territórios rurais do Pontal.

Nesse sentido, como já explicitamos, o PAA vem consolidando sistemas de produção mais diversificados nos assentamentos e incentivando um modelo produtivo mais natural e menos impactante ao ambiente e ao homem. Se por um lado, a maioria dos alimentos produzidos pelos assentados ainda são frutos do modelo da revolução verde, o PAA está permitindo discutir outro modelo de agricultura, numa perspectiva de transição agroecológica dos lotes, de diversificação da produção e de produção de alimentos sadios e saudáveis ou seja de equilíbrio ecológico. Logo, vale destacar algumas iniciativas que propõem um modelo produtivo baseado em princípios agroecológicos que vêm ocorrendo em alguns assentamentos da região inclusive os pesquisados. Desde de 2010 os assentados do PA Margarida Alves e do Antônio Conselheiro têm recebido apoio de instituições (INCRA, ESALQ, APTA e MST) para atender as demandas de ajuste de conduta, particularmente na área ambiental, e para difundir um sistema de produção diversificado, optando, sobretudo, pela implantação de sistemas produtivos de base agroflorestal. Desta maneira constatamos a emergência de grupos agroflorestais, tais como aquele do projeto “Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar” (Convênio MDA/FEALQ - NACE/PTECA) reunindo 12 famílias e aquele do projeto de Café Sombreado (financiado pela Petrobrás) com 50 famílias participantes, cujos objetivos são capacitar os agricultores em agroecologia e difundir os sistemas agroflorestais (SAF) como ferramenta básica para o sistema produtivo do lote. Apesar de serem experiências “piloto” - pois ainda reúnem um pequeno número de famílias - fica claro que tais iniciativas se enquadram nos princípios norteadores da DS –PAA. Indo além, podemos prever que esses projetos podem ser impulsionados pela modalidade DS pois suas ações são complementares no sentido que esses projetos trabalham a questão da produção de alimentos agroecológicos e a DS-PAA oferece um preço maior por esse tipo de alimento.

Seja como for, o PAA favorece uma perspectiva de diversificação agroecológica e agroflorestal. Nesta medida, os projetos mencionados aqui, em favor da segurança/soberania alimentar e da agrobiodiversidade, ganham um aliado dos mais consistentes para disseminar suas idéias.

6 CONCLUSÃO

Para responder aos objetivos e às questões de análise propostas neste trabalho e para que a análise contribua de fato, para além das evidências que se espera da implantação de uma política pública de cunho social como o PAA, é pertinente lembrar alguns pontos da argumentação. Em primeiro lugar, cabe insistir que o Programa Fome Zero (PFZ) criou um conjunto de mais de 30 programas voltados para combater a fome e as suas causas estruturais, que geram a exclusão social, e para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros. O PAA se inscreve nestas medidas do PFZ, voltada para o combate da miséria no campo, através de uma articulação inédita entre política de segurança alimentar e nutricional aliada a uma política agrícola. Este programa se materializa na forma do Governo garantir a compra e os preços de produtos alimentares de agricultores familiares assim como sua distribuição para as pessoas em situação de precariedade e de insegurança alimentar e nutricional. Com quase 10 anos de existência, o PAA se destaca nesse conjunto de programas em números absolutos de agricultores familiares beneficiados e pessoas atendidas pelos alimentos, de tal forma que conhece um crescimento de participantes como de orçamento ano após ano. Apesar desses números mostrarem a importância e os benefícios desse programa, vimos que de fato ele não atinge todos os tipos de agricultores familiares.

Sabe-se que a diversidade é uma das principais características da agricultura familiar brasileira o que é inclusive ressaltado em sua própria definição legal. De fato o PAA não beneficia todos os agricultores familiares da mesma forma, sendo o grupo dos assentados rurais da reforma agrária um dos grupos menos privilegiados por esta política por diversas razões.

Assim, nesta parte conclusiva buscou-se explicar particularidades sobre a implementação do PAA nos assentamentos rurais de reforma agrária, segmento historicamente renegado pelas políticas públicas. Ressalta-se a influência dessa política nas dinâmicas agroalimentares locais que parecem favorecer múltiplas funções da agricultura familiar. De fato, o PAA oferece elementos para a construção de referências ancoradas na proteção das agriculturas locais no sentido de mobilizar temas como: agroecologia; circuitos curtos alimentares; reforma agrária; agricultura familiar; multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial sustentável (MORUZZI-MARQUES, 2010). O trabalho destacou os efeitos do PAA em termos

destas duas últimas noções. Neste quadro, tanto a noção de multifuncionalidade da agricultura quanto o conceitual dos sistemas agroalimentares localizados se associam a emergência de referenciais que se contrapõem à orientação produtivista da atividade agrícola. Para a análise dos efeitos das inovações do PAA nos assentamentos em questão, consideramos, portanto esta idéia de referenciais emergentes em torno do conjunto de papéis da agricultura, tal como destacado por Maluf (2003) – reprodução socioeconômica das famílias, promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, manutenção da vivacidade do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais. De nosso ponto de vista, esta associação de abordagem fertiliza um amplo terreno para interpretações aprofundadas dos efeitos de políticas públicas inovadoras.

O PAA, em sua modalidade de Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, constitui um elemento inovador do debate sobre a reforma agrária e o desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. Suas lógicas favorecem uma reorientação em favor de sistemas produtivos diversificados, de comercialização alimentar em circuito curto e de descentralização associativa. Desta forma, a defesa e legitimidade dos assentamentos na região parecem poder ganhar mais consistências, dando visibilidade a uma multifuncionalidade da agricultura familiar assentada e a perspectiva de desenvolvimento de um sólido sistema agroalimentar localizado.

Constatou-se que uma maior geração de renda, através da garantia de compra, constitui um aspecto dos mais salientados pelas famílias assentadas quando se manifestam sobre este dispositivo de política pública. Elas conseguem, por exemplo, ampliar sua renda com produtos que antes estragavam no lote, notadamente, frutas dos quintais. Ademais o Programa estimula os assentados a plantar de forma diversificada, na medida em que assegura o escoamento desta produção de forma vantajosa de uma enorme variedade de itens alimentícios. Deste modo, o programa permite às famílias, por um lado, considerar que uma renda real e significativa pode ser obtida no lote, o que é um fato inédito para os assentados do Pontal, e, por outro lado, revela aos gestores públicos que iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar realmente adaptadas às necessidades dos assentados e pouco onerosas para os cofres públicos, como o PAA, podem ser

implementadas, trazendo benefícios para um grande número de pessoas que encontram-se em situação de precariedade.

A existência de um grande número de assentamentos na região revela a forte concorrência em torno do modelo local de desenvolvimento rural. Neste quadro, os assentados do Pontal até hoje buscam, com muitas dificuldades, construir uma organização produtiva consistente. Seus insucessos favorecem críticas sobre a viabilidade econômica da reforma agrária. O PAA oferece uma nova oportunidade para permitir reconhecimento aos esforços daqueles engajados na viabilização destes assentamentos. Esta última vai muito além de uma dimensão estritamente econômica. Assim, é claro que o PAA, em sua modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, apresenta uma alternativa aos enfoques predominantes das políticas públicas para a agricultura familiar brasileira, portadoras essencialmente de uma racionalidade produtivista que tem se revelado como irracionalidade social e ecológica (SOUZA, 2003). De fato, a eficácia da política pública é associada geralmente ao aumento crescente do montante financeiro aplicado. Porém, esta forma de conceber a eficácia não se traduz em melhoria da sustentabilidade da agricultura familiar seja nos aspectos econômicos ou nas dimensões social e ambiental. Por esta razão, são pertinentes os receios diante dos riscos do programa contribuir para difundir, entre os pequenos produtores familiares, o “pacote tecnológico produtivista”, sem um controle dos possíveis danos ambientais que ligados ao uso intensivo de agroquímicos. Nesta ótica, o programa não combina com o financiamento de práticas produtivas convencionais, mas deve contribuir para introduzir mudanças nos sistemas produtivos no sentido de diminuir a sua dependência de insumos externos, bem como utilizar práticas que sejam ambientalmente mais adequadas a cada situação e que respeitem a cultura tecnológica dos agricultores familiares (KAGEYAMA, 2003).

Por outro lado, décadas de clientelismo consolidou no Brasil uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários das políticas sociais. Políticas emergenciais de segurança alimentar são consideradas indispensáveis para o enfrentamento da pobreza, entretanto devem ser acompanhadas de ações educativas, organizativas e emancipadoras, visando à autonomia (YASBEK, 2004). Dada a importância da agricultura familiar para o abastecimento interno e para a renda de milhares de brasileiros, esforços no sentido

de apoiar tal segmento permitiriam maior estabilidade produtiva, assegurando alimento e renda para grupos sociais vulneráveis, numa perspectiva de soberania alimentar (MORUZZI-MARQUES, 2010).

As dinâmicas em torno do PAA observadas nos assentamentos mostram que tal programa se aproxima dos ideais de soberania alimentar. Portanto, o Programa vai no sentido da construção de alternativas viáveis para os assentados e para a sociedade como um todo, pois abre possibilidades de garantir soberania alimentar de toda uma comunidade rural refém do mercado e dependente do Estado, favorecendo, mesmo que de maneira tímida (como constatado em nossa pesquisa) o protagonismo e a emancipação dos usuários das políticas sociais e o pleno exercício da cidadania.

Nas entrevistas, notou-se que os assentados estão satisfeitos em relação aos preços pagos, reconhecendo que são, de fato, compensadores (comparáveis aos preços de varejo e, portanto, muito melhores do que aqueles obtidos quando o produto é comercializado através dos intermediários). O fato de não dependerem somente dos atravessadores para escoar seus produtos é visto como uma das principais vantagens do Programa. Todas essas novas oportunidades estão reavivando o ânimo dos assentados graças a esse papel que lhes foi conferido. Podemos relatar que, aqui também, o aumento da auto-estima pode ser apontado como fator positivo decorrente do sentimento de poder se livrar de uma teia perversa em torno da comercialização convencional e, sobretudo, de poder ser reconhecido como ator social importante para o desenvolvimento nacional. A propósito, este fenômeno torna-se mais evidente na medida em que uma nova premissa governamental de desenvolvimento rural possa emergir fundada sobre a noção de sustentabilidade sócio-ambiental.

Nesta perspectiva de desenvolvimento viável e vivível, as políticas públicas desempenham papel fundamental, como o PAA permite mostrar. Entre elas, aquela de assistência técnica e extensão rural ocupam lugar central.

Se o quadro hoje é desfavorável para a reforma agrária nas disputas em torno da ocupação e uso do espaço rural, há uma melhora das expectativas dos assentados com a disseminação do PAA. Em conseqüências, as motivações e energias se renovam para assegurar a reprodução social e a melhoria das condições de vida de milhares de famílias assentadas.

A concepção prevalecente até o presente que orientou as formas de apoio aos assentados poderia ser definida como produtivista. A modalidade DS PAA se inscreve em outra perspectiva, que poderia ser vista de maneira mais multifuncional e mais localizada. Observa-se a promoção, com a DS PAA, de uma produção ancorada nos cuidados com a família, considerando, sobretudo, a qualidade, a diversidade, a salubridade e a solidariedade. Portanto, a mudança de enfoque representada pela modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar para Doação Simultânea do PAA parece semear novas esperanças de permitir uma integração mais favorável dos assentados na vida social e produtiva do Pontal do Paranapanema

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2000. 44 p. (Texto para Discussão, 702).

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA (DATALUTA). Presidente Prudente: UNESP, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2002. 74 p.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; MACIEL, M.C. Estratégias de gestão territorial: as experiências associativas dos assentamentos rurais em São Paulo em perspectiva crítica. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. 21 p.

BEDUSCHI-FILHO, L.C.; CORDEIRO, L.E. **Sistematização e análise de atividades de extensão agroflorestal voltadas ao desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, SP**. Teodoro Sampaio: IPÊ, 2000. 49 p. (Informe Técnico Final. IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas).

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais de São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 279 p.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A.D. Agricultura e políticas socioambientais rurais. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 62-78.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do meio rural 2008**. 3.ed. Brasília: MDA, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. 280 p.

_____. **Plano safra da agricultura familiar 2010/2011**. Brasília, 2010a. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Brasília, 2010b. 40 p. (Caderno Base III Seminário Nacional PAA).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricionalsan/programa->>. Acesso em: 03 abr. 2009.

BRASIL. **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA)**. Brasília: MDA; INCRA; PRONERA, 2004. 120 p.

BRUNO, R.A.L.; GUANZIROLI, C.E.; SOUZA, I.C.; DIAS, M.M. **Assistência técnica para assentamentos rurais**: análise a partir do sistema de gerenciamento da reforma agrária (siger). Relatório de Consultoria. Rio de Janeiro: Mimeo, 2003. 39 p.

BUENO, O.C.; VILLAS-BÔAS, R.L.; FERNANDES, D.M.; GODOY, L.J.G. **Mapa de fertilidade dos solos de assentamentos rurais do estado de São Paulo**: contribuição ao estudo de territórios. Botucatu: Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais, 2007. 76 p.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230 p.

_____. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate / Flávio Borges Botelho Filho (organizador). **Núcleo de Estudos Avançados**, Brasília, v. 5, n. 15, 168 p., 2005.

CASTRO, M.H.; CARVALHO, M. E.; OTÁVIO, L. Reforma agrária: um estudo preliminar. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 5-35, 1988.

CAZELLA, A.A.; MATTEI, L. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais**: complementaridades e distinções conceituais. Florianópolis: Mimeo, 2003. 5 p.

CAZELLA, A.A.; ROUX, B. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 49-69, 1999.

CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X; NEAD; IICA, 2009. 301 p.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A.A. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado**: estudo de caso no estado de Sergipe. Brasília: IPEA, 2010. 42 p. (Texto para Discussão, 1510).

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Base de dados da CONAB (2003-2010)**. GECAF - Gerencia de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar. SUPAF - Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar. DIPAI - Diretoria de Política Agrícola, 2011a. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>>. Acesso em: 08 mar. 2011.

_____. **Transparência Pública PAA**. 2011b. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O Programa de Aquisição de alimentos (PAA) em assentamentos rurais da reforma agrária**: implantação, impactos e perspectivas, Rio de Janeiro, 2011. 372 p.

DEAN, W. **A ferro e a fogo: a história da devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

DELGADO, G.C.; CONCEIÇÃO, J.C.; OLIVEIRA, J.J. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. Brasília: IPEA, 2005. 50 p. (Texto para Discussão).

DIAS, M.M. **Revirando gavetas: a centralização de informações e o acompanhamento dos recursos do PRONAF**. Rio de Janeiro: Mimeo, 2003. 22 p.

DUFUMIER, M. **Agricultures et paysanneries des Tiers Mondes**. Paris: Editions Karthala, 2004. 597 p.

FAO. **O que você precisa saber sobre a fome em 2012**. Disponível em: <<http://www.fao.org.br/oqvpssf2012.asp>> Acesso em: 06 fev. 2012.

FERNANDES, B.M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec; Secretaria Meio Ambiente, 1996. 285 p.

FERNANDES, B.M.; FELICIANO, C.A.; Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA/UNESP. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**: Relatório 2009. Presidente Prudente: UNESP, NERA, 2010. 50p.

FERNANDES, B.M.; RAMALHO, C.B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 239-253, 2011.

FERNANDES, B.M.; WELCH, C.A.P.; GONÇALVES, E.C. Agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial espaço aberto. **Revista Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 21-43, 2011.

FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 10, n. 11, p. 61-80, 2007.

FERRANTE, V.L.S.B.; ANDREATTA, D.C. **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. 346 p.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. “Parcerias” com a cana-de- açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 262-305, 2011.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.; ALMEIDA, L.M.M.C. Controvérsias do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 1 p. 9-21, 2010.

FERREIRA, A.D.D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: Indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 28-46, 2002.

FRANZINI, A.S. **Avaliação Hidrogeológica em área de assentamento**. 2010. 97 p. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2010.

FREITAS, F.L.M.; SPAROVEK, G.; ASSUNÇÃO, A.L.C.; GUSTAFSSON, S.; EGESKOG, A. Geoprocessamento como ferramenta na avaliação dos efeitos da inserção da cana-de-açúcar em áreas de assentamentos da região do Pontal do Paranapanema - SP. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., 2007, Florianópolis. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2007. p. 5257-5264.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA". Portaria ITESP n. 75, de 24 de outubro de 2002. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**.

_____. Colheita farta: assentamentos incrementam a produção agropecuária na região do Pontal do Paranapanema. **Revista Fatos da Terra**, São Paulo, n. 14, p. 10-11, 2004.

_____. Portaria ITESP n. 77, de 27 de julho de 2004. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**.

GODBOUT, J. De la continuité du Don. **La Revue du Mauss**, Paris, v. 23, n. 1, p. 224-241, 2004.

GOLDFARB, Y. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. **Agrária**, São Paulo, n. 5, p. 109-138, 2006.

GONÇALVES, J.C. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável?** A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto – SP. São Carlos: UFSCar, 2010. 134 p.

GUANZIROLI, C.E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2009**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

_____. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=353020#>>. Acesso em: 20 set. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Instrução especial/INCRA/nº 20, de 28 de maio de 1980**. Aprovada pela Portaria/MA146/80 – DOU 12/6/80, Seção I p. 11.606. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/pdf/11097027.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2011.

_____. **Acervo fundiário digital (dados dos assentamentos)**. Disponível em: <<http://www.acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/aplicmap/geral.htm?>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; PROGRAMA ESPECIAL DE CRÉDITO PARA REFORMA AGRÁRIA. **Relatório de Gestão Consolidado do PROCERA**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003. 24 p.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. Brasília, 2005. 26 p. (Textos para Discussão, 1145).

INSTRUÇÃO ESPECIAL/INCRA/Nº 20, DE 28 DE MAIO DE 1980. Aprovada pela Portaria/ MA 146/80 – DOU 12/6/80, Seção I, p. 11.606.

KAGEYAMA, A. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF crédito. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 1-13, 2003.

KIDD, C.V. The evolution of sustainability. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, Dordrecht, v. 5, n. 1, p. 1-26, 1992.

LACOMBE, P. **L'agriculture à la recherche de ses futurs**. Paris: L'Aube/Datar, 2002. 183 p.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. 336 p.

LAURENT, C. **L'agriculture et son territoire dans la crise**. 1992. 454p. Thèse (Doctorat en Sciences économiques) - Université de Paris VII, Paris, 1992.

LEITE, S.P.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.S.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; NEAD; São Paulo: Ed. UNESP. 2004. 392 p.

MALUF, R.S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq; Paralelo 15, 2002. p. 301-328.

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires**. Dijon: Educagri édition, 2008. 216 p.

MARTINS, P.R. Reforma agrária e a questão ambiental. In: FRANÇA, C.G.; SPAROVEK, G. (Coord.) **Assentamentos em debate**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 300 p.

MASSARETTO, N.; NUNES, J.O.R. **Impactos ambientais do plantio da cana-de-açúcar nos solos dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema** – São Paulo: O caso das “parcerias” no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia.

Disponível

em:<<http://docs.fct.unesp.br/semanas/geografia/geografiaambientaledasaude/TCGAS08%20-%20Nivea%20Massaretto%20e%20Joao%20Osvaldo%20Rodrigues%20Nunes.pdf>>

. Acesso em: 10 set. 2011.

MAZZINI, E.J.T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema/SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** 2007. 312p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2007.

MEDEIROS, L.; ESTERCI, N. Introdução. In: MEDEIROS, L.; BARBOSA, M.V.; FRANCO, M.P.; ESTERCI, N.; LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994. 328 p.

MEDEIROS, L.S. **Impactos dos assentamentos no desenvolvimento rural brasileiro**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica PCT IICA/MDA – NEAD, 2011. 25 p.

_____. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 103 p.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. Rio de Janeiro: CPDA/Debates, 1997. 35 p.

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Luta pela vida, contra a violência**. Disponível em:<http://www.mndh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=570&Itemid=45>. Acesso em: 18 set. 2011.

MOREIRA, R.J. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 39-52, 2000.

MORUZZI-MARQUES, P.E. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010.

MORUZZI-MARQUES, P.E.; FLEXOR, G. Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura. In: BOTELHO-FILHO, F.B. (Org.). **Estudos rurais II**. Brasília: Neagri; CEAM; UnB, 2007. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v.7, n.29, p.45-67, 2007.

MÜLLER, A.L.; FIALHO, M.A.V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul: avaliação de políticas de aquisição de alimentos. **Cadernos do CEAM**, Brasília. v. 7, n. 27, 2007. 36 p.

MULLER, J.M. Multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: A reconstrução dos espaços rurais em perspectiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza:SBSP, 2007. 10 p.

NEVES, D.P. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997. 436 p.

ODEBRECHT. Uma empresa sustentável. **Revista online**, n. 147, ano XXXVII, Disponível em: <<http://www.odebrechtonline.com.br/materias/01401-01500/1488/>>. Acesso em: 20 set. 2011.

OLALDE, A.R. PRONAF, Sistemas Agroflorestais e Desenvolvimento Sustentável no Baixo Sul da Bahia. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. 17 p.

OLIVEIRA, A.R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. 2010. 209 p. Tese (Doutorado em Produção do Espaço Geográfico) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA-FILHO, G.S. de; MOREIRA, M.L.S. Políticas de desenvolvimento agrário na realidade camponesa: o caso do assentamento Transval em Canindé – CE. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006. p. 12.

PASQUIS, R.; SILVA, A.V.; WEISS, J.; MACHADO, L. Reforma agrária na Amazônia: balanço e perspectivas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, 2005.

PIMENTEL, A.E.B. **Assentamentos de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômico e sociais**. 2005. 267 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS. Centro de Excelência contra à Fome, **Inception Workshop on promotion of cooperation and lesson learning in Food Security and Food Purchase Programme in Africa**, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.wfp.org/blog/blog/paa-africa-learning-component-launched-brasil>>. Acesso em: 25 out. 2012.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.Y.; SANTOS, J.D. Assentamentos rurais: alternativas ao agronegócio. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 1, p. 47-68, 2009.

RAMALHO, C.B. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do Mirante do Paranapanema/SP**. 2002. 183 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2002.

RIBAS, A.D. **Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): uma "leitura" a partir da COCAMP** (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal). 2002. 173 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2002.

SABOURIN, E.; TYUIENON, R. Produits, monnaie et bingo: les marchés ruraux en Nouvelle Calédonie, entre échange et réciprocité. **Revue du Mauss Semestrielle**, Paris, n. 29, p. 131-158, 2007.

SACHS, I. **L'écodéveloppement: stratégies pour le XXI siècle**. Paris: Syros/Alternatives Economiques, 1997. 122 p.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Coordenadoria de Assistência Técnica Integral; Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA): versão 1996/1997 e 2007/2008**. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>>. Acesso em: 08 fev. 2011.

_____. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

_____. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Pontal verde: plano de recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: ITESP, 2001. 80 p.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 78-88, 2005.

SIGAUD, L.M. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 58, p. 73-92, 2000.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 28 p.

SILVA, A.A.; FERNANDES, B.M.; VALENCIANO, R.C. **Relatório de impactos socioterritoriais: desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: UNESP, NERA, 2006. 378 p.

SILVA, L.M.S.; MARTINS, S.R. Limites do PRONAF para a sustentabilidade da agricultura familiar: peculiaridades na porção sudeste do Pará. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007. 14 p.

SOUZA, J. **A construção social da sub-cidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. 207 p.

SOUZA, S.P. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio-SP**. 2007. 175 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2007.

SOUZA, V.F. **Acampar, assentar e organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. 2006. 200p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. 204 p.

UEZU, A. **Composição e estrutura da comunidade de aves na paisagem fragmentada do Pontal do Paranapanema**. 2006. 193 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

UEZU, A.; METZGER, J.P.W. Efeito do tamanho, qualidade e isolamento de fragmentos florestais sobre a comunidade de avifauna, Pontal do Paranapanema, SP. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 7., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Sociedade de Ecologia do Brasil, 2005. 15 p.

UEZU, A.; RANIERI, S.B.L.; OGRZEWALSKA, M.H. **Caracterização do meio físico da estação ecológica do mico-leão preto: relatório para elaboração do Plano de Manejo**. Teodoro Sampaio: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2006. 32 p.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR. **Associadas**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/associadas/>>. Acesso em: 05 set. 2011.

UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA. **Tv UDOP**. Disponível em: <http://www.udop.com.br/tv/index.php?nome_flv=24_1119_mt&codigo=1028>. Acesso em: 20 set. 2011.

VIEIRA, D.F.A. **Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais**. 2008. 162 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

WANDERLEY, M.N.B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1/ 2, p. 82-98, 2004.

WHITAKER, D.C.A.; FERRANTE, V.L.S.B. **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. 348 p.

YASBEK, M.C. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 104-112, 2004.